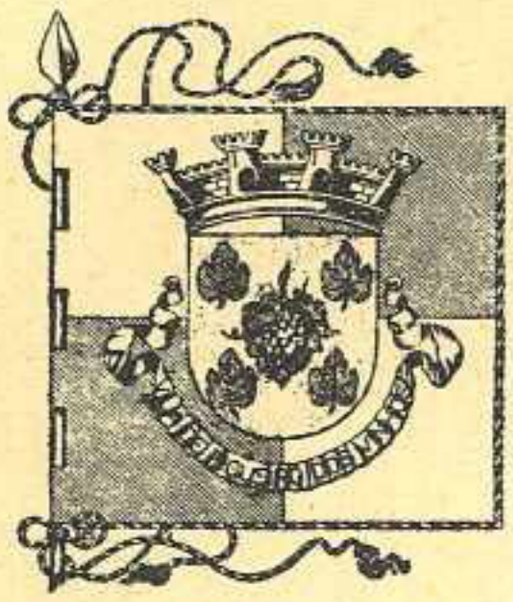
MANUEL SIMÕES BARREIROS
Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos

DOZE ANOS

de

Administração Municipal

(1930-1942)



JANEIRO — 1943

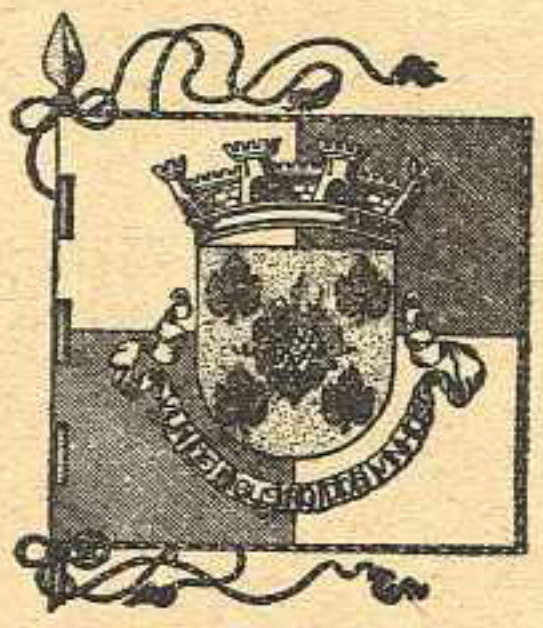
Sua Ex.ª o Presidente da República
Sr. General António Oscar de Fragoso Carmona

MANUEL SIMÕES BARREIROS

DOZE ANOS

DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1930—1942



FIGUEIRÓ DOS VINHOS
JANEIRO—1943

«Mais e melhor»

(SALAZAR)

Sua Ex.ª o Presidente do Conselho
Sr. Doutor António de Oliveira Salazar

Uma obra e um homem

TOCAVA seu têrmo o ano de 1931. Dias de Dezembro, cinzentos, penumbrosos, o vento agreste despindo o arvoredo, a chuva persistente aumentando a enxurrada nas ribeiras — tudo ensombrava o panorama de rara beleza da região de Figueiró dos Vinhos, onde nos levara, pela primeira vez, o serviço de reportagem.

Organizava-se a União Nacional. Em todo o distrito de Leiria, que percorreramos concelho por concelho, de sul para o norte, a U. N. tomava uma expressão interessante e cada vez maior desenvolvimento.

Constituíam-se as comissões políticas, por tôda a parte, com as mais categorizadas figuras de cada uma das localidades. Lutadores destemidos da oposição nos antigos e bem pouco saüdosos tempos democráticos; pessoas que desde longa data viviam à margem da política de corrilho e de igrejinhas; os sacerdotes, com tôda a sua fôrça eleitoral, porque, em todos os meios rurais, êles são, em qualquer emergência, os procuradores desinteressados dos seus paroquianos; médicos respeitados e sabedores, mais habituados a mitigar dores do que a cobrar o dinheiro das consultas; advogados, magistrados, lavradores que tinham que perder,

eis o que acorrera ao chamamento do Govêrno, para se dar um princípio de estrutura política e a indispensável base de estabilidade ao movimento do Exército, do «28 de Maio».

Falava-se de próximas eleições, mas não se sabia perfeitamente como seriam.

O organizador da U. N., coronel Lopes Mateus, então Ministro do Interior, com uma sinceridade nada política, à moda antiga, mas verdadeiro português e beirão, afirmava num discurso, pronunciado em Trás-os-Montes:

«Ficaremos no poder, com ou sem maioria eleitoral, porque o país tem de salvar-se».

Afinal era esta a expressão unânime do povo, farto de revoluções, golpes de Estado, desbaratos, e vendo que uma política de realizações principiava a fazer sentir os seus benéficos efeitos.

Salazar, Ministro das Finanças, libertara definitivamente dos «déficits» o erário público e trabalhava persistentemente — como hoje — na sua obra, gigantesca, tão grande que só os vindouros compreenderão perfeitamente a sua extensão e conseqüências, e lhe farão inteira justiça.

A política nova de melhoramentos materiais era já uma realidade magnífica.

Finalmente Portugal não era, apenas, Lisboa...

* * *

Certa manhã, em que o vento ciclónico ameaçava, na sua fúria devastadora, destruir as próprias habitações e fez tombar, no cimo dos montes, os marcos geodésicos e as cruzes que assinalavam a «passagem do Século» atravessámos, com dificuldade, a distância que separava a pensão modesta onde estávamos alojados da residência do presidente da Câmara Municipal de Figueiró.

Chovia a potes — como se diz, com propriedade, nas falas da gente do povo.

O dr. Manuel Simões Barreiros estava à nossa espera.

Tinham-nos falado dêle, em Leiria e noutros pontos do

distrito, com admiração pela sua personalidade forte, pelo seu intemerato espírito de lutador, pela sua obra.

Passamos junto da velha e tão característica igreja paroquial, que a chuva fustigava sem piedade, maculando a brancura das paredes, tornando mais esverdeado o bronze dos sinos.

O vento que soprava rijamente das bandas da serra da Lousã dificultava-nos a marcha.

Ao cabo de esforços, instalamo-nos, confortàvelmente, numa poltrona ampla, no escritório e consultório do clínico e do político.

O dr. Simões Barreiros acolhia-nos francamente, com uma simplicidade e um á-vontade admiráveis, e nasceu dêste primeiro contacto uma amizade que se mantém e torna cada vez maís íntima, desde êsse momento até hoje.

Eu ia com a missão de realizar uma entrevista política, que fiz e publiquei no *Diário da Manhã*.

O tempo, porém, cada vez de pior cariz, prejudicava todo o restante trabalho — as visitas que o jornalista faz sempre em cada terra aos seus pontos mais belos, aos seus monumentos, ás suas novas realizações.

Por mim não gosto muito de fazer tais visitas — quantas vezes representando desperdício de tempo mais ùtilmente gasto em qualquer outra coisa, o que não era, aliás, o caso presente — nem de invocá-las, sequer.

Em cada localidade se pretende que a terra onde estamos é a primeira e a melhor entre tôdas as povoações vizinhas e quási sempre rivais. Uma maçadoria, só compensada pela amabilidade com que, quási sempre, tratam os representantes dos jornais diários.

Mas o tempo — e reatamos o fio da meada — estava verdadeiramente invernoso e o escritório do dr. Simões Barreiros tinha umas poltronas amplas que convidavam à preguiça.

Ali ficámos a conversar até que, perto da hora do almôço, alguém anunciou que certo homenzinho, dum casal situado a alguns quilómetros de distância, aguardava lá fóra, o gabão escorrendo, as botas enlameadas, a borla do

barrete caída, com aquele ar lamentável das coisas vencidas, êle todo inspirando piedade, com o aspecto desvairado de quem procura auxílio em perigo de vida.

E assim era, de facto.

— Que é que vossemecê quere, «ti» Jerónimo? — interrogou o dr. Barreiros.

— Á, «sor» doutor. Pelas alminhas vá a minha casa. A minha Henriqueta está à morte...

— Então o que tem ela?...

— Uma febre tão alta que só diz coisas que se não entendem, «sor» doutor. A pobre!...

E aquele pai, que, com tal tempo, à chuva e ao vento, largara caminho fora em busca do médico, metia compaixão.

O dr. Barreiros ergueu-se da cadeira da secretária, principiou a arrumar vários instrumentos clínicos dentro dum estojo e mandou um recado para casa, no primeiro andar: «Não almoço agora».

Interrogou a seguir o aldeão:

— E há caminho até à sua casa? Pode lá ir o automóvel?

— Sim, senhor, «sor» doutor Barreiros. Passa ali pertinho a estrada que vão mandar abrir.

Depois, ainda, voltou-se para mim com o ar embaraçado de quem não sabe qual a solução a encontrar entre os deveres de cortesia e os deveres de clínico. E, após breve pausa, convidou:

— Você aguarda aqui coisa de uma hora, que eu volte. Vou mandar-lhe o padre para cavaquear consigo um bocado.

Retorquimos:

— Preferia ir consigo, no seu carro.

— Com êste tempo?! — interrogou espantado.

— Se não vê inconveniente?...

Dentro de momentos, arrostando o temporal, rodava o carro, velozmente, através das estradas encharcadas.

O aldeão, no interior do automóvel, perdera aquele ar alucinado com que entrara no consultório do médico. Reflectia a esperança de que o doutor soubesse livrar das

garras da morte a sua Henriqueta, uma das mais lindas raparigas daquelas redondezas.

* * *

Á linda vila do distrito de Leiria voltámos uma, e outra, e muitas vezes. Pudemos assim apreciar, sempre mais intimamente e com maior admiração, as múltiplas facêtas de espírito e o nobilíssimo carácter do médico de Figueiró e do presidente da Câmara Municipal.

Assistimos, não direi a par e passo, mas de perto, à execução de tôda a vasta obra de renovação que, sem cessar, se tem efectuado na vila e no concelho desde 1926 para cá.

E até aos nossos ouvidos têm chegado, de quando em quando, os ecos de lutas, de obstáculos que ruem pela vontade forte do lutador e ao desabar ridículo de montanhas de calúnias — com que em velhos e novos tempos desejaram macular a integridade de carácter de quem tem sabido gerir melhor talvez os negócios do Município do que os seus próprios.

Inimigo de fórmulas arrastadas e burocráticas, que o Estado Novo em vão tem procurado limpar da vida administrativa da Nação, saltando sôbre elas se a tanto o obrigam os interêsses municipais, tem ainda um certo episódio neste aspecto, que não queremos deixar de relatar.

Numa das povoações vivia um rapaz, soldado gaseado da Grande Guerra, com quem entrara implacável tuberculose. Tornava-se necessário o seu internamento num sanatório, pois talvez andando com presteza fôsse possivel, nessa altura, atalhar ou aliviar o terrível mal.

O interessado requereu a uma comissão do Ministério da Guerra que providenciasse em tal sentido.

Decorreu mais dum ano. E o soldado da Flandres, a quem a Pátria requerera para se bater por ela em terra estranha, morreu da moléstia.

Em certo dia, muito depois disso, chegou à secretaria da administração do concelho um ofício da tal comissão, pedindo um sem-número de informações sôbre o soldado para se tratar da sua situação.

As preguntas eram múltiplas e na altura da recepção do ofício, tôdas inúteis e disparatadas.

O secretário da administração do concelho interrogou o dr. Simões Barreiros sôbre a resposta a dar.

O presidente da Câmara e administrador respondeu, naturalmente:

«Informe que o soldado F. faleceu em tantos de tal; devolva o inquérito e mais nada».

Fez-se desta maneira. Desejaria o dr. Simões Barreiros, nesse momento, acrescentar que o referido soldado morrera, talvez, porque a referida comissão, só mais dum ano depois da recepção do requerimento, principiava a dar mostras de se interessar, burocràticamente, pelo assunto.

Decorreram mais três ou quatro meses.

Ainda uma vez mais a comissão voltou a dar sinal de si com um ofício em que dizia mais ou menos isto:

«Queira V. Ex.ª informar-nos sôbre o que faz e em que localidade reside e quanto ganha o soldado F. que na data assim, assim, requereu, etc....

. . . . . .

O dr. Simões Barreiros mandou responder à zelosíssima comissão: O soldado F. reside (está sepultado) no cemitério de... E à pregunta sôbre o que fazia: «Faz tejolo. Ignoro os proventos».

E assim se pôs têrmo à burocrática e infelizmente típica questão da comissão e do pobre soldado.

* * *

Quem é êste médico, êste político, êste «Homem bom» da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos?

Êle próprio nos contou, sem rodeios, com uma simplicidade absoluta, a sua vida, como nasceu, cresceu e se fez gente.

«Filho de um simples comerciante — disse-nos — nasci no Fontão Fundeiro, uma aldeia pequena da freguesia de Campêlo. Aos doze anos acompanhava meu pai às longínquas terras de Trás-os-Montes. E até aos catorze experi-

mentei, na companhia de meu querido progenitor, os prazeres e as agruras daquela sua rude vida, passando pelas terras mais inhóspitas do país.

Dois anos depois, cansado de saborear, duramente, aquêle modo de vida, de feira em feira, na venda, por terras agrestes e caminhos primitivos, resolvi estudar. Aos dezasseis anos comecei o liceu — 1910 — e aos vinte e seis anos abandonei Coimbra, com a formatura em Medicina, em 27 de Julho de 1920: fizemos, portanto, em dez anos, um curso que normalmente leva treze anos. Arranquei, aos lentes, no no final do Curso, a classificação de Bom.

Em 3 de Agosto dêsse mesmo ano assentei arraiais nesta Vila e imediatamente fui nomeado médico municipal.

Começou então a minha vida clínica e a minha luta».

Uma pausa, como que a recordar êsse primeiro passo, definitivo, na senda da vida».

E, depois: «Mal recebido pelos representantes locais da facção democrática, fui forçado a enfrentá-los com fôrça e energia.

«A nossa acção clínica depressa se tornou conhecida. Rompendo contra a velharia, que predominava, e pondo em prática novos conceitos clínicos e cirúrgicos, acabados de adquirir na Faculdade, fizemos como que uma revolução no meio.

«Éramos chamados para os concelhos vizinhos, operávamos tôda a pequena cirurgia e iniciámos algumas operações de grande cirurgia. Os vélhos colegas ficavam admirados e o povo sentia-se satisfeito.

«E vem a propósito contar um caso, que julgo interessante».

O dr. Simões Barreiros sorriu. E contou mais esta história curiosa:

«Um dia fomos chamados pelo telégrafo para um concelho vizinho, a-fim-de operar uma hérnia estrangulada.

O clínico local, que havia solicitado o nosso auxílio, declarou a certa altura da operação: «É a primeira vez que as minhas mãos tocam em intestinos vivos!»

Por aqui se pode avaliar a forma antiquada de fazer

clínica nesta região e a revolução que causou quem foi capaz de lutar contra a rotina.

A clínica absorvia-me todo o tempo, porque a encarei, desde início, com interêsse e devoção.

Mal chegava o dia para as refeições. Muitas vezes tive de passar sem elas.

Havia distâncias enormes a percorrer e numa região onde a melhor maneira de locomação era o cavalo; quantas vezes saí de casa madrugada alta e regressei pela noite fora!...

Cada vez aumentavam mais os doentes. Em 1923 fui obrigado a adquirir um automóvel.

O segundo automóvel comprado nesta terra — um acontecimento!

— «Calculamos a importância do facto» — dissemos nós.

«Apesar da clínica me absorver dêste modo — continuou o médico — eu sentia uma preocupação séria e constante; e dizia de mim para mim ao contemplar a vida do meu Concelho: É necessário reformar isto tudo!

Sentia que era necessário romper contra a velharia dos processos, de fazer política, contra os conluios e compadrios. Um homem que tira um curso — pensava — tem absoluta obrigação de ser útil à suà terra, à sociedade em que vive, não só pela sua arte ou técnica, mas também política e socialmente.

Sentia a necessidade de fazer fôsse o que fôsse de útil em pról dêste Concelho, em pról desta grande família figueiroense, onde nasci.

Tendo revolucionado a clínica, sobretudo a cirurgia local, desejava ardentemente que a minha acção fôsse mais além, saindo do âmbito restrito em que o curso superior nos havia lançado.

Sentia-me como que predisposto para encarar e resolver, ou tentar fazê-lo pelo menos, o problema político local».

— Como nasceu essa tendência para a política?...

— «Eu lhe conto: Havia já muitos anos que fazia as eleições na minha Freguesia. Começou a nascer, desde os bancos do liceu, portanto, essa tendência política, como o

meu amigo diz, a ânsia de melhores dias para a minha terra.

Sentía-me atraído para uma obra que visionava grande e que era necessária.

Êste Concelho, após a implantação da República, esgotou-se em lutas pessoais. Aqui se passaram acontecimentos trágicos, tendo muitos indivíduos sido vítimas dessas lutas. Os grupos locais esgotaram-se em lutas mesquinhas e pessoais, com prejuízo manifesto de tudo quanto representasse valor para esta terra, para êste Concelho.

Embora em Coimbra, devido aos estudos, acompanhei sempre, de perto, a marcha de todos êsses assuntos.

Quando para aqui vim residir, em 1920, embora a luta entre os grupos estivesse mais amainada, permanecia, entretanto, o ódio e o rancor entre as pessoas de dois grupos antagónicos.

A êste panorama não foi indiferente a minha chegada.

Senti-me acalentado por uns, mal visto e até perseguido por outros.

Decorridos meses, verifiquei certa decadência dos indivíduos de maior evidência natal política do concelho.

Cansados, deviam recolher à vida privada. Seria um bem para todos.

Mas embora cansados, não permitiam fôsse a quem fôsse que pretendesse insurgir-se contra o que estava».

E o dr. Barreiros teve esta exclamação pitoresca:

Certos políticos podem comparar-se aos peixes que, aparentemente mortos fora de água, não há quem os segure, logo que nela entram.

A-pesar-de tudo, sem atender às conseqüências futuras, o sangue moço fervendo-me nas veias, animado pela ideia fixa de melhores dias, sempre que me encontrava com o Dr. José Martinho Simões, meu chorado amigo, falava da nossa terra e da necessidade que havia em êle estabelecer aqui a sua banca de advogado e assumir assim a chefia dum grupo de gente nova, com ideias que não fôssem as já gastas e cansadas. Vagou o lugar de Conservador do Registo Predial e o dr. Martinho Simões, oficial de Infantaria 35,

em Coimbra, veio para Figueiró, a meu pedido, dentro de poucos dias. Revelou-se em pouco tempo, como eu esperava, um advogado distinto, como distinto e brilhante foi no seu curso.

Chegou a altura, pensei. Um advogado e um médico deviam conquistar, dentro em breve, a opinião pública. Passados dois anos lançámo-nos na luta. A nosso favor vieram bons valores e, sobretudo, todos os descontentes. A tarefa a que nos abalançámos, embora nos parecesse fácil a princípio, foi árdua e difícil. Muito dura!

Habituado a subir montes, encostas e a dobrar serras, jamais pensámos nas dificuldades que se nos depararíam. A encosta foi íngreme demais. E quantas vezes não estivemos sujeitos a rolar por ali abaixo!...

Mas, a-pesar das dificuldades a vencer, jamais perdíamos a vontade férrea de triunfar. Sem alento, às vezes quási tombávamos prostrados em face da guerra que nos moveram. Todavia não podíamos admitir que o cume da serra não fôsse alcançado, a-pesar da rudeza da tempestade que se desencadeou.

Vivi longos e largos dias sem descanso e sem tranqüilidade. Passaram pela minha mente tôdas as hipóteses. Menos a de não vencer.

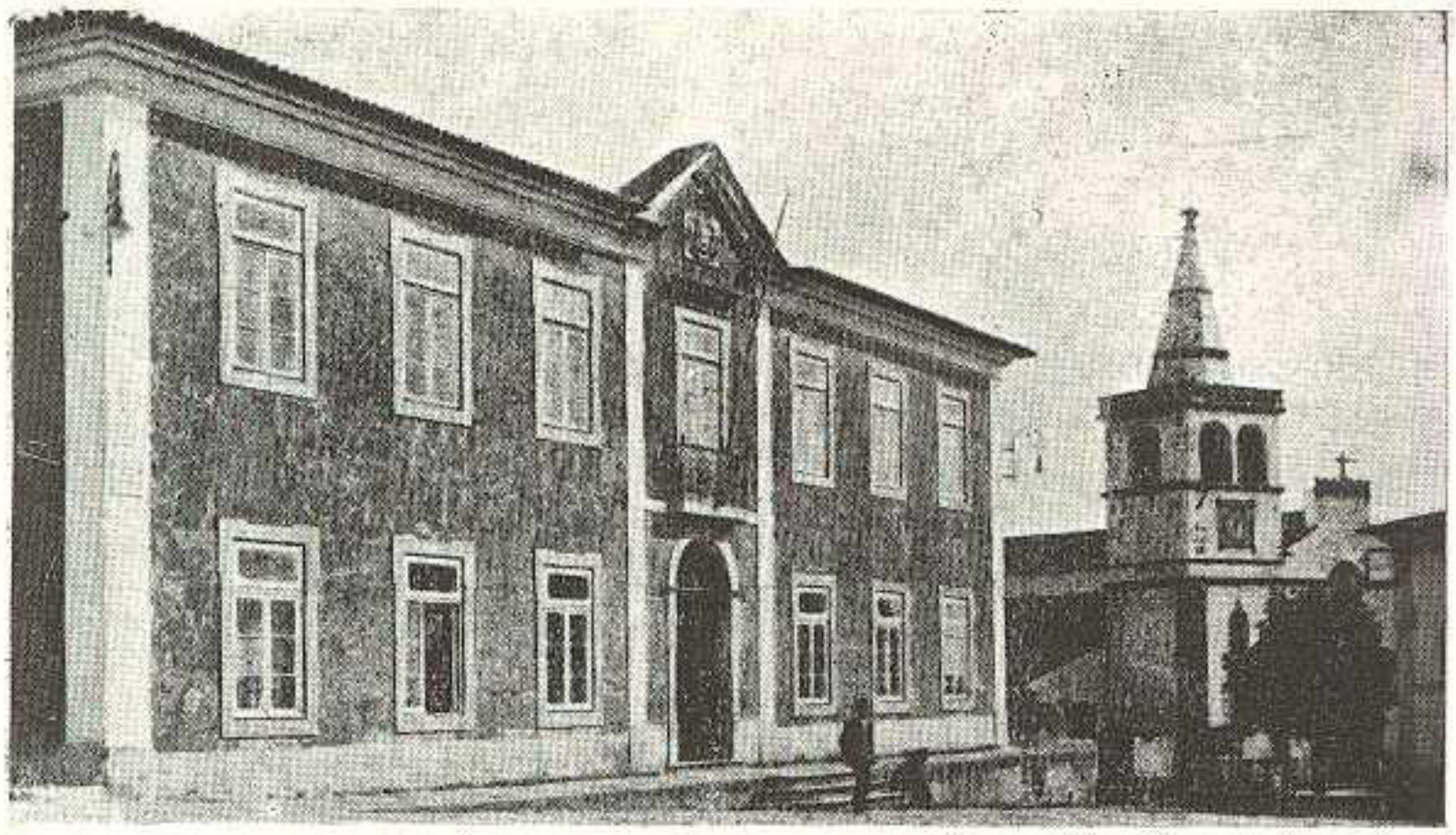
Criamos um jornal — pensámos de certa vez...

Poucos dias depois adquiríamos uma tipografia completa em Coimbra. No dia em que ela chegou, lembro-me duma frase do Padre António: «a metralhadora deu hoje entrada na barragem».

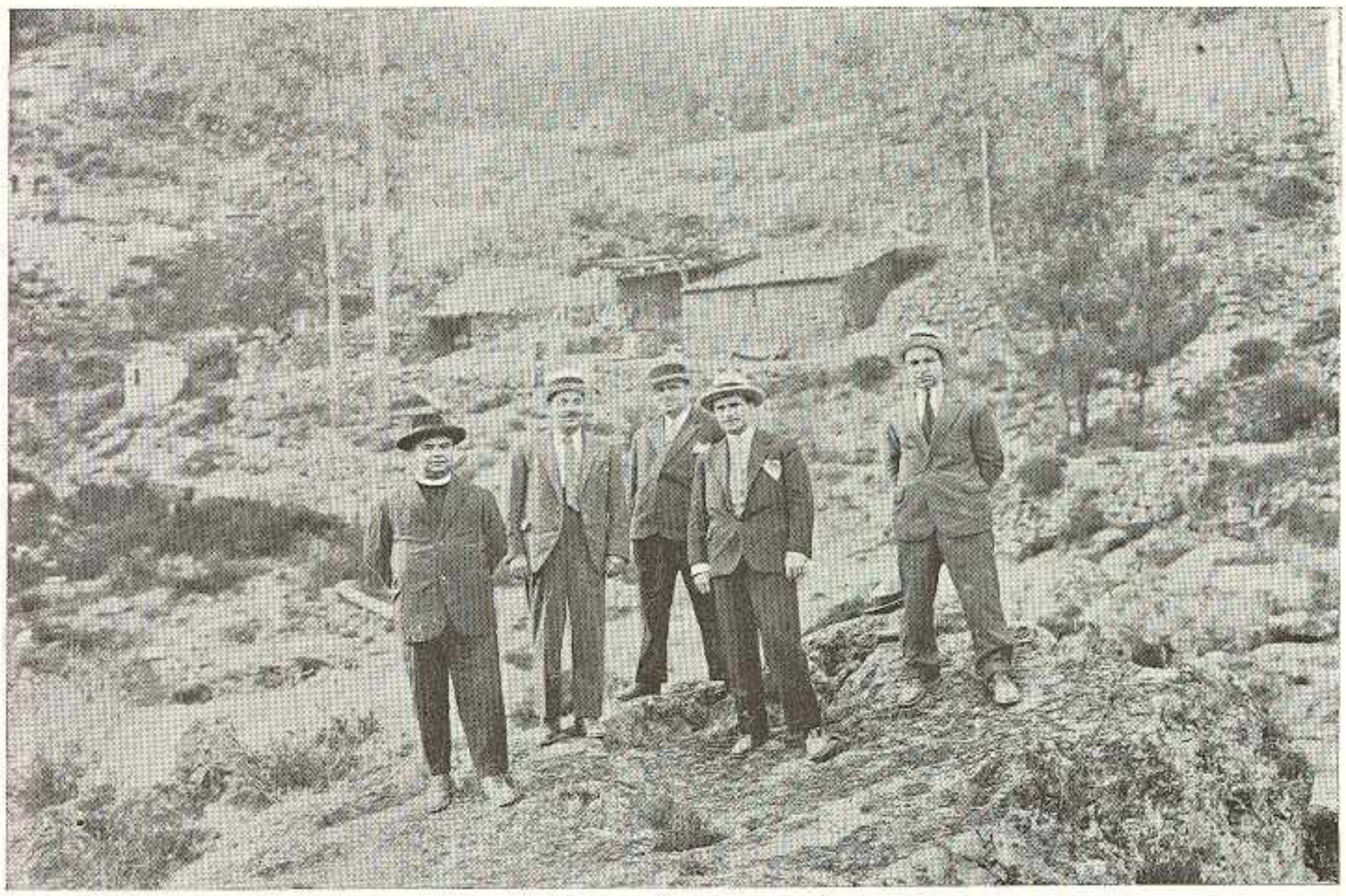
E assim foi. Tal como na guerra, o jornal que apareceu em 18 de Julho de 1924 sob o título *A Regeneração*, e que ainda hoje se publica, começou a fazer o seu tiro de barragem, e foi um triunfo, um grande elemento em favor da nossa causa.

Sentia o ardente desejo de levar a esta pobre gente dos campos um pouco de luz e de progresso.

Poucos como eu conheciam as necessidades do Concelho, as dificuldades de tôda a ordem para que a nossa acção clínica pudesse chegar a tempo onde era necessária. Sentia

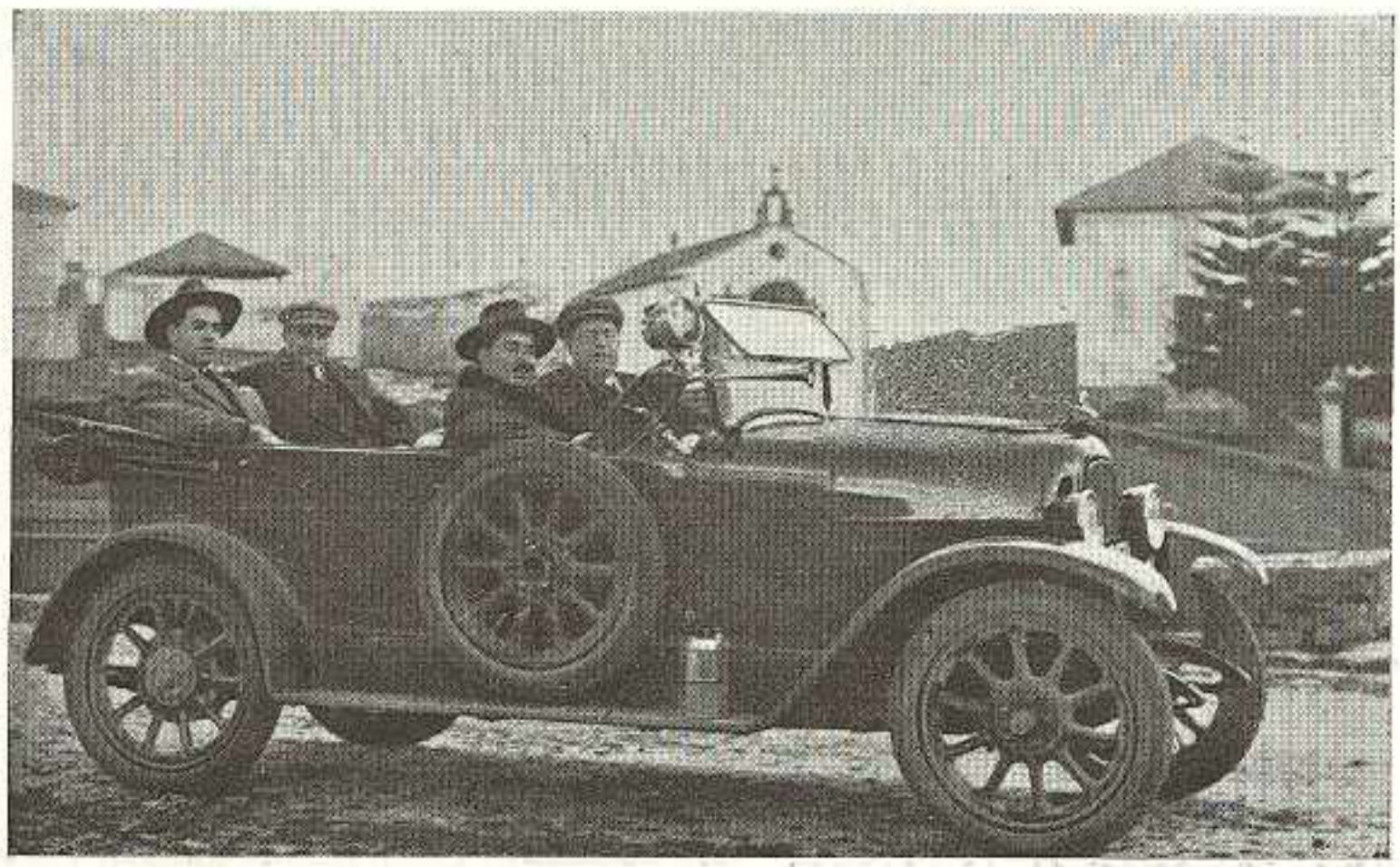


As três gravuras desta página são três símbolos. A primeira simbolisa o desleixo, o abandono dos povos, o atrazo do país, e representa o edifício dos Paços do Concelho de Figueiró antes de 1926. A segunda pode classificar-se como símbolo de dura luta, e representa o mesmo edifício, que a comissão administrativa da Câmara Municipal tinha reconstruído e ampliado, e que um incêndio devorou na noite de 28 para 29 de Maio de 1936. A terceira, finalmente, é um símbolo de perseverança, da vontade de vencer e um sinal de vitória — representa os Paços do Concelho, reconstruídos de novo e tal qual se encontram em 1943.



Um grupo de combatentes por Portugal melhor, nacionalistas de sempre, e um dos quais, o dr. José Martinho Simões — segundo a contar da direita — tombou para sempre, em plena luta, deixando bem viva saüdade no espírito de todos e um lugar na fileira do bom combate, que jamais será preenchido.

Neste velho «Fiat», o único tipo de automóvel que transpunha os barrancos e resistia aos solavancos das estradas e caminhos dêsse tempo, antes de 1926, e enfrentando a sanha democrática e os apaniguados «caceteiros», se disputaram as eleições e se fez política percursora, através das aldeias do concelho de Figueiró dos Vinhos e por todo o distrito.



que havia urgência em rasgar estradas, abrir caminho construir pontes, fontes e escolas. E creia, meu amigo: nesse tempo não havia nada.

Sentia que, depois destas obras, todo o Concelho se desenvolveria sob os mais diversos pontos de vista, quer materiais, quer políticos, quer sociais.

Sentia que só por êste processo se acabaria com a infame exploração desta gente simples e crédula, que a propósito de qualquer coisa ou sem a propósito algum era miseràvelmente explorada.

E a tal ponto chegava a exploração que havia certos «caciques» — trunfos da política do tempo — que marcavam os indivíduos que na época da matança não contribuíssem com um lombo do porco, ou com um presunto na altura da cura, com um tenro cabrito na época própria, com uns barbos do rio Zêzere, umas trutas da Ribeira de Alge — para êles viverem à grande e prosperarem à custa alheia.

Indivíduos que viviam como nababos por êste infame processo. E mais: estavam postados em frente aos Paços do Concelho ou junto das repartições públicas, todos os dias, à espera dos pobres incautos que tinham de ir tratar, ali, qualquer assunto de seu interêsse. Ai daquele que não dissesse ter entregue em casa dum dos figurões «isto ou aquilo», em mimosa oferta a sua senhoria!...

Mas ainda mais: algumas repartições públicas chegaram a ser uma espécie de lupanares, onde os maiorais, servindo-se dos lugares que ocupavam, saciavam, sob ameaças, tôda a espécie de apetites.

Por mais rude que lhe pareça esta descrição, meu caro amigo, pode estar certo de que ela fica muito aquém da verdade dos factos.

Figueiró era um feudo de meia dúzia de «senhores». E todo aquêle que pretendesse reagir contra tal desmoralização, tais processos, só tinha um recurso: fazer as malas e mudar de terra. Até havia um grupo de caceteiros, organizados mais ou menos democràticamente!...

A-pesar-de tudo isto, movido única e exclusivamente

pelo desejo de modificar tal estado de coisas, entendi, em dada altura, que também tinha a obrigação de lutar.

Algumas pessoas de bem vieram colocar-se ao meu lado.

Formou-se um pequeno grupo, e a luta começou. Estávamos em fins de 1923.

Que luta!... — salientou o dr. Manuel Simões Barreiros. Aqueles que visávamos, *os grandes desta terra* — como êles próprios se alcunhavam — esqueceram as suas mútuas queixas e juntaram-se a-fim-de, com um só gesto, «abaixarem a proa» ao atrevido e recalcitrante.

Instauraram-me processos disciplinares, trouxeram outro médico para me substituir, organizaram uma formidável campanha que prometia liquidar-me dum só golpe.

Julgando-se senhores da situação, pois seria uma questão de dias — como diziam — liquidar os dissidentes e especialmente êste seu criado, apregoaram por tôda a vila: «Êste é mais um que vai fazer as malas!...»

E ficaram grandemente espantados quando verificaram que a Comissão Administrativa, da qual dispunham habitualmente, por unânimidade, votou a nosso favor uma queixa por êles feita e que eu guardo como precioso testemunho dessa época e dessa luta.

Desesperados pelo resultado, procuraramqu e a Câmara Municipal desse o dito por não dito. Mas a-apesar-de tôda a sua influência, da confiança política por êles depositada nas pessoas que formavam a Câmara, alguns parentes até, ou amigos muito chegados, a deliberação manteve-se e acrescentou-se-lhe esta frase: «acusam o médico municipal de fazer clínica fora do nosso Concelho como se fôsse crime, quando isso é uma honra para todos nós e para a nossa terra.»

Estupefactos com a solução dada pela Câmara Municipal, mais tarde, no mesmo ano de 1924, voltaram com nova queixa. Esta, porém, tomou aspecto diferente.

Uma pausa. O nosso interlocutor, olhou para nós e interrogou:

— Sinceramente: Não o maço com êste enfadonho relato?

Protestámos:

— De modo algum. O meu caro doutor não conta a sua história: depõe sôbre uma época e lavra a sentença condenatória dum sistema. Não foram os homens que abusaram da fôrça política, mas o sistema que continha, em si próprio, a licença, a génese do abuso. Prossiga. Nós escutamos.

E o dr. Simões Barreiros continuou:

— Houve uma reünião de carácter secreto. Nela os indivíduos da Câmara tomaram o compromisso solene de não divulgarem o conteúdo da queixa.

O Presidente, Administrador do Concelho na ausência dêste, — tudo combinado — fez um inquérito à porta fechada.

Eu seria demitido e quando viesse a saber da demissão já não poderia recorrer, porque só teria conhecimento dela depois de expirado o prazo de recurso. Como vê, a coisa saía perfeita, democrática e liberal.

Tudo foi escrupulosamente preparada nessa reünião secreta, em que o autor dêste plano — todos os que intervieram nêle são ainda vivos — dizia, em certa altura: «Se, porventura, o médico municipal vier a saber o que projectamos, jamais seremos capazes de o demitir».

A Providência nessa mesma noite esclareceu-nos, «em sonho», do malvado plano que contra nós se urdia.

Esta subtil metáfora do sonho foi sublinhada, por nós. como merecia. «No nosso jornal — prosseguiu o médico — levantámos a questão, que provocou indignação unânime na opinião pública local.

A-pesar-disso, no processo instaurado ouviram-se testemunhas. E, para que tudo fôsse mais completo e perfeito, o Presidente da Câmara deslocou-se para a Administração do Concelho e êle próprio se encarregou da organização do inquérito. Assim, fazia e baptizava, como o povo costuma dizer.

Era ponto assente: Eu tinha de ser demitido. Para o meu lugar viria o genro do Presidente. Ainda democràticamente isto estava certo.

Entretanto, aproximaram-se as eleições de deputados e Câmaras Municipais — estávamos em 1925.

Nós, enfrentando a luta com tôda a fôrça de vontade, conseguimos que o doutor José Martinho Simões se propusesse deputado pelo partido nacionalista.

Era preciso romper com o péssimo uso de votar num ilustre desconhecido, num senhor que a maior parte das vezes não conhecia nem lhe interessava para nada o círculo eleitoral, quando, afinal, possuíamos elementos que podiam, sem desdouro, ocupar os mesmos lugares que os partidos destinavam aos de sua confiança.

A luta foi áspera, sobretudo quando verificaram que o nosso candidato tinha possibilidades de vencer.

Aqui, em Figueiró, e com a luta desencadeada, o Dr. Martinho foi o segundo votado.

E não venceu no círculo eleitoral porque Pedrógão Grande o atraiçoou.

Mais uma vez se protelou o acto eleitoral até serem recebidas ordens de Leiria: «são precisos tantos votos a favor de fulano».

Neste momento estava em causa o candidato democrático e se não fôsse êste defeituoso processo de fazer eleições no nosso distrito, podemos afirmá-lo, o candidato governamental perdia... a partida.

Foi um caso que muito deu que falar e muito que discutir.

Ràpidamente os novos de Figueiró — como alguém nos chamava — se tornaram conhecidos.

Mais: o baluarte eleitoral desta região estava abalado; novas eleições seriam o suficiente para acabar de uma vez para sempre com a história de «quantos votos são precisos?...»

A-pesar da derrota, que nos não surpreendeu, ganhámos novo alento e coragem para prosseguir na luta encetada.

Aproximavam-se as eleições camarárias, e os nossos adversários, redobrando de fúria, orgulhosos, num entusiasmo de triunfo certo, não cabiam em si, como soe dizer-se, e impavam de satisfação.

Derrotado o dr. Martinho Simões era preciso arranjar uma Câmara, saída das eleições, que praticasse, como pri-

meiro acto, a minha demissão pura e simples, de médico municipal — porque eu era o alma danada, o causador desta luta, o perturbador da paz dêles, da sua inatacável soberania de maus, de péssimos políticos.

Para conseguir os seus objectivos trabalharam sem descanso, servindo-se dos mais vis processos, até ao cúmulo de organizarem um grupo de «caceteiros», na Arega, a-fim-de nos moerem os ossos com brava pancadaria, indo mesmo até à «liquidação» forçada caso tentássemos prejudicar a «chapelada» que, na noite do acto eleitoral, havia de praticar-se.

Esta «chapelada» tinha por objectivo eleger uma Câmara que absolutamente lhes fôsse dedicada de corpo e alma.

Chegados ao fim do acto eleitoral, já perto da noite, requeremos à mesa que nos certificasse a quanto montavam as descargas e quantas listas haviam entrado na urna, requerimento que foi indeferido.

Cá fóra preparava-se um grupo numeroso dos «caceteiros», e passado pouco alinhavam, debaixo de forma, em frente da casa onde se estava efectuando o acto eleitoral.

Havia sussurro e manifestações; os reverendos Párocos, nomeadamente os de Agúda, não eram tratados com o respeito que a sua posição e sacerdócio impunham. Tornava-se grave tudo aquilo. Muito grave! Resolvi tomar a decisão que se impunha em tal momento: De pistola em punho chamei o chefe dos «caceteiros» e disse-lhe: Os srs. Padres vão sair. Quero respeito! Se algum se manifestar contra êles disparo; e dispararei enquanto tiver com quê».

O chefe pediu um momento de espera, foi parlamentar, e, poucos minutos depois, veio dizer-nos que podiamos passar sem receio.

Pela frente do tal grupo, em linha, passámos com o falecido Padre Rocha e com o Padre Faria, sem que da parte dos «caceteiros», a soldo, houvesse a mais pequena intromissão ou falta de respeito.

Acompanhámos os Padres até fora da povoação, e quando regressámos, era já de noite.

Numa taberna próxima distribuia-se largamente vinho e conselhos: o vinho para toldar as ideias dos feros «caceteiros»

que sem êle seriam, apenas, uns «pobres diabos». E os conselhos para lhes dar coragem e para que, custasse o que custasse, a «chapelada» se fizesse, porque disso havia absoluta necessidade.

Seguindo o destino que levava, dirigi-me à casa onde estava o grupo dos nossos, a quem pusemos ao corrente do que se dizia e tramava. Para todos já não era, porém, novidade.

Nessa noite, antes de se fazer a descarga das listas, a porta da casa onde estavam êsses nossos amigos foi arrombada e sob a ameaça dos cacetes e ao disparo de tiros, os homens saíam e eram recolhidos, por comiseração, numa casa vizinha.

Completamente à vontade, descarregaram o que quiseram a-fim-de conseguirem as maiorias e as minorias.

Só um facto os surpreendeu: não me terem encontrado na casa onde estava o nosso grupo de amigos, o que aliás foi uma felicidade para mim e para êles, pois estamos convencidos de que, em caso contrário, haveria mortes a lamentar, sendo eu a primeira vítima, dado o estado de excitação em que todos se encontravam. Não estaria eu aqui, certamente, a relatar-lhe estas andanças das pugnas eleitorais no concelho de Figueiró.

Alcançando dêste modo o triunfo eleitoral, estando tudo preparado para a nossa retumbante demissão na primeira reünião da Câmara, que se realizaria no dia 2 de Janeiro, tive de encarar a situação como devia. O que se passou neste período de tempo!...

Os meus amigos eram enxovalhados a cada passo. Grupos de mal educados «barões» dirigiam-lhes chufas, obrigando-os — quantas vezes! — a mudar de rumo, a-fim-de os evitarem. Foi uma época terrivel que só uma rija têmpera era capaz de suportar.

A nossa idade — cêrca de 30 anos — a nossa fé inabalável no ressurgimento da Pátria e da nossa terra davam-nos alento, fôrça e entusiasmo, para prosseguir na luta.

Pessoa alguma poderá fazer ideia, mesmo pálida, do que foi essa época e os insultos e vexames que tive de suportar.

Homens sem escrúpulos de espécie alguma, aquilatando a sensibilidade moral dos outros pela que usavam em casa, dirigiam-nos os insultos mais malcriados que possam imaginar-se.

Surpreendia-me que homens de «teres e haveres», como êles se denominavam, pudessem usar de linguagem tão baixa e ordinária, pior talvez que a dos arreeiros ou das regateiras da praça pública.

Creia que eu nunca tinha pensado que homens com responsabilidades fôssem assim sujeitos à paixão política, à ânsia do mando até ao ponto de lhes ofuscar completamente, fazendo-os perder a noção das conveniências, os sentimentos de dignidade e de respeito próprio e para com o próximo.

Para êles todos os processos eram legítimos, desde que atingissem o seu fim — o mando político.

Só quem, como nós, passou por estas e por outras fases agitadas da política local poderá avaliar a degradação moral a que tiveram de descer os nossos adversários».

O dr. Simões Barreiros animara-se durante o tempo em que nos fazia êste relato. Por vezes era incisivo e duro, embora sempre sincero.

Êste processo igualitário e fraternal das eleições sob a égide dos «caceteiros», do vinho, das «chapeladas», do carneiro com batatas, depõem bastante mal a favor do sistema. Eleições democráticas e liberais!... História triste... dum passado que, se Deus quiser, pelo menos na parte que me toca, não deixarei voltar».

E o relato, saboroso, elucidativo, continuou:

— Só homens de moralidade duvidosa — dizia o presidente da Câmara de Figueiró — degenerados física e moralmente, podiam ter descido ao que os nossos inimigos desceram.

No entanto, a tudo resistimos.

Enfrentando o mal com que nos queriam atingir, fui à primeira sessão camarária, à anunciada sessão onde seria resolvida a minha demissão de médico municipal. O assunto não foi tratado...

Nas reüniões seguintes, a que durante algum tempo

assistimos (estamos em princípios de 1926), também a questão do médico não foi discutida. Passado êste período agúdo entrou-se numa fase de acalmia.

O médico que tinha vindo para me substituir acabou por se ir embora. Mas a luta prosseguiu, embora sob outro aspecto.

Surgiu, entretanto, a Revolução de 28 de Maio de 1926.

Estabeleceu-se nova luta. Os democráticos, transformados em cautelosos adversários, não queriam perder tudo.

E é curioso: o processo disciplinar que me tinham instaurado e que estava pendente, foi a minha melhor defesa. Foi êle que imperou no espírito do então Governador Civil quanto à legitimidade da presidência da Comissão Administrativa do Município para o nosso grupo.

A arma que êles prepararam para me inutilizar, meu prezado jornalista, serviu, ela própria, para os matar políticamente.

Também ainda está viva certa pessoa que levou o processo a Leiria, a-fim-de provar, com êle, ao Governador Civil, que eu era, pelo menos, indivíduo irrequieto, não cumpridor e mais coisas que só êle sabe dizer. O Governador Civil ficou com o processo. E, mais tarde, reacesa a luta, disse-me: «a Revolução fez-se para acabar com estes processos mesquinhos de política local! A política tem de enveredar pelo seu verdadeiro caminho; a Ordem é outra... Li com atenção o processo que lhe instauraram. Ao seu autor tive a franqueza de dizer que a Revolução se fêz precisamente para acabar com tais actos. Isto de crês ou morres já não é para o nosso tempo. Sei da razão que lhe assiste; conte, portanto, com um lugar de relêvo na administração local».

A nosso lado, a auxiliar a nossa fé na restauração geral e sobretudo local, nos momentos difíceis e mais críticos, aparecia como que uma fôrça sobrehumana a proteger-nos.

Começou, então, a minha obra na Câmara Municipal. E prosseguiu sem desfalecimentos até que a morte do Dr. Martinho Simões, em 20 de Julho de 1935, me deixou moral e politicamente prostrado.

Senti um profundo abalo moral. Todavia, a fé inquebrantável no futuro desta terra fêz-me nascer novas energias, novas esperanças e mais força, portanto, para continuar a lutar, porque os inimigos só desarmam — estou certo — quando morrerem.

Entrou, depois, em normalidade constitucional esta Situação Política.

Para a Câmara Corporativa fui eleito, em Coimbra, como representante das Câmaras Municipais de entre Douro e Tejo — pelo centro do País — por uma maioria esmagadora, a-pesar-da luta renhida que se travou — (1.ª sessão legislativa 1936-1939). Na segunda legislatura — 1939-1942 — fui também reeleito por maioria absoluta. Polìticamente o meu esfôrço, o meu trabalho, graças à Providência, foi compensado.

Se as obras tôdas que projectei não estão totalmente realizadas a culpa não me pertence — digo-o com consciência e absoluta verdade.

Aos maus figueiroenses se deve imputar a culpa. Mais tarde se fará justiça, se já não está feita.

Resta-nos a consolação de que a obra realizada durante a vigência da política do Estado Novo tocou em todos os sectores da vida local e, bem pode dizer-se, sem receio de desmentido, que o Concelho de Figueiró dos Vinhos sofreu a maior transformação, em melhoramentos de tôda a ordem, por que jamais passou».

* * *

Decorreram mais de dez anos desde aquele dia de tempestade em que pela primeira vez falei com o presidente do Município de Figueiró dos Vinhos e fui com o médico, habituado a lutar com a morte, com o político que endurecera a lutar com os homens pelo bem comum, ver a pobre Henriqueta, delirante, com febre alta e que eu visiono, hoje ainda, como a mais linda rapariga das redondezas, embora e naturalmente mãe de numerosos filhos.

A acidentada história duma vida política, relatada mais tarde, — êste mesmo diálogo que transcrevo é, afinal, sintese

de diversos diálogos — gravei-a para sempre no espírito, porque vale como documento vivo de uma época e define a personalidade dos lutadores de duas políticas contrárias.

Quando, há pouco, o dr. Manuel Simões Barreiros teve a amabilidade de me pedir que prefaciasse o seu livro «Doze anos de Administração Municipal» — invocando ponderosos motivos de amizade pessoal que me honram e o desenvolvido conhecimento dos factos — e da obra, — a que por mais de uma vez tive d ereferir-me, em reportagens — aceitei com prazer a incumbência.

Não porque de qualquer forma lhe desse maior realce ou valor. Mas porque me lembrei poder completar o livro com a breve história da carreira médica e política do autor, que ficará com o nome ligado, para sempre, ao progresso da poética região.

A história aí fica, tal como a retenho na memória, com o valor, e o sabor, e o pítoresco, de quem tão admirávelmente ma soube contar.

Quanto ao resto do livro — bem melhor escrito do que êste capítulo primeiro — constitue um documentário valioso para a história dos munícipios, sob a égide do Estado Novo, realizando, por imperativo da frase célebre de Salazar dirigida à Mocidade Portuguesa: «Mais e melhor».

Lisboa, Fevereiro de 1943.

Jorge Simões

Duas palavras

O que resolvemos publicar é uma simples resenha, através da qual procuramos dar ao leitor, especialmente ao do nosso Concelho, a descrição sucinta da nossa vida, quer no aspecto particular, quer no aspecto profissional, quer no aspecto da vida pública, uma pálida e aproximada ideia do que fômos, do que sômos e da fórma como actuamos.

Creio termos dobrado o «cabo das tormentas», porque aspirações políticas já não as possuimos e apenas desejamos ultimar obras que, estando entre mãos, deverão ficar prontas durante o corrente ano. Quero principalmente referir-me à construção do Novo Hospital.

Esta obra, desde os primeiros dias de luta, foi das que mereceu a nossa melhor atenção. Os seus trabalhos não se têm desenvolvido, como seria para desejar. Sucedeu assim a todas as obras ou em-

preendimentos, que giram fora da nossa acção administrativa.

Os Novos Paços do Concelho e a Avenida Doutor Oliveira Salazar, por motivos de politiquice local, que obrigaram a perder-se um tempo precioso — gastámos quatro anos em luta — não se começaram a efectuar, e porque, já depois de dotados pelo Estado e de resolvidas as dificuldades, nos surgiu a Guerra Mundial. Isto nos faz levar a crer que esta obra jàmais será levada a efeito.

Perdemos uma época esplêndida para realizar tão importante melhoramento, enquanto lutámos e antes de surgir a Guerra.

Não estamos prostrados, não! Mas quási convencidos de que a oportunidade passou.

As complicações que a Guerra Mundial veio trazer, possivelmente a nossa mobilização militar e, por conseguinte, o nosso afastamento da gerência municipal, tudo isto, que é pessimista mas, porventura, possivel, prejudicará esta e outras realizações em projecto.

Resolvemos juntar a esta publicação algumas referências que diversos jornais fizeram àcêrca da nossa obra.

Fazemo-lo mais por interêsse do Concelho — essas publicações noticiosas representam muito de importante para êste lindo rincão de Portugal, — do que pròpriamente por qualquer sentimento de vaidade.

Tal como estavam, desapareceriam dentro em breve, e assim ficam documentando uma obra e amanhã farão parte da história desta importante região.

Os três relatórios de gerência que apresentámos ao Conselho Municipal, pela mesma razão entendemos que deviam ser incluidos neste livro.

É claro que nem todos serão de opinião do autor. A crítica será severa. Mas... não importa.

Já estamos habituados às lutas mais duras e intempestivas e, mais uma ou menos uma, isso não prejudicará a nossa estrutura física, ou o nosso espírito.

«Quem se sujeita a amar, sujeita-se a padecer».

Por isso cá ficamos aguardando a crítica dos maus, dos despeitados, dos que não são uma coisa nem outra, principalmente dos que a favor dêste concelho nada fizeram, mas também aguardamos, para nosso consôlo, e pelo eterno equilíbrio que coisa alguma desfaz, a benevolência dos bons.

É para êstes, especialmente, que escrevemos, para os verdadeiros amigos da nossa causa para todo o povo do nosso Concelho.

Fazemo-lo com a convicção de que ainda dêste modo prestamos um serviço útil à nossa causa, e à nossa terra.

Por ela tenho sacrificado tudo, a começar pela minha vida privada e profissional. E êste pequeno trabalho se algum sacrifício representa — e representa-o, de facto — em nada se pode comparar ao imenso esfôrço dispendido nas lutas que fomos forçados a sustentar por nos terem sido impostas violentamente, às inquietações que sofremos a cada passo, ao mal estar devido à incompreensão dos homens, nem sei se propositada, ao sofrimento que os falsos amigos nos causaram quando nos desiludiam,

e, sobretudo, a perda de alguns amigos, companheiros de luta e duma dedicação a tôda a prova.

Hoje, felizmente, damos por bem empregado todo o esfôrço dispendido, porque alguma coisa resultou em benefício desta terra que nos viu nascer.

E, como é consolador praticar o bem, ser útil ao próximo, defender a humanidade, e como estamos convencidos, em consciência, que praticámos o bem e temos sido útil a êste concelho, permiti que, num desabafo, vos diga: — estamos satisfeitos!

O concelho antes do "28 de Maio"

O concelho de Figueiró dos Vinhos fica situado no extremo norte do Distrito de Leiria e pertence hoje à província da Beira Litoral. É uma pequena faixa de terra que margina, pode dizer-se, dum e doutro lado, a Ribeira de Alge, desde a sua origem na Catraia (Serra da Louzã) até à sua foz, no Rio Zêzere, denominada Foz de Alge.

Compõe-se de quatro pequenas freguesias: Aguda, Arega, Campêlo e Figueiró dos Vinhos. E todas elas, exceptuando parte da de Figueiró, ficam situadas nas margens dessa Ribeira.

Sendo pobres, sob o ponto de vista agrícola, a natureza dotou-as de encantos e maravilhas tais que poucas regiões do País se lhe podem comparar.

Nós, que conhecemos relativamente bem as diferentes províncias de Portugal, poucas regiões temos encontrado que se possam assemelhar à da nossa terra.

Com uma flora exuberante e variada, é o pinheiro o que mais abunda e que se distingue de todas as outras árvores: são grandes manchas verde-escuro espraiando-se ao longo das encostas desta acidentada região, num verde com mais vida, com mais cromado, um verde que se não encontra igual. A diferença é notável: enquanto os nossos apresentam aquela côr, os das regiões vizinhas mostram-se como que anémicos, sem a pujança da vida que os nossos pinheiros teem.

O grande Mestre Malhôa, que fês desta Vila a sua terra adoptiva e onde produziu o melhor da sua obra, dizia: «A côr da vegetação em Figueiró é privilegiada: o azul do céu que a cobre é mais vivo e radiante».

Aqui encontram-se todas as variedades de plantas, árvores e arbustos, o que torna a primavera deliciosa e encantadora: o Outôno, com os seus tons amarelos e com a sua tristeza natural, não é menos interessante.

O quadro do Mestre — «O Cair da Folha» — dá a noção clara do que é o Outôno em Figueiró dos Vinhos.

A natureza estabeleceu um justo equilíbrio: sendo pobre, como já dissemos, sob o ponto de vista agrícola, é êste Concelho distinguido e rico no tocante a beleza natural, no tocante a côr, a harmonia, a luz. É a sua flora, são as margens da Ribeira do Alge e do Rio Zêzere, é o verde das suas encostas, é a luz e a côr do céu que o cobre, que extasia quem o visita.

Do Cabeço do Peão, sôbre o qual na encosta do

ANO I — Figueiró dos Vinhos, 18 de Julho de 1925 — N.º 1

A REGENERAÇÃO

Semanario defensor dos interesses dos concelhos do norte do distrito de Leiria

DIRECTORES E EDITORES: Dr. José Simões e Dr. Manuel Simões Barreiros

ASSINATURAS: — Cont. e Ilhas, ... Estrangeiro, ...

Redacção, Administração, Propriedade, Composição e Impressão: FIGUEIROENSE

Publicações: ANÚNCIOS JUDICIAIS, ... Cada linha, ...; COMUNICADOS: Cada linha, ...; ANÚNCIOS COMERCIAIS E OUTROS PERMANENTES — Cada linha, ...

Enviado da Redacção

ALEA JACTA EST!

Eis a exclamação de Cesar, deliberando atravessar em armas, as águas do Rubicão, infringindo assim, pela vez primeira, a lei que proibia aos generais romanos entrar em Roma, sem prèviamente haverem licenciado os seus exércitos.

Eis tambem a nossa exclamação, ao lançar para a luz da publicidade **A Regeneração**.

Somos ainda novos, temos talvez menos prática da vida do que conviria para encetar esta empresa e não somos dotados de uma inteligencia fulgurantemente organisada.

Mas em compensação temos persistência, muita força de vontade, fomos educados na escola do trabalho, e, para triunfar na Vida, teremos sempre que contar, unicamente com o nosso esforço.

Por isso, não nos falece o ânimo perante as dificuldades que o nosso espírito prevê já, e vão fatalmente surgir a cada passo, na instituição do nosso semanário.

Seguiremos sempre o lema *querer é poder*, bandeiraes do dicionário do nosso uso a palavra *impossível*, e não haverá dificuldade que não seja prontamente removida.

Entra portanto **A Regeneração** nas hostes do jornalismo, com calma, mas decididamente.

E para quê?

Para defender com intransigência os interesses dos concelhos do norte do distrito de Leiria — Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Ancião e Alvaiázere.

Para reivindicar, sem tréguas, sem desfalecimentos, todas as regalias a que tem justificado *jus* este canto da Extremadura, do há muito votado ao mais completo abandono.

Para reclamar altivamente, sem atitudes humilhantes, dos Poderes constituidos, os melhoramentos indispensáveis ao progresso da nossa região, melhoramentos que, embora não constituam uma [illegible] da dos sacrifícios dela exigidos e por ela prestados, sejam ao menos, uma pálida compensação dada aos seus habitantes, pelo muito com que contribuem para os cofres do Estado.

Para, junto dos corpos administrativos que em cada concelho tenham seu cargo promover e defender os interesses comuns, exercer uma fiscalização que seja um incentivo ao progresso, quer criticando o que for digno de crítica, quer louvando tudo o que for louvavel, quer ainda estimulando bôas iniciativas para o ingresso da nossa região nas correntes mais modernas da civilização.

Para, finalmente, desenvolver entre os povos dos concelhos do norte do distrito de Leiria, o espírito de solidariedade que deve unil-os e norteá-los para uma acção combinada na defesa dos interesses comuns.

Intenta assim **A Regeneração**, preencher um vácuo existente na vida dos concelhos do norte do distrito, vulgarmente conhecidos sob a designação de *concelhos da serra*, servindo-lhes de órgão defensor das suas regalias e de instrumento orientador da sua acção, na conquista dos seus direitos.

A CESAR O QUE É DE CESAR

Foi a nossa vontade impelida por um sentimento de compaixão, olhando para o estado de desprezo em que se encontra esta linda região do norte do distrito de Leiria.

Surgiu nos [illegible] o que fazemos [illegible] estas linhas — A Cesar o que é de Cesar.

Porque é que os homens de dinheiro, de influência política, de boa moral, e, enfim, os homens bons da sua terra, não se unem, para que, com as suas forças conjugadas, façam chegar a este belo canto da Extremadura a evolução do progresso? Ser-lhes-ia, na verdade, muito mais agradável o ciciar do arvoredo, a murmúrio do regato e, em conjunto, o falar da natureza destes belos e aprazíveis campos [illegible] produzem [illegible] até a quem [illegible] de se conservar por aqui? Está no intimo [illegible] não se tornar aborrecido na sua casa para quem o visita. De qualquer forma se procura distrair o nosso convivas: conversando, mostrando-lhe fotografias, paisagens, etc., e derivando depois essa distracção para uma troca de palavras a respeito das belezas da nossa terra, dos meios de conforto que ela proporciona e do progresso que ultimamente tem experimentado.

Ora as assim é, não podem, o industrial, o agricultor, o capitalista, o proprietário, e, enfim, todos os que podem fazer alguma coisa de benéfico, desta região, manter por muito tempo no seu convívio os visitantes, os homens admiradores do belo, individuos que até poderiam com o seu bom gosto e com a sua fôrça de vontade, coadjuvar o impulso que porventura partisse de algum bem intencionado, magnate desta região.

E' bom ser-se bairrista, mesmo da índole do ser humano, consagrar um afecto especial à terra que o viu nascer. Mas muitas vezes é o interesse da terra natal que nos impele a procurar o auxílio e coadjuvação de outras terras, alargando assim a nossa acção a uma região mais ampla que a do próprio concelho.

Deveremos pois ser bairristas mas não até o egoísmo, esse egoísmo pernicioso que nos avilta, nos acabrunha, modificando de momento a momento, o nosso sentir. O egoísmo, esse cancro dominante de uma parte da sociedade, só serve de obstáculo às boas obras, serve simplesmente para imitar o caranguejo na sua marcha.

Trabalhemos portanto para o bem da sociedade, para o bem dos povos.

Os influentes politicos que não durmam, que não tratem exclusivamente dos seus interesses. Não sirvam só os seus afilhados e vejam bem que toda a sociedade tem direito a ser servida, pois é nela que vivemos e dela todos precisamos.

Instem perante os poderes públicos, para que esta região seja atravessada por um caminho de ferro. Juntem os seus dinheiros e associados renovem o aproveitamento das águas do Zêzere, procurando assim levar a cabo as obras ali já feitas e que representam já hoje bastantes centenas de milhares de escudos, dispendidos improdutivamente.

E assim terão dado ao norte do distrito de Leiria e à indústria em geral, meios de vida de que até aqui não dispunha e terão contribuído para o embelesamento, para o progresso desta região, dotando-a de iluminação electrica a que mais do que nenhuma tem inquestionável direito.

Aproveitem-se pois os nossos recursos naturais, e os capitalistas nisso interessados terão prestado um relevante serviço às nossas terras.

Oxalá que *A Regeneração*, lançando mais uma vez esta ideia consiga o que até aqui nunca foi conseguido, para que tenhamos aquilo que a nossa região bem merece e de há muito poderia ter, *A Cesar o que é de Cesar*.

E por tanto pugnará sem tréguas nem quartel por tudo que directa ou indirectamente possa interessar ao progresso desses concelhos.

Aparece portanto **A Regeneração** como um semanário essencialmente regionalista, sem carácter nem fins politicos.

Das suas colunas procuraremos banir inteiramente todas as discussões que possam arrastar-nos para o campo da politica mesquinha que só serve e tem servido em Portugal, para envolver os homens em lutas pessoais improdutivas.

E, entregando à luz da publicidade um jornal retintamente independente, apreciaremos obras sem conhecer homens, propagaremos ideias e principios, desconhecendo programas e partidos.

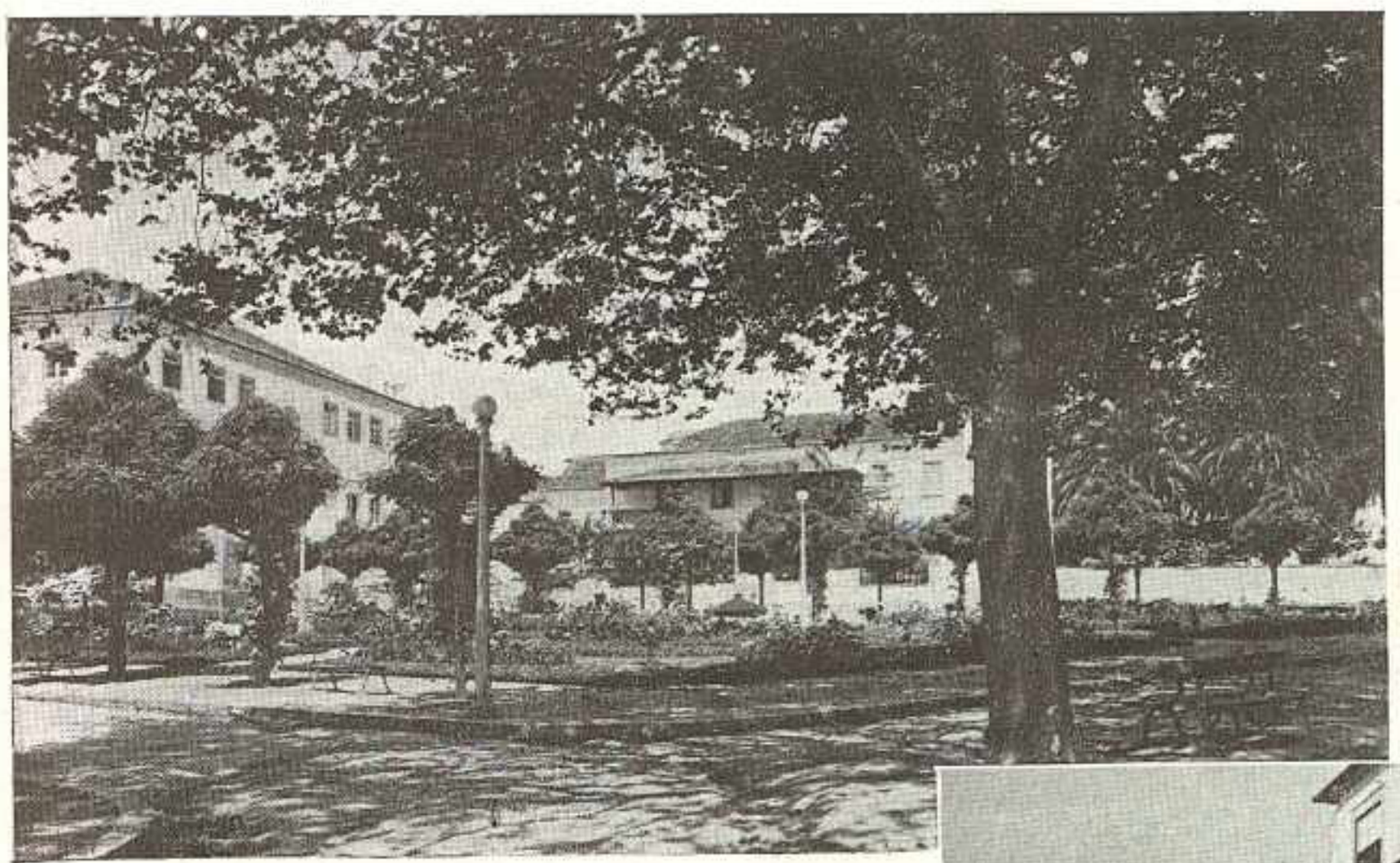
Discussões e polémicas, colaboração literária e scientifica a todos serão permitidas nas colunas do nosso semanário, desde que o façam lavantada e imparcialmente, com correcção e sem paixões politicas. Mas a ninguém será licito atingir do alto das colunas de **A Regeneração**, a dignidade pessoal de quem quer que seja, ou profanar a vida intima de qualquer cidadão.

Dito isto, só temos a esperar a benevolência e o bom acolhimento dos concelhos do norte do distrito, de Leiria enviando a todos os que nos lerem, e, em especial, aos órgãos da imprensa, os nossos mais sinceros e cordeais cumprimentos.

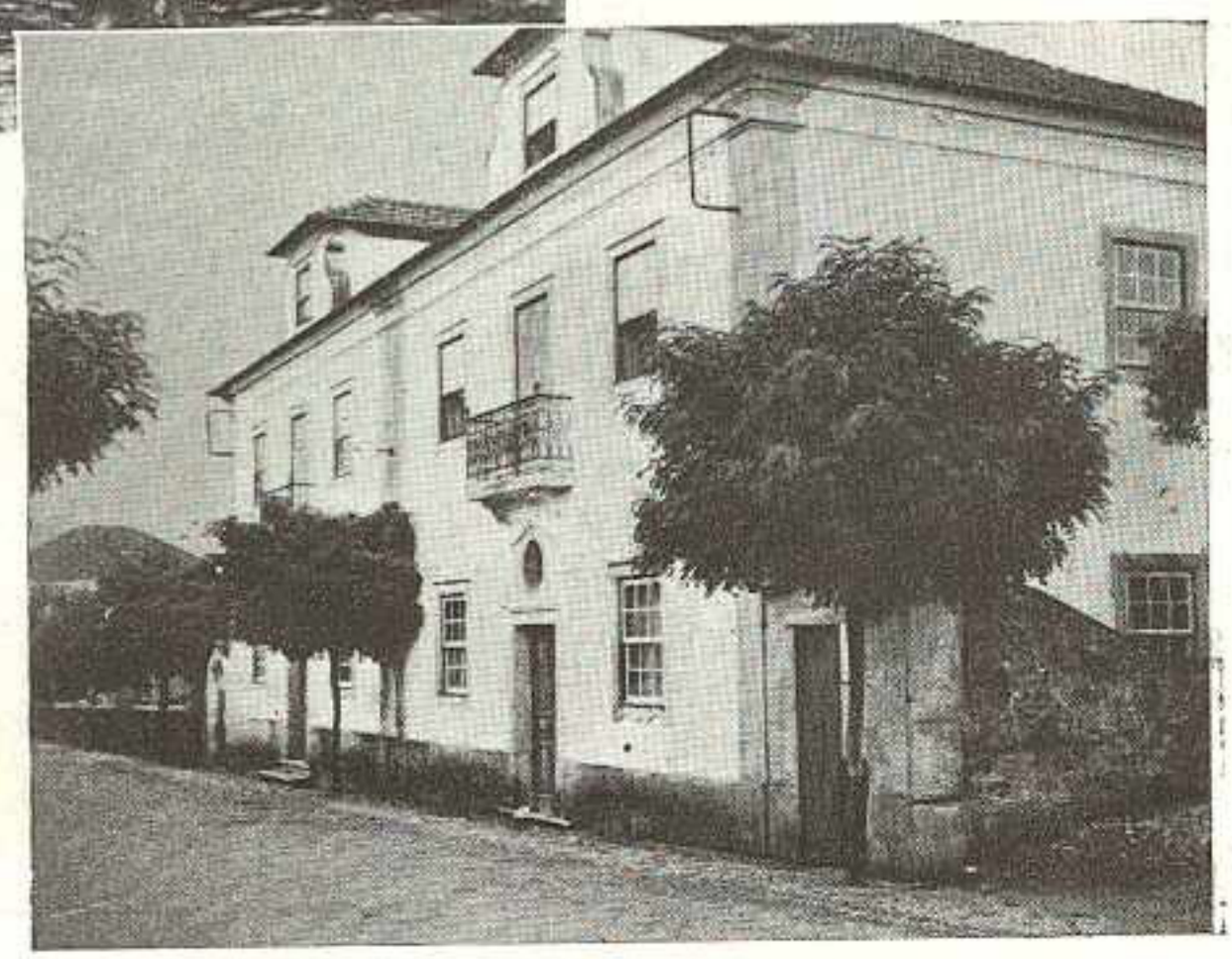
E terminaremos como começámos — *alea jacta est!*

Reprodução do primeiro número de *A Regeneração*, publicado em 18 de Julho de 1925

Obras de interêsse público feitas pela Câmara Municipal de Figueiró. Em cima, o mercado, na vila, substituindo parte tradicional da venda dos géneros, ao ar livre. Aformoseou extraordináriamente, êste ponto da vila e é pela concepção arquitéctónica, aliás muito simples, único no género.



O jardim público, primeira obra da Comissão de Turismo, em 1928-1929, que transformou por completo o centro da vila, dando-lhe o aspecto de pequena mas encantadora cidade.



A Casa dos Magistrados, à entrada da vila, também construída pelos Municípios da Comarca, na vigência da Ditadura Nacional.

lado sul está instalada a Vila, como que a abrigar-se das intempéries, dos aguçados ventos do norte, disfruta-se um dos panoramas mais belos, vastos e interessantes de Portugal.

A Revista de Turismo descreve assim o Cabeço do Peão: «Nesse lugar, para onde se sobe por uma estrada torcicolada, cheia de caprichosas curvas, existe uma capelinha branca, votada a Santo António, e lá existiu outróra um moinho — talvez irmão muito mais novo daquele outro, de que fala a formosa lenda do *Noivado do Cabeço do Peão*, inserta neste album e posta em verso pela pena anónima de João do Lys.

«De lá de cima avista-se um panorama esplendoroso e admirável.

Para oeste estendem-se as serras alcantiladas de S. Neutel e de S. João. Nos pés um vale profundo com vinhedos, milheirais, eucaliptos e pinheiros.

«Uma sinfonia de côr, uma sinfonia de luz!

«Para leste perdem-se as amplidões das Beiras.

«Vêem-se Sernache de Bomjardim, Pedrógão Grande e Pedrógão Pequeno, separados pelo abismo do Cabril, formidàvelmente belo e selvagem. Ainda mais além, como se a natureza se tivesse comprazido em colocar ali todo êsse cenário imensamente maravilhoso, cenário que nos faz pensar, meditar no poder omnipotente de Deus, avistam-se mais as Serras de Vila de Rei e Muradal. Para o norte está a Serra da Lousã — em primeiro plano — a Guardunha e a Estrêla, rainha das serras portuguesas, a fechar o horizonte com as suas cumiadas gigantescas.

«Ao sul multiplicam-se os montes e cabeços que são guarda avançada das serranias beirãs.

«Há casinhas brancas e capelinhas risonhas disseminadas entre a verdura dos vales e encostas. O local convida a uma meditação profunda. Vive-se ali na tranqüila paz dos campos, plenos das melodias das aves e do zumbir alegre das cigarras.

«E há um contraste forte e chocante. As aldeias e casais — nada menos de quarenta — que cercam a Vila, na Província da Beira Litoral, são todas muito brancas, muito lavadas, rebrilhando aos raios do sol. Aquelas que se avistam para além do Zêzere, na Beira Baixa, são negras e tristes, parecendo crastos milenários.

«Êste é o panorama inesquecível que se disfruta no Cabeço do Peão».

Outro ponto digno de menção especial é o das Fragas de S. Simão, onde a Ribeira de Alge passa numa garganta estreita, cortada a pique em rochas graníticas, de aspecto selvagem.

Nas margens daquela Ribeira, cujas águas movimentam dezenas e dezenas de moinhos e azenhas, há muitas casas rústicas disseminadas por entre uma rica vegetação, o que dá um quadro lindo e perfeito.

Nas Fragas de S. Simão ainda hoje habitam as águias reais.

Afirma o «Guia de Portugal» — e é com justiça que o faz — que êste local é mais belo e imponente que o dos cabris do Zêzere e do Ceira; mais pitoresco que o das gargantas do Côrgo e do Rabagão.

«No seu género — afirma o mesmo livro — é o que há de mais belo no País».

Na Foz de Alge pode admirar-se o encontro da Ribeira daquêle nome com o Rio Zêzere, onde existem as ruínas de uma antiga fábrica de fundição de ferro, que laborou no tempo do Marquês de Pombal, podendo verificar-se os processos rudimentares da exploração daquêle tempo.

«À distância de 7.800 metros da Vila — diz a Revista de Turismo — «está a ponte da Bairrada, sôbre o Zêzere, junto da foz do Rio Bouçã que ali vai desaguar.

A ponte, moderna, de três arcos, serve de comunicação entre a Beira Litoral e a Beira Baixa, por uma estrada recém-acabada de construir.

O local tem pitoresco e é verdadeiramente aprazível.

Ali se realizam, em tôdas as épocas do ano, numerosos «pic-nics» e excursões, passando-se deliciosamente um dia inteiro.

O rio corre ao fundo, entre apertadas gargantas, numa velocidade excessiva. Abundam no Rio Zêzere e naquêle local saborosos peixes, constituindo o desporto da pesca uma das maiores atracções dos múltiplos e pacientes aficionados.

A Serra de S. Neutel, a pequena distância da Vila, é também um ponto digno de ser visitado para se tornar conhecido. Numerosas pontes rústicas e primitivas estão lançadas sôbre os ribeirinhos, que correm e saltitam através das fazendas.

Do lado poente corre a Ribeira de Alge, e do lado nascente, mas ao fundo, corre a de Agua de

Alta, que por ali abaixo vem serpenteando caprichosamente.

A Lapa da Moura, a curta distância da Vila — pouco mais de um quilómetro — situada junto à Ribeira da Água de Alta, é outro local digno de ser visitado.

Ali se construiu em 1928 a central hidro-eléctrica, que alumia a Vila.

Muitos outros pontos poderiamos citar, pois que, para qualquer lado que nos dirijamos, sempre encontramos encanto e beleza».

A-pesar-de o Concelho possuir tôdas estas esplendorosas belezas que acabamos de referir, e para as quais a mão do homem em nada contribuiu, por tôda a parte se vivia em pleno estado primitivo.

Não havia estradas, sequer caminhos razoáveis: o acesso às aldeias mais distantes do nosso Concelho tinha de fazer-se necessàriamente a pé ou a cavalo.

Com os caminhos verdadeiramente intransitáveis juntavam-se os edifícios públicos que, a começar pelos Paços do Concelho, se encontravam em completas ruinas. As escolas não possuíam o mais elementar material de mobiliário ou didático, apresentando-se com um aspecto vergonhoso.

Para qualquer ponto do Concelho que nos dirigissemos não encontrávamos qualquer pequeno melhoramento, qualquer valorização que interessasse ao povo laborioso das nossas aldeias.

Tão pouco se conservava o que os nossos ancestrais haviam — sabe-se lá com que sacrifício — rea-

lizado: pelas fontes não corria água, e as pontes era perigoso passar por elas.

Vou citar um exemplo elucidativo, para se vêr a verdade do que afirmo:

António Ferreira do Amaral, natural do Fontão Cimeiro, da freguesia de Campêlo, deixou, por seu falecimento, um importante legado à freguesia.

Com êle, e por disposição de última vontade, construíu-se a Igreja de Campêlo e um edifício escolar para os dois sexos, e ainda foi adaptada uma esplêndida casa, em Vilas de Pedro, destinada também ao edificio escolar.

Por alturas de 1925 a professora adoeceu, e fomos chamados, na nossa qualidade de médico. Atravessámos a sala da escola para irmos onde se encontrava a doente e o que vimos foi o seguinte: uma sala ampla de bom tamanho para o fim a que se destinava e com boa luz. Mas não havia um único vidro nas janelas; muitos banquitos dispersos na sala; ao fundo, uma secretária côxa e ao lado dela um quadro preto e uma comprida vara posta ao alto.

As crianças para na escola se sentarem, tinham de levar de suas casas êsses pequenos bancos!

Por esta escola se poderá avaliar como estavam as restantes do Concelho; relativamente, as da Vila, não estavam melhores.

Por tôda a parte o aspecto era triste: ruinas, desalento, miséria — numa palavra — um verdadeiro cáos.

Se atendêssemos ao ponto de vista da assistência não se encontrava melhor. O hospital local não re-

cebia doentes. Tôda a sua receita era absorvida pelo secretário e pelos subsídios que davam aos seus apaniguados.

Os desgraçados das nossas aldeias, pobres e doentes, ficavam à mercê de qualquer vizinho caridoso, pois a assistência não chegava lá.

E quanto à situação financeira do nosso Município?

A Câmara Municipal vivia em pleno regime deficitário.

A sua actividade financeira limitava-se, no tocante às receitas, em receber as percentagens que se cobravam com os adicionais às contribuïções directas do Estado.

E porque, num dos anos, se esqueceu de indicar as percentagens — até onde ia a incúria, meu Deus! — nêsse ano não recebeu a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos importância alguma daquela proveniência.

Até os próprios funcionários, todos ou alguns, deixaram de receber os vencimentos. Para cobrir tal desaire procurou-se recorrer a um empréstimo na Caixa Geral de Depósitos. Mas a resposta dêste organismo, em face do orçamento apresentado, foi uma total negativa: uma Câmara falida não podia garantir empréstimos.

Por capricho do destino estão ainda vivos os individuos que faziam parte dessa Câmara e que me não deixarão mentir.

Em 1928 foi eleito para o Senado um indivíduo que, no momento das eleições, vivia no concelho de Castanheira de Pera.

Meses após, ao regressar, foi convidado a tomar posse. Antes de o fazer, porém, dirigiu-se à Secretaria e informou-se das condições financeiras. Pelo secretário lhe foi dito que o erário do Município mal chegava para satisfazer os encargos com os vencimentos dos funcionários.

Em face de tão tristes elementos, afastou-se e disse que só para pagar os vencimentos não precisavam dêle para coisa alguma.

Por esta simples e resumida descrição poderá o leitor avaliar a situação precária em que vivia a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, nos anos que precederam a Revolução do 28 de Maio de 1926 e não se exagera dizendo que vivia em perfeito regime de desiquilíbrio permanente.

Ninguém aceitava contractos com a Câmara; a Câmara tinha devedores em todos os lados; aos Hospitais Civis de Lisboa e de Coimbra deviam-se algumas dezenas de milhares de escudos e aos médicos municipais não se pagaram os seus vencimentos perto de dois anos.

Foi nêste *brilhante* estado, quer material, moral ou financeiro, que a Comissão Administrativa nomeada após a Revolnção de Maio de 1926 encontrou a Câmara Municipal do nosso Concelho.

"28 de Maio" de 1926

APÓS o movimento revolucionário de «28 de Maio» de 1926, que teve como chefe o General Gomes da Costa, houve um período de confusão. Os homens ao tempo detentores do poder no Concelho imediatamente se prepararam para que, no caso de dissolução dos corpos administrativos, como era freqüente após qualquer revolução, ficassem novamente senhores do poder.

A política local estava — diga-se de passagem — bem organizada nêsse sentido.

Por isso, sempre que era necessário organizar uma Câmara fora dos partidos, êles tinham os chamados *independentes* que afinal, eram sempre os mesmos e sòmente destinados a êste fim.

Estabeleceu-se a luta, como era natural.

Dum lado os políticos velhos e sabidos, com a sua habilidade de raposas, a indicarem três nomes

para formarem a Comissão Administrativa que, no dizer dêles, eram três homens bons, e independentes na política.

Do outro lado, três ou quatro novos a protestarem perante o Governador Civil contra tal indicação, afirmando que ela não representava mais do que a continuação encapotada do que anteriormente existia.

E, se não era para criar nova orientação e para estabelecer novos princípios, para que se tinha feito a Revolução gloriosa do Exército?

Manteve-se esta luta por vários dias.

A-fim-de solucionar a questão, que foi bastante dura, e nela queimámos muito actividade, estiveram entre nós, servindo de Administradores do Concelho, dois oficiais de confiança do Govêrno, que aqui se conservaram durante meses.

Passado que foi algum tempo sôbre a vinda para êste Concelho daquêles oficiais, e em contacto com o meio, reconheceram que os novos tinham por si a razão e estavam com a verdade, e dentro dos princípios que nortearam a Revolução. Havia, pois, de afastar os antigos políticos e confiar a administração local a gente môça que inspirasse confiança e não tivesse responsabilidades no passado.

Recordamos, com factos recentes, as vezes que conferenciámos em Leiria com o Governador Civil e as lutas que sustentámos a-fim-de não serem postergados os princípios revolucionários.

Da última vez que regressávamos de Leiria — muito bem nos recordamos — já fatigados e abafa-

dos com o calor de Julho, sofremos na Ribeira de Alge o sétimo furo no velho *Fiat,* companheiro fiel que nos transportava onde eramos necessários ou havia luta.

Um pouco desanimados, produto da violência da luta, e da fadiga momentânea, procurávamos convencer o companheiro amigo do tempo de estudante — o Dr. José Martinho Simões — o companheiro, também, na luta política local, o amigo verdadeiro incapaz de atraiçoar, de que era necessário aceitar a plataforma acabada de nos ser presente pelo Governador Civil.

Recordamos e temos bem gravadas na mente as observações dêsse saüdoso amigo e a repugnância que apresentava em presidir a uma Comissão Administrativa onde não dispusesse de maioria.

Respondemos-lhe: «é preferivel aceitar a plataforma proposta, a ficarmos de fora». E para o convencer acrescentávamos: «ficando como presidente o meu amigo, com o seu carácter e a sua habilidade, sempre tem facilidade em dirigir o barco sem receio de que êle meta água.

Tôda esta troca de palavras se fez enquanto o tal sétimo «furo» era preparado e na disposição de espírito referida, incomodados com a intransigência do amigo, até que terminada a tarefa imposta e encostados à trincheira da estrada a tomar um pouco de descanso e ar fresco, que das águas da Ribeira se soltava, perdemos a paciência e já num tom exaltado fizemos sentir àquêle grande amigo que não só e principalmente o Concelho, mas também o ideal e os seus amigos exigiam que êle perdesse aquela

intransigência e que era forçoso que pessoa alguma do nosso Concelho soubesse o que êle pensava.

Minutos depois caminhávamos estrada fora direitos a nossas casas, calados, como que amuados; estávamos nas vésperas da solução do problema político de Figueiró dos Vinhos.

No dia seguinte o nosso querido amigo dizia-nos: «assim o querem, faça-se a vossa vontade, embora esteja convencido da efémera duração desta Comissão Administrativa».

De facto, havia razões para aquêle procedimento do nosso saüdoso amigo: o Governador Civil havia-nos declarado terminantemente que não entregava a Comissão Administrativa da Câmara do nosso Concelho a um único grupo político, e que, como pelas informações que possuia da vida política deste Concelho se encontravam três grupos políticos, cada grupo ficaria no Munícipio com o seu representante.

O nosso grupo teria a representação na Presidencia do Município, pelo Dr. José Martinho Simões; o grupo dos democráticos por José Manuel Godinho, e o terceiro grupo, pelo Tenente Carlos Rodrigues Manata.

E, havia salientado o Governador Civil, caso o Dr. Martinho Simões não aceitasse a presidência, nomearia para tal lugar o Dr. Manuel de Vasconcelos.

Venceu-se a relutância do Dr. Martinho Simões e assim se evitou cair numa Comissão Administrativa contrária; tinhamos ficado vencidos, aparentemente peados de continuar a luta; mas foi por isso que lutámos desesperadamente.

Confiante na Providência, na habilidade, inteli-

gencia, bom senso e tacto político do Dr. Martinho Simões, denodadamente defendemos e provocámos a sua entrada na vida política concelhia.

Estávamos certos que o Dr. Martinho Simões saberia conquistar a simpatia dos vogais da Comissão porquanto êles, em princípio, concordavam com o nosso ponto de vista, integrado nos princípios preconizados pela gloriosa Revolução Nacional.

E diziamos ao Dr. Martinho: «não hesite, fique presidente da Comissão e creia que o Tenente Carlos Rodrigues e o José Manuel Godinho não o hostilizam. Aquele nosso saüdoso amigo ainda respondia, sempre cauteloso e duvidoso: «está enganado, eu creio que êles pensem connôsco mas também creio que só farão o que os grupos políticos lhes determinarem.

Argumentámos: é possivel que assim suceda perante uma agitação política, num momento extraordinário, mas, perante o ambiente estabelecido, o senso comum, tudo aconselha que se evite levantar questões e para isso o meu querido amigo possue a maior habilidade. De resto, tanto o Tenente Carlos Rodrigues Manata como o José Manuel Godinho são indivíduos empreendedores e como admiradores e amigos da sua terra, estou convencido, que não nos hostilizam.

O nosso amigo insistia ainda: «Mas, no caso de aceitar, como será possivel qualquer acção municipal se a Câmara apenas tem dividas, se está completamente arruinada financeiramente?

Respondemos: «Não se apoquente com isso; pelo jornal já todos conhecem e sabem que, se o poder

municipal nos fôr entregue, a Câmara sofrerá uma radical transformação. Essa transformação consiste apenas nisto: criar receitas novas, arrecadar o melhor possivel as existentes e ter na administração uma mão de ferro, ou seja, não nos deixarmos arrastar em favoritismos e compadrios. Creia que deste modo faremos o que outros jamais fizeram neste Concelho.

E, se nos lembrarmos de que neste Concelho tudo está por fazer, qualquer coisa que se faça representa imenso, representa a anunciada mudança radical».

Confiámos absolutamente no Dr. Martinho Simões, mas êle, com a sua personalidade, como um pensador, mas sempre receoso, fazia-nos observações que, sendo para ponderar, sendo de atender, não nos convenciam. Era necessário experimentar a nossa acção administrativa; proporcionara-se a ocasião, embora não fôsse como desejávamos; e não devíamos hesitar em entrar para a Câmara Municipal. Se perdêssemos esta oportunidade, dada a forma como os nossos antagonistas tinham montada a máquina política, jamais lá chegaríamos; ou vencíamos, e para isso confiávamos na sua experiência e bom senso, ou então desaparecíamos politicamente.

Éramos novos, filhos do Concelho, tínhamos um amor arreigado à nossa terra, queríamos um Concelho próspero, engrandecido, melhorado e belo, restaurado e formoso, como era de plena justiça: não devíamos, portanto, perder a oportunidade que se nos oferecia.

Foi pelo estado lamentável em que o Concelho se encontrava que formámos grupo e cerrámos fileiras contra a política parasitária e de compadrio em que os «caciques» locais e seus apaniguados se governavam pessoalmente, protelando para plano secundário tudo quanto representasse bem comum.

E, assim, fômos para o acôrdo proposto pelo senhor Governador Civil.

Levávamos connosco grandes esperanças, íamos confiados na nossa razão, nas nossas faculdades de trabalho, nas nossas possibilidades de acção, no nosso dinamismo e fôrça de vontade, acreditávamos que a Providência divina nos auxiliasse e ela jamais deixou de nos dar o seu precioso auxílio.

Jogámos uma cartada difícil — pode dizer-se — pois dela resultava polìticamente o nossa morte ou a nossa vitória: confiantes na vitória, avançámos, fômos resolutamente para a frente.

Nas eleições que disputámos em Outubro de 1925, fomos vencidos.

Não desanimámos: persistimos com a nossa indomável fôrça de vontade, numa luta em prol de um Figueiró melhor, com uma fé imensa na Revolução salvadora dêste País, que tão alto o tem elevado.

Novos, cheios de seiva juvenil, aspirávamos e lutávamos por melhores dias.

A luta encarniçada que enfrentamos, não olhando a interêsses, nem aos perigos pessoais que corríamos, e não poucos eram, continuava a-pesar-de tudo.

Resolutos, confiantes em nós, enfrentavamos o adversário poderoso, vélho e manhoso. Gregos e

Troianos se uniram para liquidar a nossa posição. Mas, apesar disso, nada abalou a nossa vontade, a nossa coragem, a nossa fé, a nossa confiança na vitória final.

A luta foi grande e tomou aspectos graves em que a nossa vida correu grave perigo: assim, tivemos de, em plena assembleia eleitoral, nos Paços do Concelho, dizer alto e bom som, na iminência de uma deslealdade política grave, que estávamos dispostos a não nos deixar vencer fàcilmente e que a nossa vida responderia pela derrota. Por outra vez, na assembleia eleitoral de Aréga, por ocasião das eleições da Câmara Municipal, se não fôsse a nossa habilidade e a plena convicção da gravidade do momento perante a agitação provocada, tínhamos sido bàrbaramente assassinados, como alguém tinha preparado e previsto.

Terminadas as conferências com o Governador Civil, outra luta se travou.

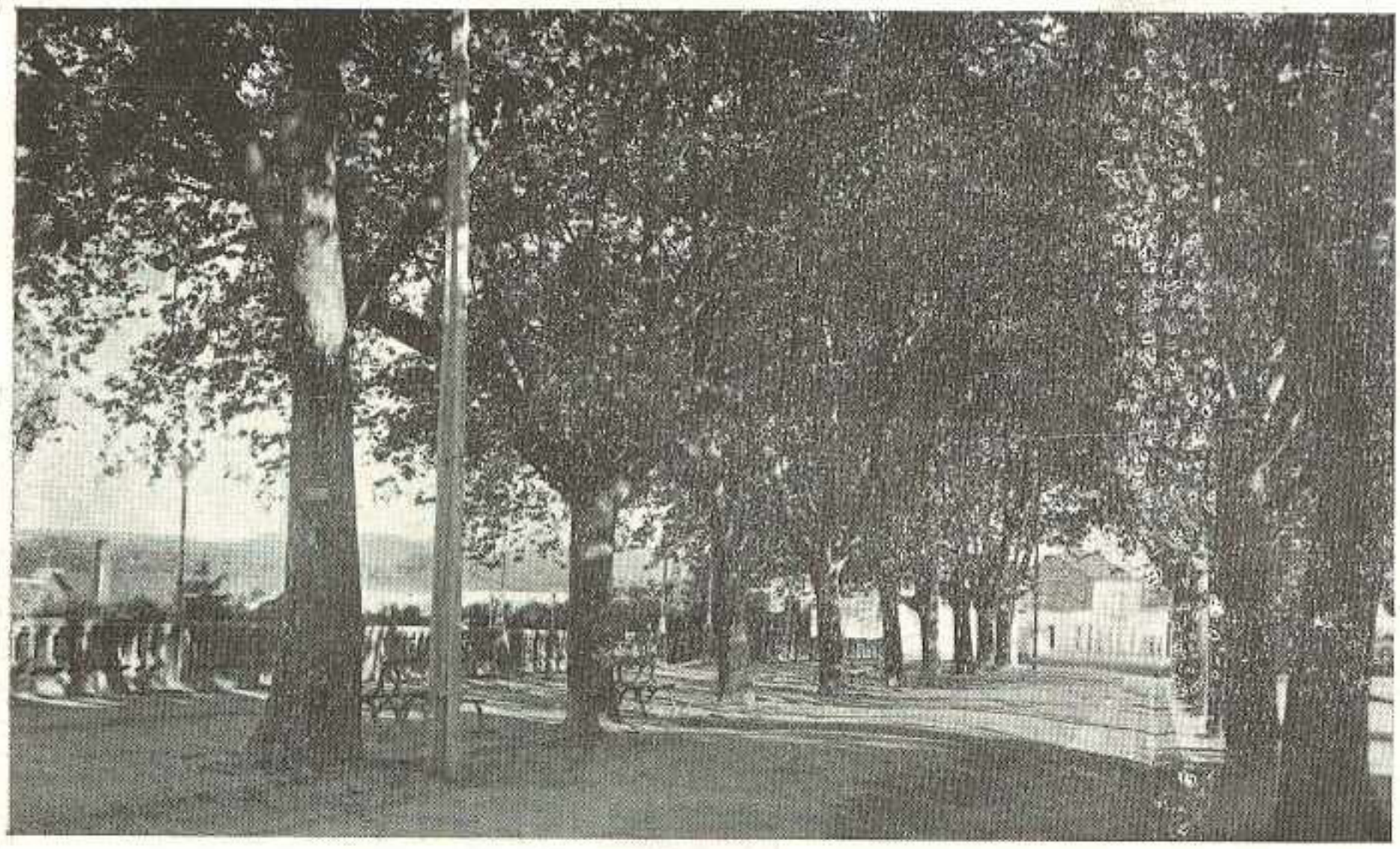
A Comissão Administrativa da Câmara Municipal organizou-se com tôdas as facções políticas como estava previsto, e cabia-nos a Presidência, ocupada pelo nosso desditoso amigo doutor Martinho Simões — por isso a direcção administrativa do Concelho e a concernente responsabilidade.

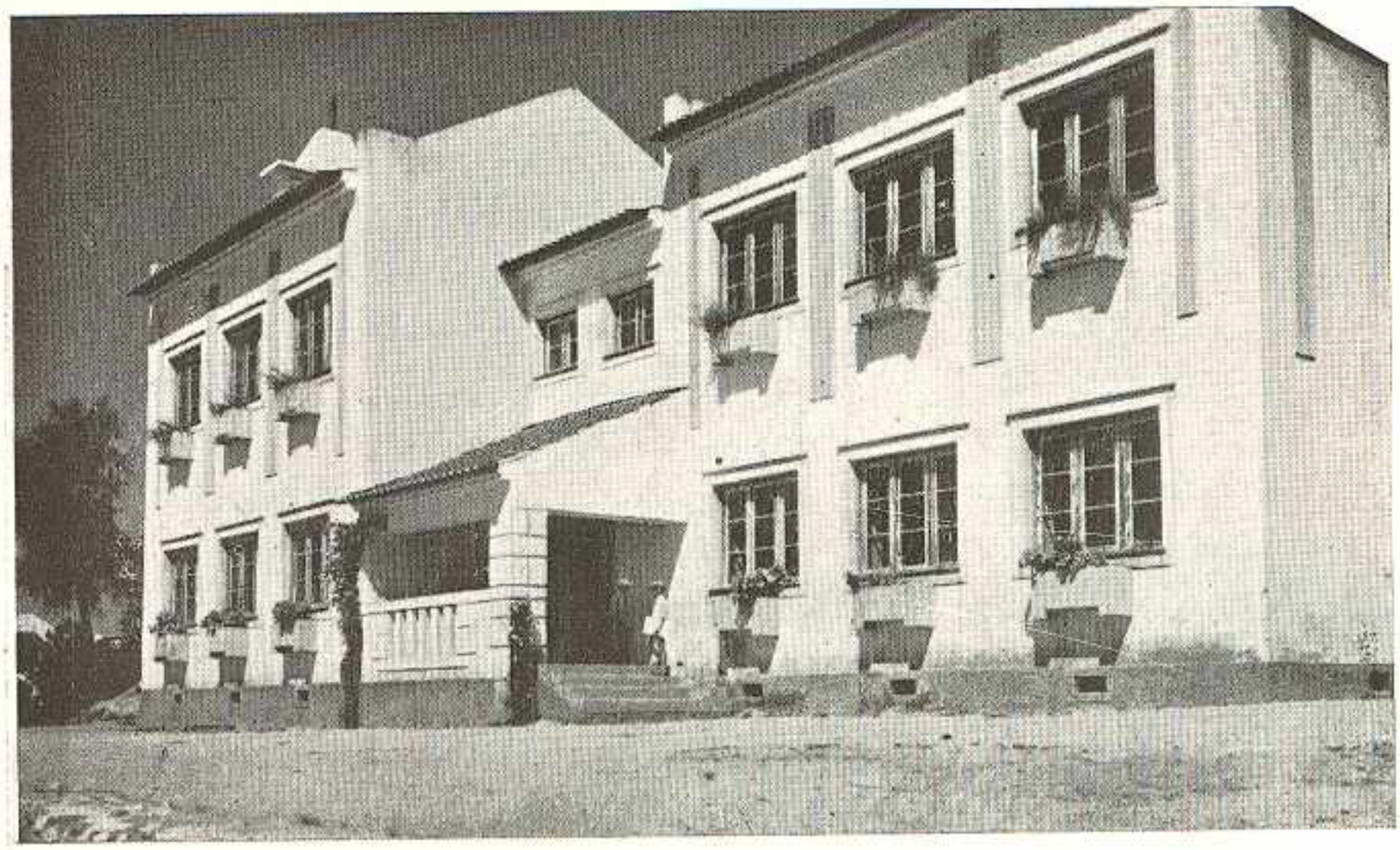
Pensávamos constantemente na não menos imensa responsabilidade que nos cabia.

Chegara a Revolução: embora o íntimo nos confiasse o segrêdo da sua duração e aprumo, o exemplo do passado fazia-nos pensar numa duração efémera. Se assim fôsse a nossa vida política morria momentos após se haver iniciado; e com pleno

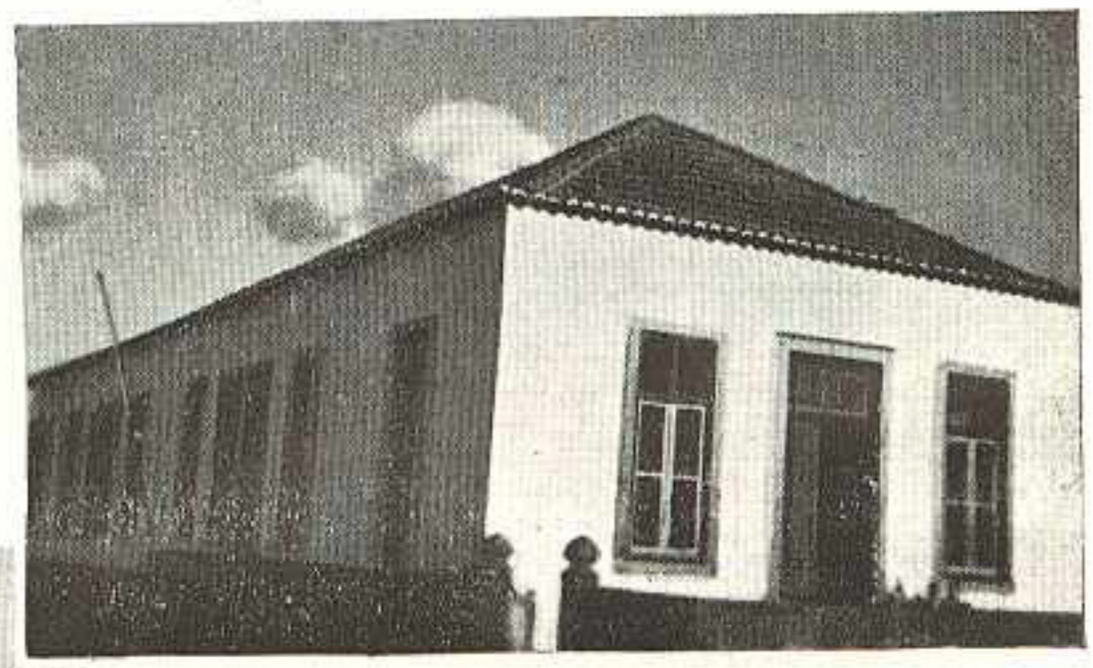
Admirável cruz, em ferro fundido, construída em 1816 na fábrica, ora em ruínas, da Ribeira de Alge. Ela é o símbolo da fé e da crença simples do povo, que, baldadamente, quizeram arrancar-lhe.

Avenida Padre Diogo de Vasconcelos, figueiroense ilustre e exemplo de sacerdote.
Obra da Câmara Municipal, em 1930





FIGUEIRÓ DOS VINHOS — 4 LUGARES TIPO «ESTREMADURA»

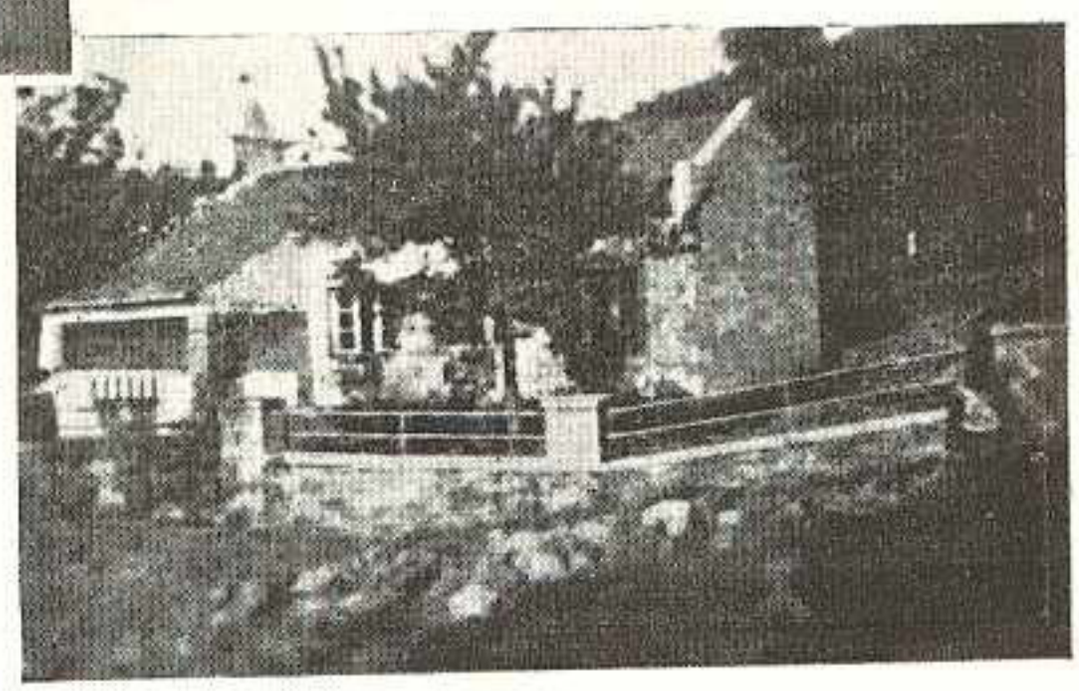


AREGA

FONTÃO FUNDEIRO

As escolas, em Figueiró e no Conselho, caiam em ruínas, antes da Revolução de «28 de Maio». As poucas que existiam assemelhavam-se tôdas a pardieiros.

Eis quatro aspectos das escolas que foram edificadas.



ALGE

conhecimento dos prós e contras. Integrados na realidade do momento, não esmorecemos, redobrámos de intensa vontade em continuar a luta áspera que nos foi imposta.

Tinhamos momentos de desânimo — qual o lutador que os não tem! — mas encorajando-nos mùtuamente, caminhámos sempre de mãos dadas, cheios de fé, confiança e exaltação. Viamos lá longe, como meta brilhante a atingir, o nosso Figueiró mais belo, mais grandioso, mais desenvolvido, e mais conhecido, a causar a admiração de quem o visitasse — e esta visão afastava de nós, completamente, qualquer mesquinha ideia de deserção.

No jornal *A Regeneração,* que fundáramos havia um ano, em artigos sucessivos e apaixonados preconizavamos uma acção administrativa de fomento e de desenvolvimento, contrária em absoluto à inação dos anteriores mandatários administrativos.

Estava tomada a responsabilidade — «alea jacta est!» — cabeça erguida e em frente!...

O nosso amigo ainda pretendia por vezes falar, e muito preocupadamente, na falta de numerário Municipal, o qual, dizia, mal chegava para custear os vencimentos dos funcionários, mas nós respondíamos-lhe que faríamos milagres, se tanto fôsse necessário. «Com uma administração rìgidamente honesta a Câmara Municipal tem de singrar como qualquer emprêsa bem administrada». Criaríamos as receitas que julgássemos necessários, sem prejudicar o povo do nosso Concelho, e com elas daríamos, ao mesmo povo, mais, mas muito mais valor do que o do seu sacrifício.

A maior dúvida e a que mais nos amedrontava era a de ignorarmos qual seria o procedimento dos dois Vogais representantes dos outros grupos. Colaborariam ou não colaborariam connosco?

A interrogação era grave, porque embora o Presidente da Comissão Administrativa se pudesse firmar junto da autoridade Distrital, êle não podia evitar o isolamento a que quizessem condená-lo.

Soou o momento. O nosso amigo querido ocupou o lugar de autoridade administrativa do Concelho de Figueiró dos Vinhos com a serenidade dos grandes, com a resolução dos fortes, com o verdadeiro aspecto dos predestinados.

Ainda hoje assim o vemos, na nossa saüdade...

Lutámos e vencemos!

Primeira Comissão Administrativa da Câmara Municipal

A 19 de Julho de 1926 tomou posse a primeira Comissão Administrativa da Câmara Municipal do nosso Conselho, sob a Presidência do Dr. José Martinho Simões, servindo como Vogais os srs. José Manuel Godinho e tenente Carlos Rodrigues Manata.

Esta Comissão teve o beneplácito da maioria do povo do Concelho, que nela depositou confiadamente os seus destinos, esperançada numa mais sã administração e na realização das suas justas aspirações.

A política partidarista, embora com maioria de assentos na Comissão, não gostou da solução dada ao problema político de Figueiró dos Vinhos, pelo Governador Civil do Distrito, porque, habituados ao mando supremo, sem fiscalização e, portanto, sem serem chamados a responsabilidades, para êles só servia a vitória total.

Aceitaram também a solução porque, confiados na maioria eleitoral do Concelho — de que efectivamente dispunham — aguardavam o próximo acto eleitoral para vencerem.

Partiram do princípio de que seria uma questão de poucos dias ou meses a transição do poder para as suas mãos e daí a indiferença com que esta modalidade política foi por êles aceite.

Investidos nos seus cargos, as pessoas que formavam a Comissão começaram por tentar pôr ordem nos serviços.

A tarefa foi árdua e difícil porque, para qualquer lado que se voltassem, deparavam apenas com desorganização e destroços.

O Dr. José Martinho Simões, pessoa muito hábil e especialmente competente em assuntos administrativos, imediatamente procurou resolver problemas diversos que se apresentavam com difícil solução, designadamente o da organização financeira.

Os dois Vogais, conscientes do lamentável estado da vida do Município, e com o aprumo que sempre têm mantido anos fora, apoiaram a acção e auxiliaram aquêle nosso amigo em tão espinhosa tarefa.

Conseguiram resolver problemas que se apresentavam como insolúveis e, a propósito, lembramos um facto passado com o signatário destas linhas, como médico-municipal. Aquêle nosso amigo chamou os dois médicos-municipais, a quem o Município devia cêrca de dois anos de vencimento e com êles estabeleceu um acôrdo, em que as duas partes ficaram beneficiadas — os médicos porque

receberam imediatamente, embora menos do que lhes era devido — o Município porque não só não pagou tudo o que devia, como arrumou um assunto que o deveria preocupar.

Solucionados os problemas mais instantes e inadiáveis, reorganizados os serviços, estabelecido um princípio de equilíbrio financeiro, logo a Comissão Administrativa passou a fazer alguma coisa que representasse, no presente e no futuro, qualquer grande benefício para o povo desta terra.

Era, de momento, a maior aspiração a satisfazer, a luz eléctrica para iluminação particular e pública.

Era sonho de há anos, que Câmara alguma conseguira efectivar.

Pertenceu a esta Comissão a honra e a glória de iluminar êste encantador rincão, cabendo destacar, em especial, a acção desenvolvida nêste sentido pelo Vogal tenente Carlos Rodrigues, que dispendeu o melhor dos seus esforços.

Foi também esta Comissão que realizou a primeira reparação no edifício dos Paços do Concelho e, se mais longe não foi, deve-se ao facto de, logo um ano depois da posse, o doutor Martinho Simões haver sido convidado para Secretário Geral e Director Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior, cargo que aceitou.

A saída dêste tão ilustre figueiroense da Presidência da Comissão fez diminuir, quási que sustar a sua actividade.

Os nossos adversários políticos acharam que o momento era oportuno para procurar que o cargo de Presidente da Comissão, agora vago, fôsse

preenchido por qualquer mandatário da sua confiança.

Como as provas estavam tiradas quanto aos Vogais José Manuel Godinho e tenente Carlos Rodrigues Manata, os quais não serviam para aquilo que dêles pretendiam os nossos inimigos, procuraram substituí-los. E assim, o tenente Carlos Rodrigues foi exonerado e a vida administrativa de novo entrou em crise, que durante alguns meses se prolongou, em virtude da atitude assumida pelo Governador Civil do Distrito.

E de tal forma a crise foi, que, a propósito, citamos o seguinte facto, que não deixa de ser curioso: foi nomeado um indivíduo para substituir o tenente Carlos Rodrigues, mas não chegou a tomar posse a-pesar-de de ter o alvará de nomeação no bôlso.

Talvez o guarde ainda, como saüdosa relíquia, e, nos longos serões de inverno, à lareira, o mostre aos seus filhos, para que êles saibam quanto foi honrado e distinguido!...

O Concelho considerado Estância de Turismo

GUINDADO o Dr. José Martins Simões ao cargo de Secretário Geral e Director Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior, tal facto, como é de supôr, teve os seus reflexos. Há muito eu defendia e apresentava a necessidade de Figueiró dos Vinhos ter junto do poder central uma pessoa do nosso Concelho porque só assim, entendia eu, Figueiró poderia sair da apatia em que estava vivendo. Era necessário alguém que, com competência, dedicação, amor e carinho, defendesse as justas aspirações do desenvolvimento dêste lindo recanto de Portugal.

Quando das eleições, em 1925, o Dr. Martinho Simões se propôs como deputado, era êste já o seu e o nosso intuito.

O objectivo fôra agora atingido e verificava-se a condição indispensável de triunfo para a nossa po-

lítica concelhia, que era e é, afinal, a política de tôda a Nação portuguesa, a política da Revolução Nacional.

O primeiro lance do dr. Martinho Simões foi fazer considerar a sua terra como estância de Turismo, o que com justiça se verificou em 1928.

Pouco tempo decorrido fomos nomeados presidente da Comissão Municipal de Turismo, tendo como tesoureiro o Sr. Francisco Rodrigues Ferreira e como secretário o chefe da Secretaria da Câmara.

Foi nêste ano de 1928 que ocupámos, portanto, o primeiro cargo para agir directamente na administração do nosso Concelho e deliberadamente nos lançámos na execução do que julgámos ser o nosso dever.

Em dois anos esta Comissão Municipal de Turismo, a-pesar-dos rendimentos deminutos de que dispunha — cerca de quinze mil escudos anuais — fêz duas obras, o Jardim e o Parque Municipal, que são o orgulho de todos os bons figueiroenses, podendo chamar-se-lhes a sala de visitas da Vila.

O nosso Album de Turismo descreve-os assim:

«Construíram-se dois jardins públicos segundo projecto de técnicos especializados, e um dos quais — o Jardim-Parque — com os seus modernos candeeiros de iluminação poderia figurar, sem desdouro, em qualquer cidade de primeira categoria.

Alindaram-se os principais largos e praças, sendo iluminadas por colunas com duplos e modernos candeeiros. Entre aquêles merecem especial destaque os que figuram nos largos «António José Pimenta» e «José Malhôa».

Estas duas obras e outros auxílios prestados pela Comissão de Turismo à Comissão Administrativa da Câmara Municipal foram avaliados em cêrca de duzentos mil escudos, tendo apenas de receita cêrca de quinze mil escudos anuais e realizaram-se no curto espaço de pouco mais de dois anos.

Foi dêste modo que mostrámos a nossa acção administrativa e que provámos ao povo do Concelho que a política por nós proclamada e a orientação que preconizávamos não era utopia, um sonho ou uma simples luta «politiqueira», mas sim uma arreigada convicção obtida à custa de raciocínios, de esforços e em tôda a nossa vida guiada por um alto ideal.

A propósito do Jardim-Parque, vou narrar o seguinte episódio:

Mestre Malhôa era um apaixonado por Figueiró dos Vinhos, paixão que exteriorizou sempre, e quando verificou que alguém procurava desenvolver esta terra, acercava-se com freqüência dêsse alguém e era farto em conselhos e pródigo em incutir coragem.

Um dia, num momento de franqueza desalentada, descrevemos a Mestre Malhôa as dificuldades vencidas e a vencer: as lutas que havíamos travado e sustentado e a inércia e rotina que estávamos enfrentando. Contámos-lhe que havia indivíduos que, pelo simples facto de havermos orientado e deliberado fazer o Jardim-Parque, fugiam dêle, procurando passar ao largo — não sei se por inveja de nós o termos feito, se receando ficar cativados pelo encanto e aprazimento do local.

O Mestre riu-se e disse-nos: «Jamais alguém fêz qualquer empreendimento sem ter de percorrer um caminho difícil de trilhar, e que tais caminhos só os trilha quem, de facto, tem valor para os percorrer».

E o Mestre continuou: «Um dos que me apontou e que pertence ao grupo dos que fogem do Jardim-Parque vê-lo-á dentro de breves dias sentado num dos seus bancos a meu lado».

Dias volvidos o Mestre acercou-se de nós para nos participar, com um sorriso trocista:

«Aquêle seu «amigo» esteve lá comigo».

O indivíduo em questão pertencia a uma escola de pessoas a quem o Turismo horrorizava: para êle Turismo tinha o medonho significado — aliás prosaico, e não isento de espírito económico — de uma invasão de estranhos que vinham encarecer os ovos, os cabritos e outros géneros alimentícios.

12 anos de Administração Municipal

AO passo que a Comissão Municipal de Turismo, em que tínhamos a presidência, procurava dar um impulso fazendo ressaltar as belezas naturais desta terra, quer realizando obras novas, quer beneficiando outras, quer dando acesso aos pontos pitorescos dos nossos arredores, tais como a estrada que conduz às Fragas de S. Simão; a estrada de acesso ao Rio Zêzere; ao local onde depois iria acabar de se construir a ponte que liga os dois distritos da Beira-Litoral e Beira-Baixa; a estrada de acesso a Campêlo, para cuja construção também démos o nosso esfôrço; quer pela propaganda, através de publicações, de postais, de fotografias, de revistas, etc., enquanto a Comissão Municipal de Turismo — dizíamos — realizava esta obra, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal decaía cada vez mais.

Em 1930 fômos chamados a intervir na administração municipal, como vicè-presidente.

Postos ao corrente da situação, verificámos que desde 1928 a Câmara Municipal possuía uns papéis avulsos donde constava tôda a sua escrita financeira.

Mais: o livro de contas correntes da Tesouraria havia dois anos que não era escriturado. Pode avaliar-se por aqui o cáos em que se vivia e a lassidão em que tudo decorria.

Era o que vulgarmente se traduz pelo aforisma: uma Câmara Municipal «sem rei nem.roque».

A nossa intervenção foi mal recebida pelo funcionalismo, e recebida com despeito pela presidência da Câmara.

De novo tivemos que travar luta, primeiro com os funcionários, e depois com a presidência.

Manteve-se esta luta até Junho de 1932, mês em que foi provocada nma crise municipal.

Em Setembro fomos convidados a formar nova Comissão Administrativa, esta sob a nossa presidência.

Verificou-se a cerimónia da posse e nêsse momento a vereação impôs a si própria uma condição: «não trabalharmos mais com o chefe da secretaria».

A propósito vem a talhe de foice o seguinte episódio, que ilustra os motivos de semelhante atitude:

Era de verão, e o funcionalismo encontrava-se veraneando na praia. O chefe da secretaria ao ter conhecimento de que fôramos convidados para or-

ganizar nova Comissão, apressou-se a regressar ao seu lugar.

Tomou conhecimento exacto do que havia e procurou o tesoureiro, a quem deu a novidade. Respondeu-lhe êste, resposta de que só mais tarde tive conhecimento: «Sucedeu o peor que nos poderia suceder indo o Dr. Barreiros para a Câmara. Olha, prepara-te porque tens de entrar nos cofres da Câmara com o dinheiro que lá falta».

Por aqui se vê como tudo se encontrava.

Foi assim que achámos tudo. Com a nossa entrada, porém, nova fase principiaria.

Começámos pela reorganização de todos os serviços e agimos com tal energia — a que o pessoal de carteira da secretaria não estava habituado — que, poucos meses passados, abandonaram os seus cargos, indo desempenhá-los para outros locais, onde fôssem desconhecidos.

Assim, libertos deles e êles de nós, entrámos nnma acção firme e segura, sem perigos de sabotagens e de resistências passivas.

Era a altura de executar o que anos antes havíamos proposto, enfrentar os principais problemas concelhios, que sempre nos preocuparam, e, para tanto, para a sua realização, metemos mãos à obra.

Era chegado o momento de mostrarmos ao povo dêste Concelho o nosso plano de empreendimentos e dar impulso à sua realização. E mostrar-lhe, simultâneamente, que tínhamos fôrça, que tínhamos envergadura e coragem, para levar tudo isto a efeito.

O plano concebido por nós era grandioso demais para esta Câmara, de erários reduzidos e ainda com a agravante de o seu orçamento não estar equilibrado, havia anos.

Das freguesias afastadas entre 15 e 20 quilómetros da séde do Concelho nenhuma possuía estrada macadamizada; os caminhos utilizáveis eram maus, dado o acidentado do terreno e os numerosos cursos de água, alguns de relativa importância.

Assim, o problema da ligação das freguesias à séde do Concelho, por estradas macadamizadas, as pontes a construir, as fontes e as escolas — umas em ruínas outras a fazer de novo, por necessidade absoluta — assoberbavam o nosso espírito.

Mal ainda começávamos a refazer-nos da grave crise financeira que assolou o Mundo inteiro e que provocou a derrocada de diversos bancos, casas bancárias, de muita indústria e comércio — e em que a nossa casa comercial, armazém de lanificios, conseguiu lutar e vencer os contratempos que nos surgiram por virtude da mesma crise — a qual, em Portugal, se não fôra a mão forte e sábia do Doutor Oliveira Salazar, se haveria transformado em verdadeira catástrofe — íamos agora, na Câmara, encontrar novas e graves dificuldades.

Tínhamos uma vida agitada: a nossa clínica, o jornal local *A Regeneração*, a Comissão Municipal de Turismo, onde deixámos vincada a nossa passagem, e a luta política em que sempre andávamos envolvidos... por vezes a lutar com os falsos amigos. Pois apesar de tudo, os problemas que na Câmara

se debatiam e iam debater preocupavam-nos e absorviam-nos fundamentalmente.

Habituados a resistir a tôdas as intempéries, a vencer todos os obstáculos, por mais difíceis que se nos deparassem, não podíamos sossobrar perante as dificuldades que vinham ao nosso encontro.

Precisávamos manter a coragem e a energia com que levantáramos a luva que nos era atirada, e a coragem com que sempre soubemos vencer os adversários.

Precisávamos mostrar aos empreiteiros da má política e negociantes de lugares, que a política é uma ciência destinada a bem servir os povos.

Precisávamos mostrar a estes politiqueiros que a doutrina que defendíamos e pela qual lutávamos, a política que expandíamos por todo o Concelho, não era doutrina vã.

Precisávamos, finalmente, de mostrar ao nosso povo que a maneira como fizéramos obra interessante e bela na Comissão Municipal de Turismo, também a iríamos fazer na presidência da Câmara.

Animados dêstes princípios e sempre da ideia de fazer obra útil, enfrentámos, com a coragem habitual, esta nova tarefa que se nos deparava.

O primeiro e principal assunto que nos preocupava era o das estradas que ligassem as freguesias à sede do Concelho.

Era necessário, urgentíssimo, resolver êste problema de capital importância.

Tinha sido publicada, pouco antes, a lei dos Melhoramentos Rurais, pela qual o Estado subsidiava as obras de Estradas, fontes, pontes, com cêrca de 50 % do valor orçado.

A Câmara em face de tal lei — cujos benefícios nunca será demais elogiar — tinha de gastar em qualquer obra, mesmo comparticipada, a parte restante, ou seja, mais de 50 %.

Poderia a Câmara suportar tal encargo?

Em face do orçamento, a Câmara de Figueiró não podia com tal despesa.

E, se considerarmos que havia ainda a agravante do Estado só pagar a comparticipação depois da obra efectuada e ser aprovada pelos seus técnicos, eu teria sempre que pensar e preguntar: «como resolver êste problema?...»

Longo tempo argumentámos connosco próprio, pondo dificuldades e procurando resolvê-las.

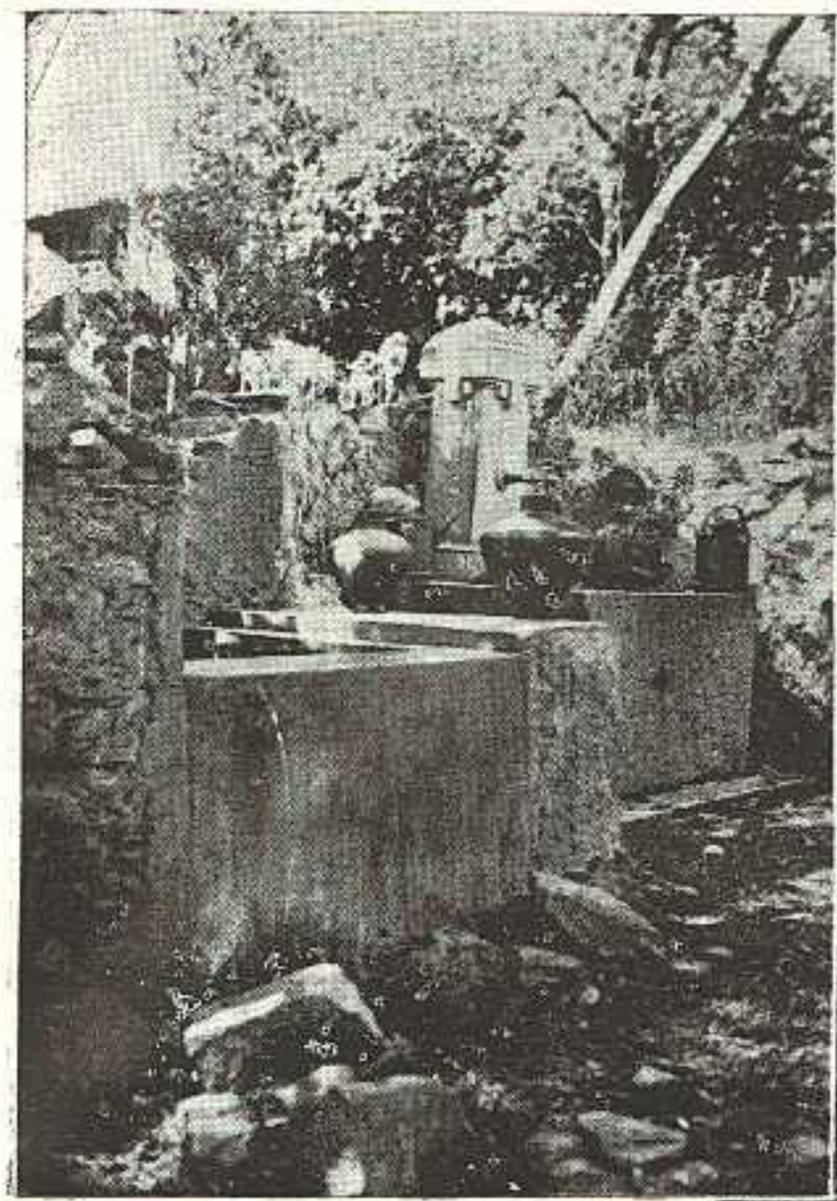
Pensámos dêste modo: mas se até agora o Estado não dava nada e algumas Câmaras realizavam obras, no momento actual em que o Estado concedia cêrca de 50 % do valor em que a obra fosse orçada — o que é importante — não se poderia fazer fôsse o que fôsse?

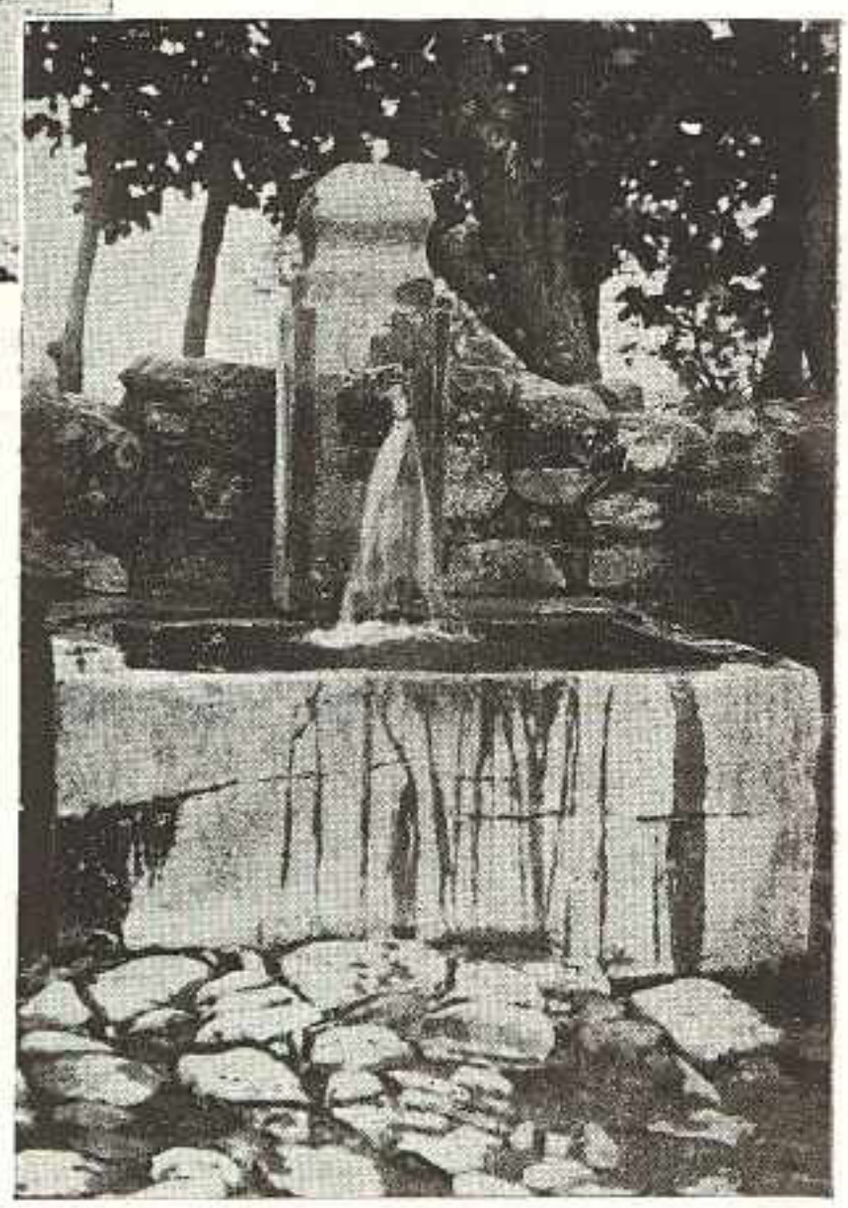
O nosso Concelho nunca recebeu qualquer subsídio, ou se o recebeu, jamais se viu qualquer obra ou melhoramento.

Íamos fazer uma experiência e a ela nos lançámos.

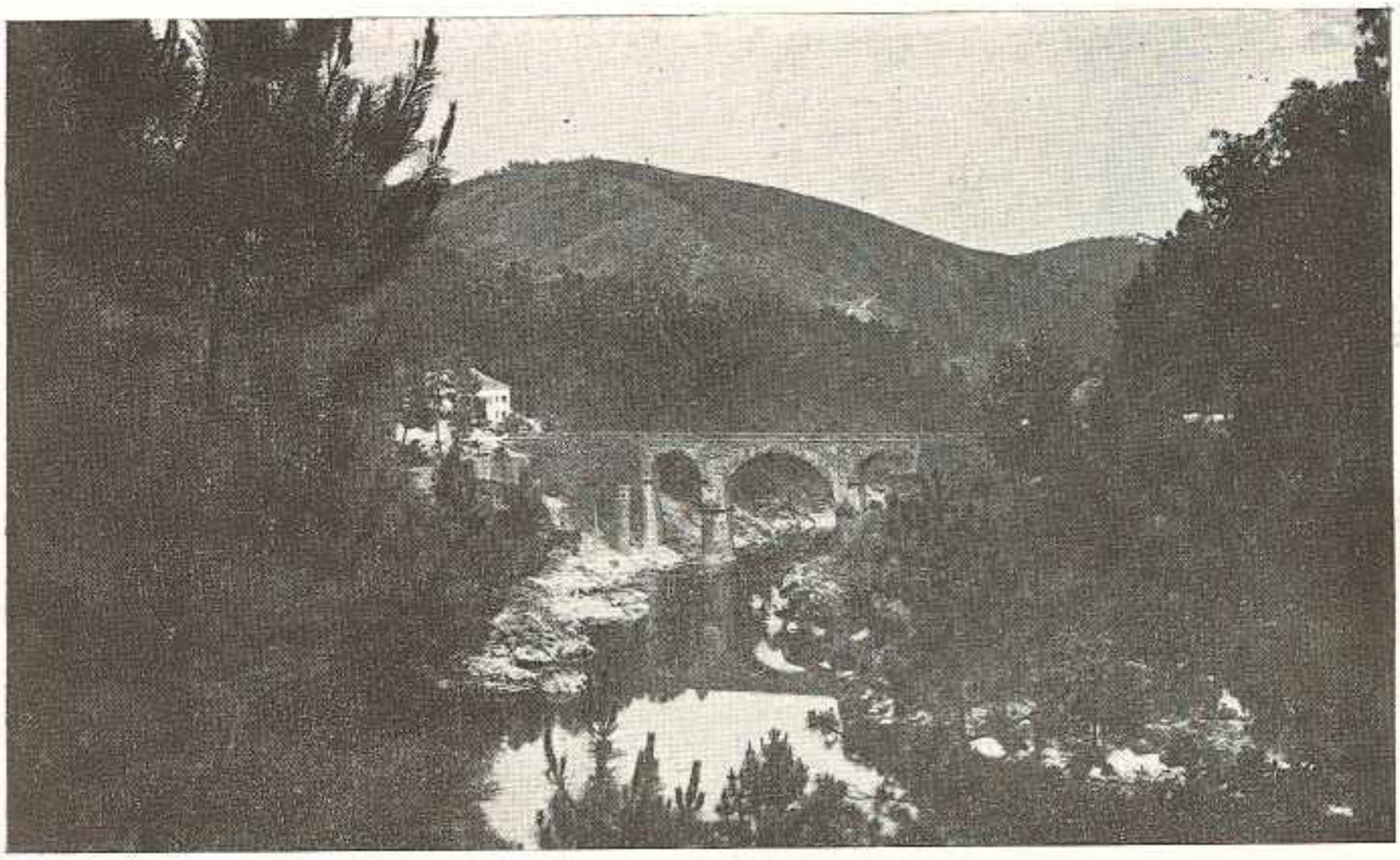
Contratámos um técnico, a quem encarregámos de fazer os projectos indispensáveis. Uma vez feitos, foram enviados para Lisboa e quási na volta do correio vieram dotados.

Afigurou-se-nos ser possível fazer a obra um tanto à custa da comparticipação: para isso fomos nós administrá-la, passando todos os dias algumas horas





Antes do Estado Novo não havia fontes de água potável em quási nenhuma das povoações do Concelho. A Câmara Municipal atendeu a êsse problema, por tôda a parte. Aqui se mostram três tipos diversos das fontes construídas.



PONTE SOBRE O ZÊZERE
Da ponte, olhando para o sul, vê-se êste admirável panorama

A construção de pontes sôbre os cursos de água foram sempre do maior interêsse dos povos. Assim o compreenderam o Estado Novo e Câmara Municipal. Dois aspectos da grande ponte das Bairradas, obra da maior importância económica construida pelo Estado Novo.

a dirigir o pessoal e a vêr o seu rendimento, e, feitas as contas, no final, o trabalho muito lucrou com a dotação do Estado.

Comunicámos à repartição competente que a obra estava concluída, e os seus agentes não se fizeram esperar: foi aprovada e pouco tempo depois a comparticipação entrava nos cofres da Câmara.

Estava resolvido o grave problema, estava achada a solução. Só era necessário executar outras novas obras de interesse geral.

E assim fizemos, mandando organizar projectos de estradas, pontes e fontes, para todo o Concelho.

Entretanto, através do País inteiro, discutia-se a viabilidade prática da Lei dos Melhoramentos Rurais, enquanto nós, estranhos à discussão, íamos realizando mais e mais obras. E o seu incremento foi tal que, no primeiro ano, êste Concelho de Figueiró dos Vinhos absorveu tôda a verba destinada ao Distrito de Leiria. Honra-nos êste facto, sôbremaneira.

Porém, outra dificuldade surgiu. Como podíamos lançar-nos em grande volume de obras, visto que o Estado só pagava depois delas realizadas e aprovadas?

Resolvi dêste modo o problema: procurava o momento de a Câmara receber as suas receitas para fazer o adiantamento nas obras, recompensando-a mais tarde com a importância das comparticipações. Depois, mais senhores da orgânica, verificámos que podíamos dar certas obras de arrematação, pagando-se depois de elas estarem aprovadas pelo Estado, e de se ter recebido a

comparticipação. Era esta até a forma em que a Câmara menos dificuldades encontraria.

Em matéria de obras e comparticipações, a nossa administração chegou o mais longe possível.

* * *

Durante os três primeiros anos em que quási por todo o País as Câmaras discutiram a utilidade e a efectivação do Decreto que criou os Melhoramentos Rurais, a Câmara de Figueiró dos Vinhos fêz obras, adquirindo na sua realização uma velocidade extraordinária.

Hoje continuamos seguindo a mesma técnica e orientação administrativa.

Mas — de passagem se diga — nem sempre tudo foi maré de rosas, porquanto tivemos de lutar não só contra indivíduos da terra que espreitavam grandes lucros à custa das obras da Câmara, como também lutámos contra a emulação dos concelhos vizinhos.

Foram apresentadas queixas ao Estado nas quais me acusavam de o enganar.

Sôbre um inquérito a que nos sujeitaram, o relatório diz, nessa parte:

«As obras realizadas pelo Presidente da Câmara são quási tôdas feitas à custa dos subsídios do Estado, noutras a Câmara entra com uma parte insignificante e obras há em que ainda lucrou.

Por aqui se pode avaliar a sua esplendorosa administração».

No entanto, os nossos inimigos foram mais longe ainda, porque, com a sua maldade, fizeram perder à

Câmara cêrca de 50 mil escudos dum subsídio. O Concelho lhes agradeça o bem que dêles recebeu!

E tão longe têm ido que a sua má vontade e asco que não só é contra as obras que se manifesta, mas também contra o Presidente da Câmara, embora, como figueiroenses, apenas devessem vêr os interesses dêste Concelho.

Para estes degenerados, o meu mais absoluto e profundo despreso.

A sua fobia ao Presidente da Câmara obseca-os, não os deixa vêr a obra útil e grandiosa que se fêz nêste Concelho e está fazendo, e por isso sentem-se de tal modo como se um ferro em brasa lhes tocasse as pupilas dos olhos.

Foi da forma que descrevemos que se levou a efeito a maior obra e a maior transformação por que Figueiró dos Vinhos e o seu Concelho jamais passaram.

Nada inventámos, nada descobrimos ,mas a-pesar disso creio não nos ficar mal dizer aqui: se não fôsse a orientação administrativa que seguimos, Figueiró seria pouco mais do que era, antes da Ditadura Nacional.

Temos dito e repetimos que não faz quem quere, não dirige quem quere, e muito menos administra quem quere.

São qualidades natas, são qualidades que se vão aperfeiçoando com a experiência e com a idade.

Não queremos com isto significar que reunamos essas qualidades. Não! No entanto a modéstia não

nos deve impedir de declarar que para se levantar dos escombros um Concelho inteiro, tornando-o num dos mais lindos e progressivos do País, algumas qualidades são necessárias.

As gerações futuras encarregar-se-ão de fazer justiça.

Para elas trabalhei com tôda a fôrça da minha alma e à geração presente procurei dar um bom exemplo, o exemplo de quanto pode uma vontade forte a favor duma causa justa.

E mais: Para Carmona e Salazar, quiz mostrar-lhes que o Presidente da Câmara de Figueiró dos Vinhos procurou serví-los com aprumo, lealdade e dedicação.

E, se mais além não fui ainda, se obras importantes não chegaram neste momento a ser ultimadas, a culpa não foi nossa mas antes da maldade e do egoismo de certos homens.

Nova Ordem — Vida Nova

SALAZAR, imprimindo novas directrizes na acção política, estabeleceu uma Ordem Nova na administração geral; pode dizer-se, com absoluta propriedade do termo, que a revolucionou.

Assentando a sua mecânica em novas bases, com uma vontade e o pulso firme que caracterizam os verdadeiros governantes, depressa se começou notando o resultado da sua inabalável fé e da sua convicção.

Hoje, todos conhecem e sabem quanto são maravilhosos os frutos resultantes da Nova Ordem, da Vida Nova.

Todavia, não será demasiado repeti-lo, apesar da verdade real e evidente, porquanto há ainda cegos, ou, melhor, indivíduos que pela sua paixão não querem vêr a grandiosidade dos factos que a política de Salazar nos impõe.

Descrever a transformação operada, quer na ordem económica, quer na financeira, quer na social, desde que Salazar assumiu a direcção dos destinos da Pátria, não é tarefa fácil nem tão pouco cabe nos moldes dêste modesto trabalho.

Focaremos apenas um dos sectores que mais profundamente sentiu a implantação do Estado Novo na administração pública e que foi, sem dúvida, o das autarquias locais.

As Câmaras Municipais viviam num regime desordenado, ou, melhor, numa absoluta ausência de regime e de método.

A administração dos interesses locais, no seu sentido restrito, não era tida em conta; os homens chamados para a administração tinham, regra geral, apenas um objectivo: angariar votos.

Chegava-se ao fim de dois anos — duração do período legislativo — e se, durante êles, se obtinham mais meia dúzia de votos, tinha-se alcançado o supremo objectivo e a consciência partidarista do dever cumprido.

Animados por esta ideia fixa, tudo desprezavam, tudo ignoravam: prègando o progresso e a civilização, nada faziam por ela. Recuava-se, pelo contrário, a passos largos.

Assim se viveu durante dezenas de anos. E assim se criou uma falsa concepção àcêrca da administração local.

Desprezando tudo que representasse interêsse geral, mesmo pequeno, o tempo passava-se naquela acção, ou, melhor, na inacção, fazendo favores pessoais, que seriam lembrados quando chegasse o

momento das massas inorgânicas acorrerem às urnas.

Colocavam-se os apaniguados e amigos, com uma paixão dominante e absorvente. E isto para tais homens representava tudo o que se podia exprimir com as palavras: administração das autarquias locais.

Esta obcessão dominava tudo e todos a tal ponto que, quando vagava qualquer pequeno cargo, mesmo os mais intransigentes se combinavam e cediam às instâncias do compadrio, com receio de que pessoas estranhas ao meio político preenchessem tal cargo.

Resultava disto, como se depreende, uma mútua troca de favores e um mútuo auxílio. O público municipal notava tais factos e os dirigentes de então procuravam justificá-los com a frase axiomática: «foi uma questão política».

A palavra «política» era, para êles, o elixir de salvação. Com ela tudo desculpavam.

E de tal fórma se abandalhou a palavra que no conceito popular foi o seu significado invertido: longe de significar tôda a acção em prol do bem comum, significava, ou melhor, explicava os actos mais detestaveis que na vida pública podem ser praticados.

Com esta falsa concepção acêrca do exercício da função política, então dominante, tôda a vida local degenerava, para o caos, de ano para ano.

A Nova Ordem, como não podia deixar de ser, teve de produzir uma revolução nos concelhos e na sua vida política.

Quem, como nós, conhece o que é a vida administrativa local, tanto dentro do nosso concelho como fora dêle, sabe muito bem quantas duras lutas foi preciso travar para carrilar nessa ordem a mecânica administrativa.

Do esfôrço dispendido, porventura o mais pequeno, foi choque necessário entre a concepção antiga e a moderna, que Salazar impunha.

O esfôrço mais violento e mais tenaz foi o que fêz romper com o espírito rotineiro dos «nossos amigos», e que, pelo facto de serem amigos, criavam situações perfeitamente incomportáveis a quem tinha sobre si a responsabilidade de modificar totalmente a velha concepção política, nos concelhos.

Convencê-los de que os lugares públicos tinham de ser preenchidos por meio de concurso, e que a nomeação recaíria, apenas, no candidato que melhores condições apresentasse era para os «nossos amigos» um problema incompreensível.

Diziam: a política serve para podermos fazer favores aos amigos. Sempre assim foi e sempre há-de ser assim.

Era ainda o vício da falsa ideologia a pretender dominar.

E, se não se procedesse desta fórma!?... Embora, até então, tivesse sido a mais excelente pessoa, dali em diante ficaria sendo como que um excomungado, quási um criminoso, pelo ostracismo a que era votado, até algumas vezes pelos mais íntimos.

Deram-se connosco alguns casos desta natureza.

Podemos dizer, mesmo, que as maiores animosidades locais que hoje temos, se devem ao facto de

se não haver contemporizado com êsses homens que, por feitio, por temperamento e por educação, só viam as coisas, os factos, os objectos, os outros homens, pelo aspecto do seu interêsse.

E no que respeita a concursos de obras ou fornecimentos imperava a mesma ideia.

Romper, portanto, aqui e por todo o País além, contra esta falsa, e doentia, e interessada concepção, não foi tarefa fácil.

Só vontades fortes e bem determinadas, só uma persistência a tôda a prova, só uma fé inabalável conseguiriam tal «desideratum».

Nos concelhos onde não surgiu uma vontade forte e muito tenaz, onde ainda predomina o sistema de administração antigo, tudo corre sem a mais pequena manifestação de progresso.

Isto vem provar que não basta apenas ter comando: é necessário mais alguma coisa, também muito importante: que os subordinados cumpram.

* * *

Em 1928, na Sala do Risco, Salazar anunciava ao País as bases das novas reformas.

Nasceu com tal comunicação, a ideia, que breve se transformou em vontade, de estabelecer uma vida diferente.

Os mais perspicazes, os mais aptos, viram logo que alguma coisa de novo e de muito importante iria surgir.

E assim foi.

Passados poucos meses, Salazar deu início às suas

reformas, salutares, de todos bem conhecidas, que haviam de salvar o País e impô-lo a todo o mundo.

Portugal que tinha perdido o crédito — haja em vista o que se passou na Sociedade das Nações — com o nome apagado, desconhecido ou escarnecido por muitos países, começou a erguer-se, como se uma varinha mágica lhe indicasse o caminho a trilhar; a princípio, sem perfeita estabilidade, cambaleante como convalescente de doença grave. Mas em breve dava passos firmes no caminho da Restauração.

O reflexo desta política de renovação sentiu-se por tôda a parte.

Começou em tôdas as autarquias locais o desejo, a ânsia de acompanhar e secundar o Chefe.

Porém, a luta que era necessário travar fêz arripiar caminho a muitos e fêz sossobrar muitos mais.

Quando aqui ou acolá aparecia um homem mais arrojado, tudo e todos conspiravam contra êle e raro foi o que soube resistir.

No entanto, a vontade forte de Salazar espalhava-se por tôda a parte insuflando fé no ressurgimento de Portugal.

E esta fé, esta vontade, esta fôrça como que magnética, dado o seu poder de atracção, levava-nos para o bom caminho, para o caminho redentor.

Esta fôrça superior conduziu os melhores a agruparem-se em redor do Chefe, a seguir a sua doutrina, a secundar a sua Revolução.

E, passados os primeiros meses de espectativa,

Salazar organizava e começava expondo as directrizes da política do Estado Novo.

Em volta do Chefe havia vontades fortes, bons e bem escolhidos portugueses.

E tomou tal incremento a organização política, que Salazar, num rasgo de sinceridade, disse à Nação: «Somos mais, somos melhores». Somos uma força e temos uma doutrina».

* * *

A Revolução, maduramente estudada e pensada no remanso do gabinete, tinha de chegar a todos os pontos do País: aos municípios.

E chegou.

A administração local, da mesma maneira que a do Estado, transformou-se, revolucionou-se.

Por todos os concelhos nasceu a ânsia de fazer qualquer coisa em prol do bem comum, em seguir a frase que o Chefe pronunciara: «É preciso fazer cada vez mais e melhor».

E assim, as Câmaras Municipais, dum extremo ao outro do Pais, transformam o seu método de acção aceitando deliberadamente a mecânica administrativa do Estado Novo.

A tôda a parte chegou, sem exagero, um melhoramento, o sinal de que o Estado Novo era um facto.

Quem conheceu o País antes da Revolução e verificar o seu estado actual, nota claramente a transformação operada.

A tôdas as aldeias chegou o sôpro bemfazejo do

espírito da Revolução Salazarista, materializada numa ou em muitas obras, em satisfação de qualquer aspiração popular.

Criou-se uma nova psicologia, com base no sentimento cristão, e com mira na satisfação do interesse público.

Por aí além gritavam os povos: precisamos fontes, precisamos pontes, precisamos estradas, precisamos escolas: a ânsia de melhoramentos levou as autarquias locais a fazerem obras que jamais se fariam, se não fôra a nova orientação, a nova doutrina, e a vontade que a ditou e a fiscalizou sempre.

No nosso concelho oferecemos um exemplo—cito apenas êste exemplos, aparentemente comesinho, mas significativo, de facto — que bem define o que acabamos de afirmar.

Na povoação de Alge, o povo pedia e necessitava de uma escola. Conseguiu-se obter a criação da escola; mas, infelizmente, não existia casa onde ela pudesse funcionar.

O povo da localidade, em face de tal dificuldade, pensou na construção dum edifício escolar, pelo que procurou o Presidente da Câmara, que acolheu os emissários de braços abertos. Hoje Alge possui uma escola moderna — tipo Estremadura — cuja fotografia publicamos.

Mas o que custou a fazer êste trabalho!...

Alge fica situada numa das encostas da Serra da Louzã, próximo da origem da ribeira que lhe deu o nome, em local agreste e nada acessível.

O material para construção, existente no local,

era apenas pedra, e de má qualidade, e água com abundância. Nada mais.

Todo o outro material teve de ser transportado de muitas léguas, por caminhos muito maus.

O leitor que conhece o que é fazer uma construção poderá avaliar as dificuldades que tivemos de suprir para fazer esta Escola.

Pois levou-se a efeito; e Alge tem hoje uma escola das primeiras, senão a primeira, a ser construída, do tipo referido, neste Distrito de Leiria.

Agora pensa-se em prolongar até lá a Estrada Municipal, que já chega à sede da freguesia — Campelo. E estamos certos que a aspiração será satisfeita.

Muitos mais exemplos poderíamos citar, quer dentro dêste concelho, quer noutros.

Hoje, como sempre, depois das dificuldades vencidas, jamais nos lembramos delas.

E felizmente que assim sucede, porque quem vive como nós vivemos a vida administrativa local, tem de esquecer.

A vida pública e, sobretudo, a vida administrativa das autarquias locais, desgasta e satura, cansando-nos mortalmente.

A média da vida dos homens públicos, assim como os da alta finança e comércio, é baixa, em regra.

A medicina e a fisiologia explicam bem estes casos, que a estatística se apraz em comprovar.

É que a vida pública é demasiadamente absorvente e excitante: as esperanças, as desilusões, a luta constante, as traições e as más vontades que

se enfrentam, fazem destruir, ainda novos, os indivíduos que a ela se consagram.

Os homens públicos, hoje aclamados pelas multidões, são amanhã pelas mesmas multidões apupados, insultados, levados às prisões ou mortos. Sempre assim foi em todos os tempos, sempre assim será, porque as multidões são versáteis e caiem freqüentemente nos extremos opostos.

Rendem-nos homenagens enquanto lhes prestamos serviços, mas, quando deixarmos de lhes prestar algum, cairemos do seu alto conceito e seremos postos de lado.

Veio tudo isto a propósito das dificuldades que surgem na efectivação de certas obras e que, uma vez resolvidas e realizadas, logo esquecem.

Dentro do Estado Novo, porém, os indivíduos que se encontram à frente duma Câmara Municipal ou qualquer cargo público, não se preocupam com o seu nome, mas sim com o valor que a obra representa para os munícipes. Desagrade-se, embora, a meia dúzia, prejudique-se mesmo, mas que o povo fique satisfeito, por se ter ido de encontro às suas aspirações.

Se nos deixássemos dominar pela ideia de não prejudicar os amigos, nada se teria feito de novo no País.

Esta nova mentalidade, esta nova concepção é fruto da Revolução Nacional.

Êste sistema seguido pelo Govêrno, durante muitos anos, permitiu que nas diferentes localidades se procedesse a uma escolha, à selecção dos valores que mais depressa se adaptaram ao novo sistema

administrativo, à nova orientação da Revolução Nacional, criando, assim, especializados e técnicos de administração local.

E com freqüência já hoje se ouve dizer: êste ou aquele indivíduo, são bons presidentes da Câmara Municipal.

Desta experiência resultou o novo Código Administrativo, que veiu ratificar o que em potencial já estava estabelecido.

A fórma como actualmente é gerida a administração local, em nada se assemelha à dos tempos demo-liberais.

A centralização, que predomina no Código Administrativo, dá lugar a uma fiscalização constante, por parte do Govêrno, a todos os actos das Câmaras Municipais.

Há quem acuse o Código e os seus autores dêste mesmo defeito.

Nós somos dos que achamos aquele diploma excessivamente centralizador.

Todavia, devemos dizer e não deixamos de reconhecer que há males que devemos suportar como necessários.

As Câmaras Municipais sob o sistema das Comissões Administrativas, nomeadas pelo Govêrno, deram o melhor resultado.

Foi com êste sistema de administração que se iniciou a campanha de fazer obra útil para os povos dos concelhos.

Foi durante este período de experiência que se revelaram valores que radicalmente transformaram as suas terras.

Foi durante esta época que a revolução municipalista se operou em todos os sentidos, criando uma face de esplendor municipal, que, sem dúvida, marcará uma «étape» valiosa na vida de todos os concelhos.

Em face desta experiência, tão benéfica quanto profícua, receou-se cair num regime de liberdade tal que poderia dar lugar a que fôsse destruída tôda a obra feita, todo o trabalho dispendido.

Êste justificado receio levou os que trabalharam na elaboração do Código Administrativo a persistentes meditações.

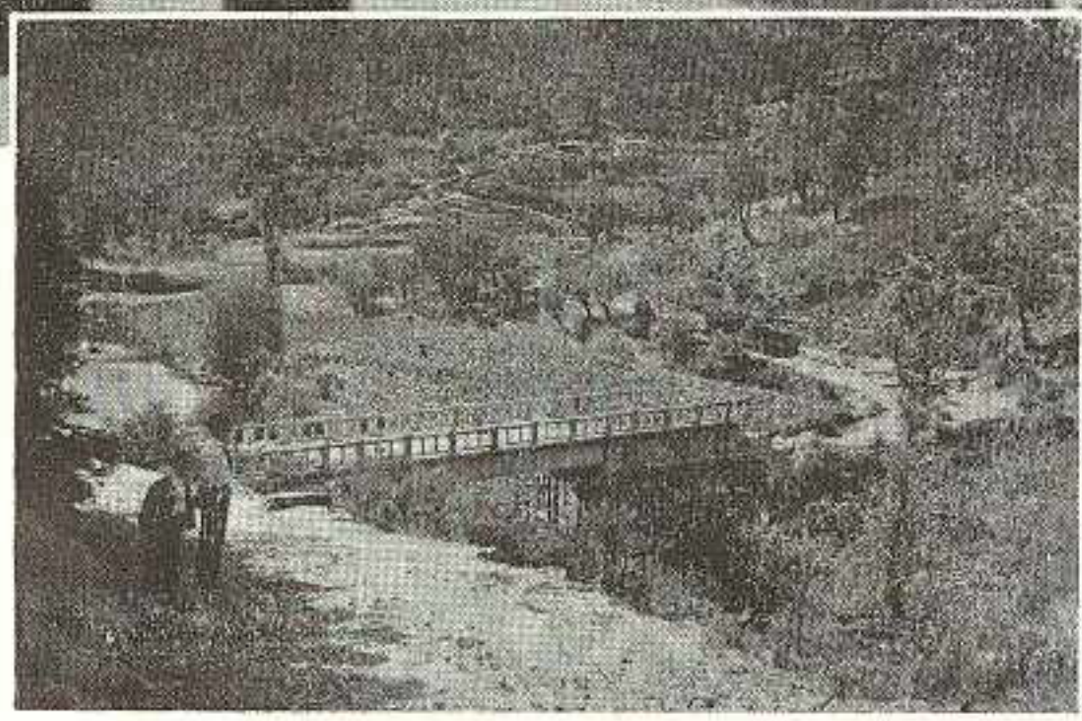
O mesmo sucedeu quando as suas bases foram discutidas e aprovadas na Câmara Corporativa e na Assembleia Nacional.

O relatório da Câmara Corporativa, que precede as bases que foram presentes à Assembleia Nacional, é um documento que foca os variados aspectos municipais.

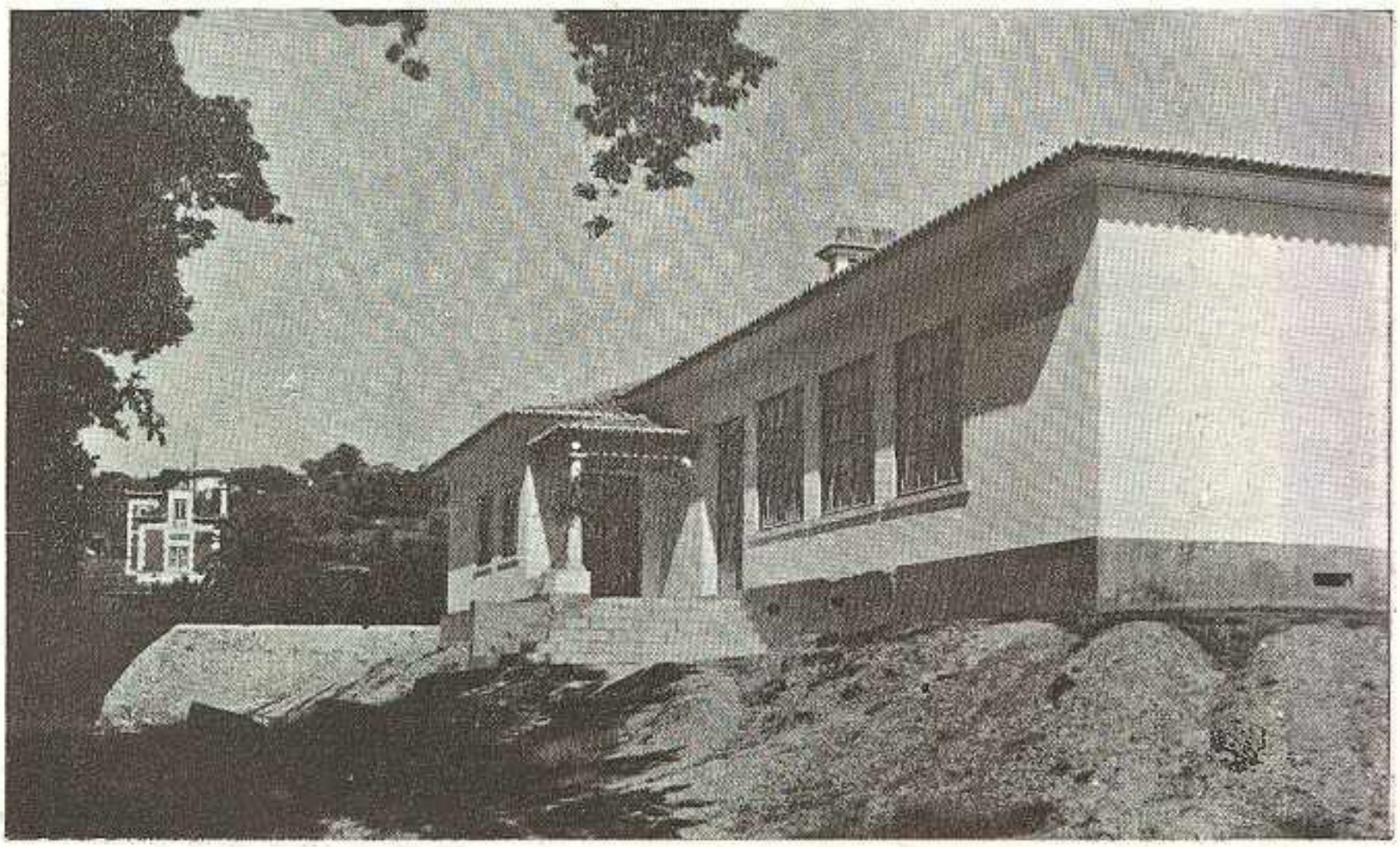
Na sua discussão e aprovação interviemos.

Então, como agora, notámos que o novo Código centralizou em demasia os serviços e os poderes. Porém, perante a experiência que temos, reconhecemos a necessidade de o manter, tal como se encontra redigido, durante muito tempo, porque só assim se poderá obter com segurança aquilo que se pretende a bem do povo e a bem dos concelhos.

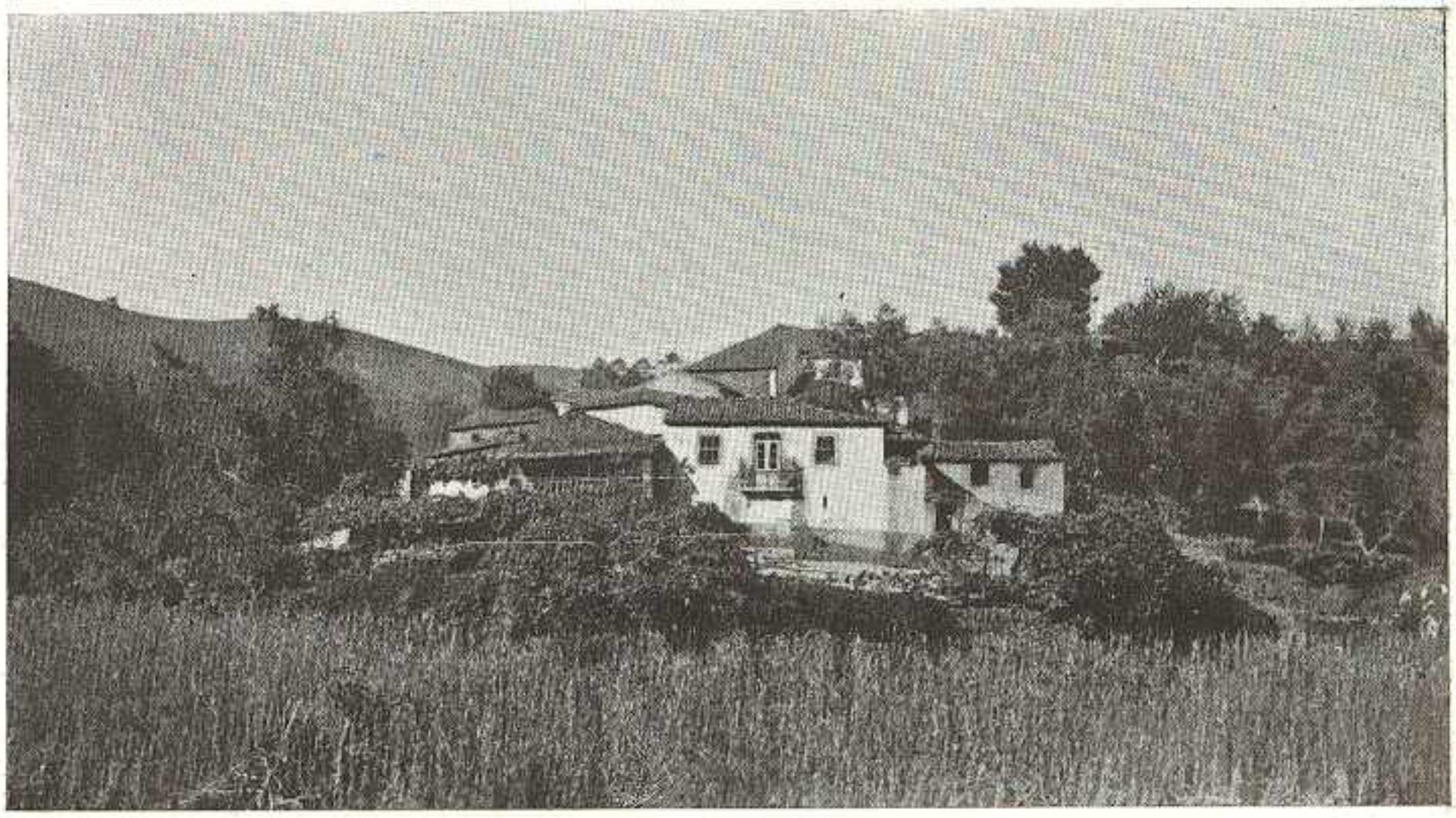
Recorda-se um momento de satisfação dos que durante anos teem lutado pelo progresso da sua terra. Almôço comemorativo da inauguração da Ponte de Arega. Sentado à esquerda, atento às palavras do autor dêste livro, o major Neutel de Abreu, heroi de Africa



A ponte de Arega cuja construção representa grande benefício para os povos

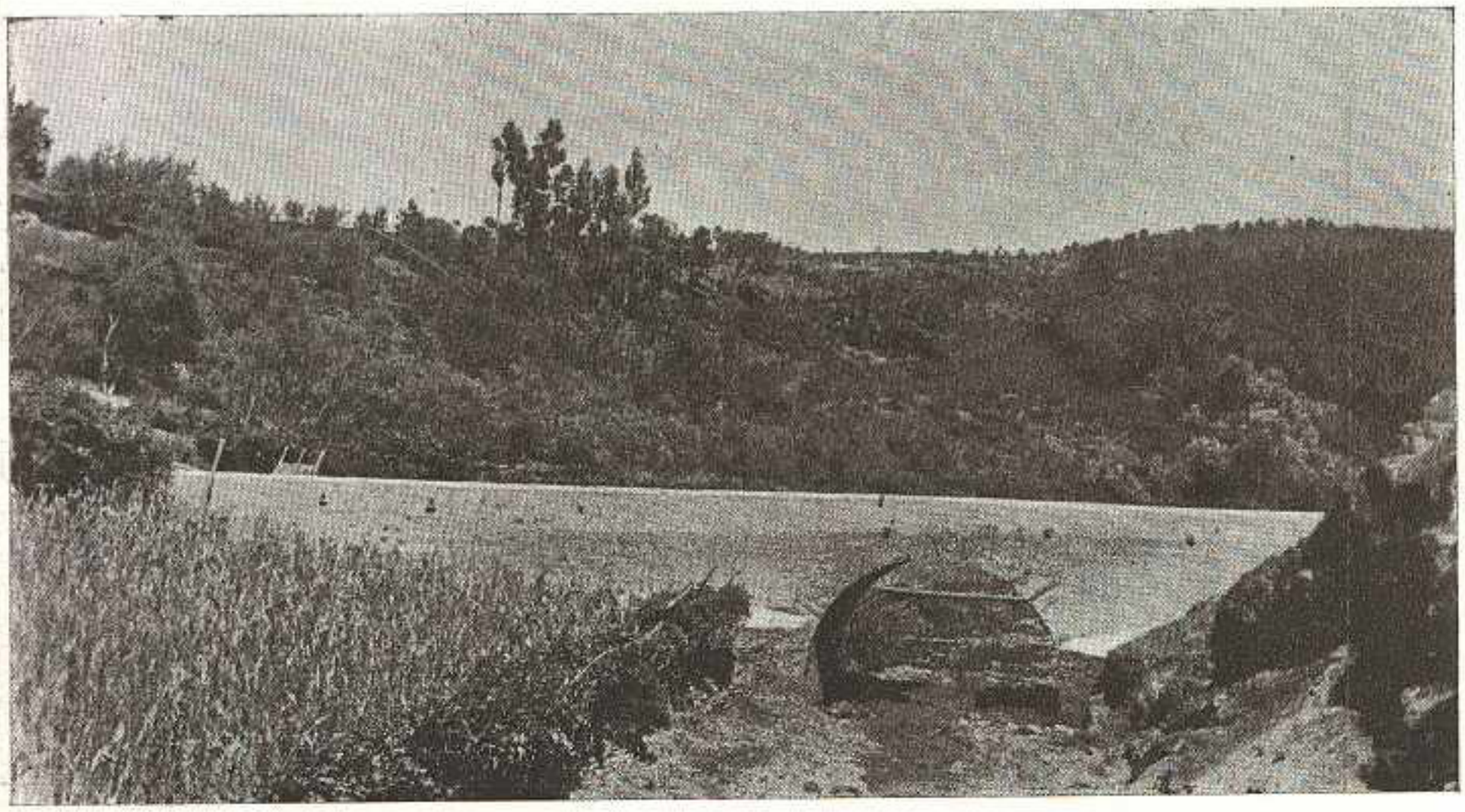


A Casa do Povo de Figueiró, verdadeiro símbolo do Estado Novo de Carmona e Salazar



Aldeia de Trespostos, pitorêsca e pequenina, perdida entre arvoredos, terra natal do Dr. José Martinho Simões

Ponte sôbre a Ribeira de Alge, obra construída em 1939-1940, que dá acêsso à pitorêsca aldeia de Trespostos



DOZE ANOS

DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2.ª Parte

TRÊS RELATÓRIOS

Relatório da gerência do Município em 1939

TRANSCREVEM-SE, a seguir, três relatórios da gerência da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, por elucidativos e porque comprovam quanto se deixou exposto nos anteriores capítulos dêste livro.

Não são pendões de efémera glória que se agitam, mas realizações que se documentam.

Política de verdade é aquela que eu sirvo.

E é por fidelidade a êsse Tema que os relatórios foram apresentados e aqui se apontam, não direi como modêlo, mas como testemunho, às gerações vindouras. Elas julgarão.

Segue pois, fiel aos princípios expostos, o relatório da Câmara Municipal de Figueiró, no ano de 1939. Assim foi presente ao Conselho Municipal:

«Excelentíssimos senhores: É êste o 3.º relatório da gerência da Câmara Municipal que tenho a honra

de apresentar a VV. Ex.as, para cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 77.º do Código Administrativo.

Antes de o fazer, porém, desejo dizer a VV. Ex.as que a-pesar-dos tempos que vão correndo, cheios de incertezas, vivendo-se numa perturbação constante, — a guerra europeia, que há dois meses se desencadeou, preocupa-nos sobremaneira, traz-nos apreensivos sem podermos descortinar o que será o dia de amanhã — a Câmara, a que tenho a honra de presidir, nem por um momento se deteve na persecução da obra a que meteu ombros e que abrange todo o concelho, de lés a lés.

A atmosfera belicosa em que vivemos implica com o nosso sistema nervoso, com tôdas as nossas faculdades intelectuais, morais, de trabalho e de acção. Mas, antes desta guerra declarada, também já não se vivia bem, pois o ambiente do ante-guerra não era de molde a deixar andar os espíritos serenos, obrigando-nos a desviar as nossas atenções e tantas vezes a pôr de parte planos de certa responsabilidade, porque era com a dúvida que se lutava.

Assim vivemos os tempos mais próximos do ante-guerra, assim temos vivido depois de ela declarada. A-pesar-disso, da inconstância dos tempos que correm e de tôdas as complicações que estados desta natureza geram nos espíritos, a nossa Câmara não se deixou contaminar por êstes grandes males. Fiel aos princípios e doutrina do Estado Novo Corporativo, que tem por Chefe Salazar, a-pesar-dos tempos conturbados, repetimos, em que temos vivido e vivemos, a Câmara tem feito obra útil e de interêsse para o concelho.

E esta obra é tanto mais importante e mais de salientar, quanto é certo que pertencemos a um concelho sem grandes recursos, pequeno e pobre, possuindo apenas quatro freguesias e tôdas elas encravadas em vales pouco produtivos ou em serras áridas. Só um esfôrço enorme pode conseguir que a maior parte da terra produza alguma coisa. E um sem número de vezes o ganho não chega, famílias têm de emigrar para distantes terras, a-fim-de poderem sustentar os seus e ao mesmo tempo custear o cultivo das pequenas courelas. Vive em luta permanente o povo dêste concelho, debatendo-se nas maiores crises com vontade firme e faculdades de trabalho que são dignas da nossa admiração e motivo de orgulho. Quem, como nós, conhece a forma como se vive e trabalha no nosso concelho, sente-se impulsionado por tanto esfôrço dispendido e tanto sacrifício e amor à vida, sendo de lamentar que isso não fôsse há mais tempo correspondido ou melhor compreendido por quem dispunha dos seus destinos. Êste povo bom e trabalhador, que moureja de sol a sol, buscando o pão nosso de cada dia, vivia, ainda há bem pouco, em estado primitivo. É oportuno narrar-vos que existiam povoações no nosso concelho em que os habitantes viviam num estado mais atrazado do que vive o preto, em África. Sem vias de comunicação, sem escolas, sem fontes, sem pontes e, sobretudo, sem assistência médica, o povo das nossas freguesias arrastava-se em regime de tal natureza que, por vezes, nos primórdios da actual Situação, chegou a revoltar-se contra as obras de interêsse que a Câmara realizou. Nêste capítulo po-

deria citar-lhes casos interessantes e que bem ilucidariam sôbre o atrazo de que estou falando.

As três freguesias rurais não possuiam uma única estrada macadamizada. No inverno, para ir a Campêlo, perdia-se um dia, tendo-me sucedido muitas vezes sair da vila pela alvorada para só regressar de noite escura. Gastavam-se 7 horas ou mais no trajecto, de ida e volta. Hoje, felizmente, graças à acção dos homens do Estado Novo, essa viagem pode ser feita numa hora. O mesmo se verifica com as outras freguesias. E, porque vem a talhe de foice, devo declarar que a ligação que se está fazendo para a freguesia de Arega, partindo da E. N. n.º 52-2.ª, não é a mais aconselhada para os interêsses da vila; mas, se atendermos a que a ligação directa da sede daquela freguesia com a sede do concelho levaria muitos anos a fazer; e que não há o direito de privar uma freguesia dos meios de comunicação indispensáveis, quando pela sua situação geográfica se verifica a impossibilidade de se ligar com a sede do concelho, pelo menos com a rapidez que seria mister, para poder acompanhar o progresso e o desenvolvimento das outras freguesias, e ainda porque aos interêsses da freguesia, pròpriamente, convém mais a outra estrada, eis porque a Câmara meteu ombros ao empreendimento. Não se compreende que, tendo a freguesia de Arega todas as suas comunicações naturalmente indicadas com o sul, se obrigassem os seus povos a dar uma volta de cêrca de 50 quilómetros quando, apenas com 5 quilómetros de estrada, se resolve o problema. Por todos êstes motivos, afigura-se-me que a Câmara procedeu com

critério e teve em intenção acautelar os interêsses gerais do concelho, dando a tôdas as freguesias meios de comunicação condignos. De resto, a Câmara não descurou, nem descura, a ligação de Arega com a vila. Assim, êste ano, levou a efeito a construção da Ponte de Arega, em cimento armado, sendo uma obra importante para aquela localidade e para a sede do concelho, a qual fica com resistência e largura para a futura estrada que, partindo de Figueiró, há-de encontrar, um dia, a de Arega, ligando com a E. N. n.º 55-2.ª, no Vale da Aveleira.

Conseguida esta ligação, aliás difícil e morosa como atrás frisei, jámais o trânsito para o sul se fará pelo Pontão. Tal estrada encurtará em menos de metade o trajecto actual e daí o ser preferida para quem se dirija para o sul, partindo ou passando por esta região. A obra que se fêz na ponte e a estrada em construção e em estudo, obedecem a tal finalidade. De resto, a Câmara mandou reparar o caminho de Figueiró à Arega por mais de uma vez e ainda no corrente ano, havendo já quem vá por êste caminho de automóvel até à sede da freguesia.

Não existindo estradas, como não havia, daí resultava a baixa de preços dos produtos e por conseguinte o atrofiamento de tôdas as actividades. Com a construção das estradas municipais e dos caminhos vicinais desenvolveu-se a agricultura, o comércio e até a pequena indústria que possuímos. Com essas construções nasceram novas necessidades que pouco a pouco se foram satisfazendo. A assistência, por exemplo, que, — podemos afirmá-lo, — não existia nos meios rurais, melhorou. Criou-se, também,

sendo estabelecida em Campelo a sede dum partido médico e instituíu-se a visita obrigatória semanal por parte dos facultativos municipais às sedes das freguesias e aos maiores aglomerados populacionais, como, por exemplo, nas Bairradas.

No que respeita à instrução, senhores, tínhamos encontrado o cáos. As poucas escolas que funcionavam estavam em ruínas e desprovidas de todo o material escolar. Escolas havia em que os alunos eram obrigados a levar bancos para se sentarem. Pois, graças à política do Estado Novo, graças à política de realidades de Salazar, esta Câmara resolveu por completo o problema da instrução dentro do concelho.

Reparou — e por mais que uma vez — tôdas as escolas, dotando-as de material escolar e didáctico. Onde não havia escolas mandou construir edifícios novos. O problema escolar no concelho de Figueiró está, repetimos, resolvido. Oxalá seja continuado por aqueles que nos sucederem.

Outro problema de não menor importância para o concelho, era o abastecimento de águas. Por tôda a parte se bebia água em péssimas condições; pròpriamente na vila a água estava inquinada; fontes não havia ou as poucas que existiam não funcionavam. Encarado êste problema pela Câmara, podemos afoitamente dizer que a acção do Estado Novo chegou a quási tôdas as povoações do concelho. Nêste capítulo muito se fez também e muito se está fazendo. Figueiró foi das primeiras terras do país que realizou a canalização de água com distribuïção ao domicílio. Ainda hoje há cidades importantes que não resolveram êste mágno pro-

blema, mas nós soubemos resolvê-lo e por forma a termos merecido os melhores elogios. Muitas fontes foram construídas e outras, as poucas que existiam, reparadas convenientemente. Podemos afirmar que na maioria das povoações do concelho se construíram fontes e as poucas que faltam ser dotadas com tal melhoramento te-lo-ão dentro em pouco, como, por exemplo, Campêlo.

Por tôda a parte se lastimavam contra a falta de pontes; os povos estavam isolados, sobretudo no inverno. Hoje essa questão encontra-se resolvida; construíram-se pontes onde era mister e repararam-se as que existiam. Ao mesmo tempo as povoações interessadas, com o auxílio da Câmara, beneficiaram os respectivos caminhos. A acção da Câmara nêste sentido tem sido importante, estendendo-se do norte a sul do concelho. Presentemente estão asseguradas as vias de comunicação com todos os lugares e, num concelho como o nosso, com bastantes cursos de água, é motivo de justificado orgulho para aqueles que resolveram tal problema.

Antes de 1926 os caminhos dentro do concelho estavam intransitáveis. É um facto do conhecimento geral. Pois, a maior parte foram reparados à custa da Câmara e outros houve em que os povos interessados muito contribuíram e ajudaram. Também sob êste aspecto não demonstrou a Câmara menos actividade. Muitos caminhos existem onde se pode passar à vontade de automóvel, o que, para uma região como a nossa, assás acidentada e plena de cursos de água, onde mal se caminhava a pé, cremos ser obra de muita importância.

O turismo tem merecido a melhor atenção, como factor primordial, que é, de riqueza e progresso. E para aqueles que desdenhavam da nossa fé em fazer desta terra e seus arredores uma zona importante de turismo, podemos dizer-lhes, com o sorriso de vitória, que erraram nos seus vaticínios. Figueiró e seu concelho tiveram a iniciativa feliz do turismo, que em poucos anos transformou radicalmente a fisionomia da vila, com a criação de jardins, com iluminação moderna, ruas alcatroadas, largos e ruas calcetadas de novo e outras melhoradas, estradas e caminhos decentes para os pontos de maior beleza, tornando a vila uma das mais progressivas do país e dando-lhe, até, como o afirmou, em recente visita, Sua Excelencia o Ministro da Educação Nacional, o aspecto de pequena cidade. Ultimamente esta instância foi distinguida e melhorada com a classificação da estrada de turismo que de Coimbra segue por Condeixa, Penela, Pontão, Figueiró, Castanheira, Lousã, Coimbra. Se até aqui, incalculàvelmente temos beneficiado com o turismo, muito e muito mais beneficiaremos se as obras que se projectam nessa estrada se levarem a efeito. Vem a propósito o nosso pezar pela relutância que alguns indivíduos manifestam não compreendendo a situação privilegiada que usufruímos. Contra essa relutância temos reagido, mas, a-pesar-disso, continuamos sofrendo das incompreensões de certas pessoas que, não sendo de Figueiró, aqui abordaram e fixaram residência, contrariando sistemàticamente o progresso da região que os adoptou. Falamos desta forma porque até hoje ainda não vimos que tais sujeitos

produzissem, sob qualquer ponto de vista, coisa de útil ou de benéfico; antes, pelo contrário, exploraram o meio levando tôdas as suas reservas para fóra. São as pessoas mais perniciosas que temos encontrado, são os conselheiros — maus conselheiros — que estão sempre na opinião oposta, só servindo para demolir e mal dizer. Felizmente que a obra é sólida e grande de mais para que os mal intencionados a possam minar. Devemos ainda dizer, sôbre turismo, que se algo há já realizado, com efeito, muito há ainda para fazer. Para que tal desideratum seja atingido, todos os figueiroenses devem compreender que para a realização da obra são forçados a abdicar um pouco de sua personalidade e trabalhar em prol do bem comum, que é, em última análise, trabalhar para si próprios. Quando se criar êste espírito de abnegação e sacrifício pela nossa terra, quando se perder a ideia de que as entidades oficiais têm a obrigação de fazer tudo, — e os outros, os outros tais, coisa nenhuma — então poderemos entrar denodadamente na obra que falta realizar, isto é, cada um de per si procurará embelezar o melhor possivel e sempre orientado por técnicos nos seus planos ou realizações. Para que uma terra possa ser considerada como agradável centro de turismo, torna-se necessário que todos se compenetrem de que têm de concorrer para essa finalidade. E, entre outros problemas, emquanto se não modificarem os processos ronceiros de construções sem graça e sem estilo e se não acabar com as estrumeiras dentro da vila, principalmente por baixo e junto das habitações, nós não po-

demos dizer, com propriedade, que temos turismo em Figueiró.

É certo que a Câmara já por diversas vezes tentou acabar com este mal, que nos envergonha e coloca em situação desagradável, mas infelizmente não foi secundada pela entidade a quem mais competia zelar por tal estado de coisas. E para que VV. Ex.ᵃᵉ ajuízem do que se tem passado a êste respeito, basta dizer-lhes que a Comissão Municipal de Higiene, que tem por vogal o Delegado de Saúde, tendo sido consultada pela Presidência da Câmara acerca da extinção das estrumeiras, foi de parecer contrário!!! Por aqui se aprecia o conceito que há ante uma questão desta natureza e se afere o amôr que existe pela higiene da nossa vila e também pelo progresso. É certo que medidas desta natureza são sempre recebidas com rebeldia por parte de alguns indivíduos. Mas o que não se compreende é que a entidade, a quem principalmente compete velar por êste estado de coisas, seja a primeira a contrariar uma iniciativa já posta em prática por tôda a parte.

A-pesar-disso, alguma coisa se tem feito e mais se fará se nós, os figueiroenses legítimos, nos convencermos de que para esta terra singrar, sob o ponto de vista turístico, necessário se torna conjugar os nossos esforços no sentido de fazer desaparecer para sempre êste e outros males semelhantes. A construção de um hotel é, no entanto, o problema vital. Resolvido êle a nossa região ficará sendo um dos melhores centros de turismo do País. As bases estão lançadas e a prova está concludente, à vista

de todos. Resta apenas que seja compreendida por aqueles que porfiam em negar ao turismo uma das principais fontes de riqueza do nosso rincão.

Outro problema, e dos de maior acuidade, tem também preocupado a Câmara e merecido o seu mais desvelado carinho. Quero referir-me à assistência. Como é do conhecimento público, no respeitante a assistência nós não sabiamos sequer o que tal palavra significava. No concelho cousa alguma havia que directa ou indirectamente auxiliasse os desamparados da sorte. Entregues a si próprios, por aí vegetavam e se algum vizinho ou espírito caritativo se não lembrasse dêles, morriam os pobres na miséria. Nem sequer um hospital havia em condições de poder receber alguem. Foi nesta situação deprimente e desgraçada que as Câmaras do Estado Novo encontraram o concelho. Hoje, graças à sua acção, já possuímos um hospital em condições de receber doentes; estabeleceu-se o Centro de Saúde, que funciona nêsse hospital; existem a C. A. P. I., os subsídios do Comissário do Desemprego a inválidos e ainda uma Comissão angariadora de donativos para os pobres da vila e os subsídios de lactação dados pela Câmara e que ascendem a alguns contos anualmente. Assim todos os necessitados são auxiliados na doença e na invalidês. E é oportuno frisar que para tôdas estas entidades e Comissões a Câmara concorre com não pequena parcela. O problema da assistência em Figueiró, não sendo modelar, não nos envergonha, contudo, actualmente. O hospital sofreu uma remodelação completa e hoje socorre centenas, senão milhares,

de doentes por ano. O Centro de Saúde, por sua vez, presta relevantes serviços. Foi feliz ideia da sua criação, que se deve, indubitàvelmente, à Câmara Municipal.

E já que nos referimos, embora de uma maneira succinta, ao que a Câmara tem feito e procurado fazer, não deixaremos de falar da Escola Secundária. Todos sabem as condições em que funcionava essa escola; todavia reportar-nos-emos apenas à época em que a Câmara tomou conta dela. Explorada por indivíduos de fora, foi-se arrastando e decaindo até que chegou a uma altura em que a Inspecção do Ensino Secundário veio junto da Câmara expôr o seguinte: ou a Câmara tomava conta daquela escola ou ela seria extinta. Em face desta resolução a Câmara, depois de estudar o assunto, deliberou que devia aceitar a oferta do sr. Inspector Geral, visto tratar-se de uma instituïção de alto interesse para o concelho e região. Esta atitude da Câmara, que outro intuito não teve álem de dotar êste concelho com mais um importante melhoramento, não foi bem recebida por alguns. É isto estranho e digno de censura, mas é assim. Preferiam êsses ser mal servidos por estranhos a ter de se subordinar à ordem e superiores interêsses do concelho, mas, tiveram de conformar-se. A escola tem funcionado e estamos certos que o período agúdo já passou. Ela viverá, e daqui a alguns anos se apreciará o nosso gesto e a finalidade que tínhamos em vista. A sua freqüência tem aumentado de ano para ano e se assim continuar e houver cuidado na escôlha do corpo docente, como até aqui, não temos dú-

vida em afirmar que é mais uma grande obra que esta Câmara lega.

Outro problema não menos importante quero aqui mencionar: — a política do Estado Novo. — A ideia da realização está de tal forma arreigada no espírito do nosso povo que quando se lhe fala em melhoramentos tem a certeza de que êles se executam. Foi assim, cumprindo as promessas feitas, realizando as obras necessárias e com a respectiva propaganda que as doutrinas do Estado Novo se divulgaram no nosso concelho. Podemos afirmar sem receios de errar que, hoje, o nosso povo é admirador de Salazar e está perfeitamente integrado dentro dos princípios da Revolução Nacional.

Finalmente, também mereceu todo o interêsse à nossa Câmara a organização corporativa. A criação das Casas do Povo desta vila e a de Campelo deve-se à nossa intervenção, e, se nas restantes freguesias ainda não foram criadas, é por virtude do Govêrno pensar em remodelar as leis que presidem à sua organização.

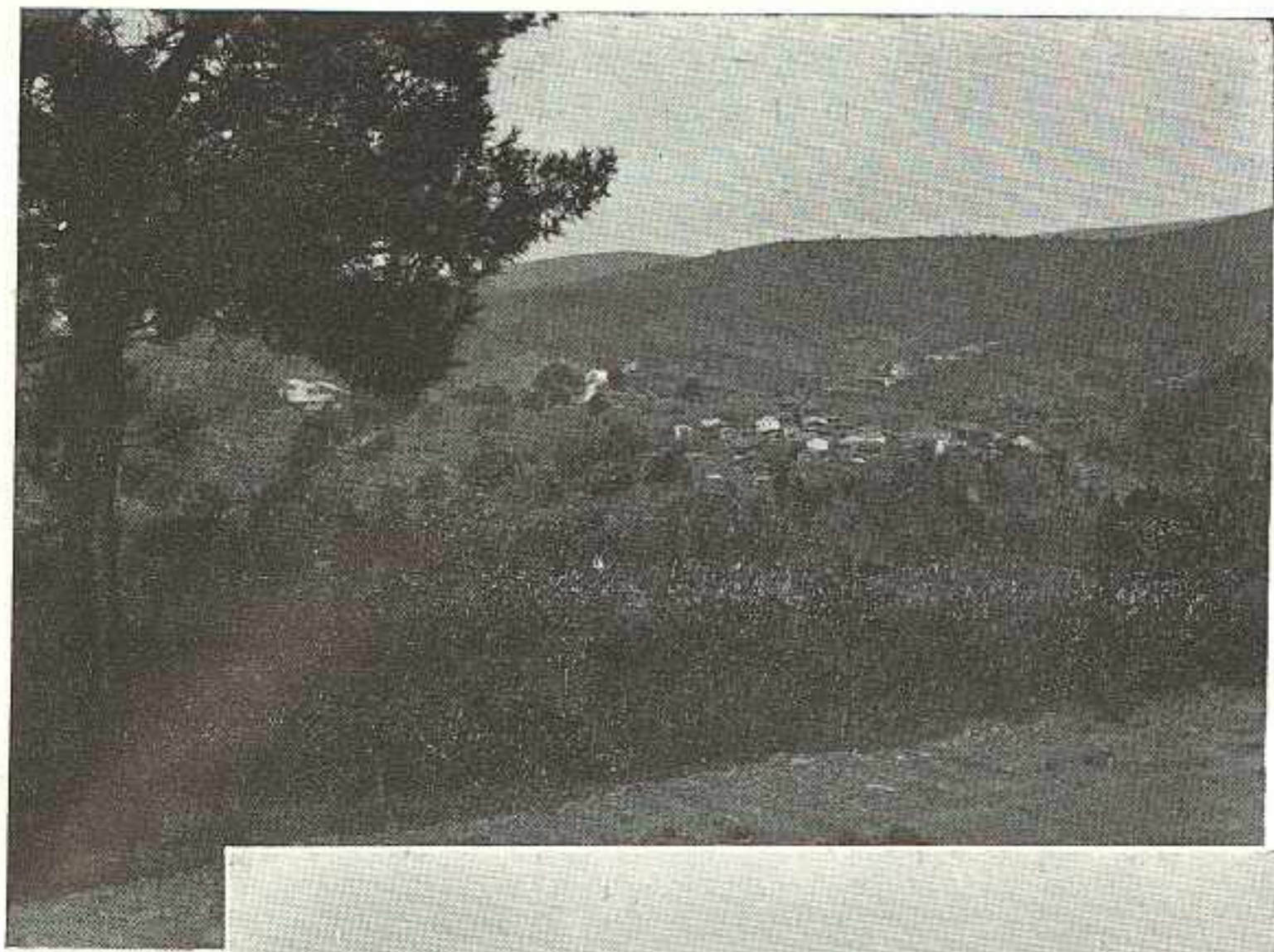
A Associação Comercial e industrial transformou-se em Grémio e dentro em pouco será instituído o Grémio da Lavoura. Como vêem, a Câmara tem procurado cumprir a sua missão e, se mais não se tem feito, é porque lhe tem sido materialmente impossível.

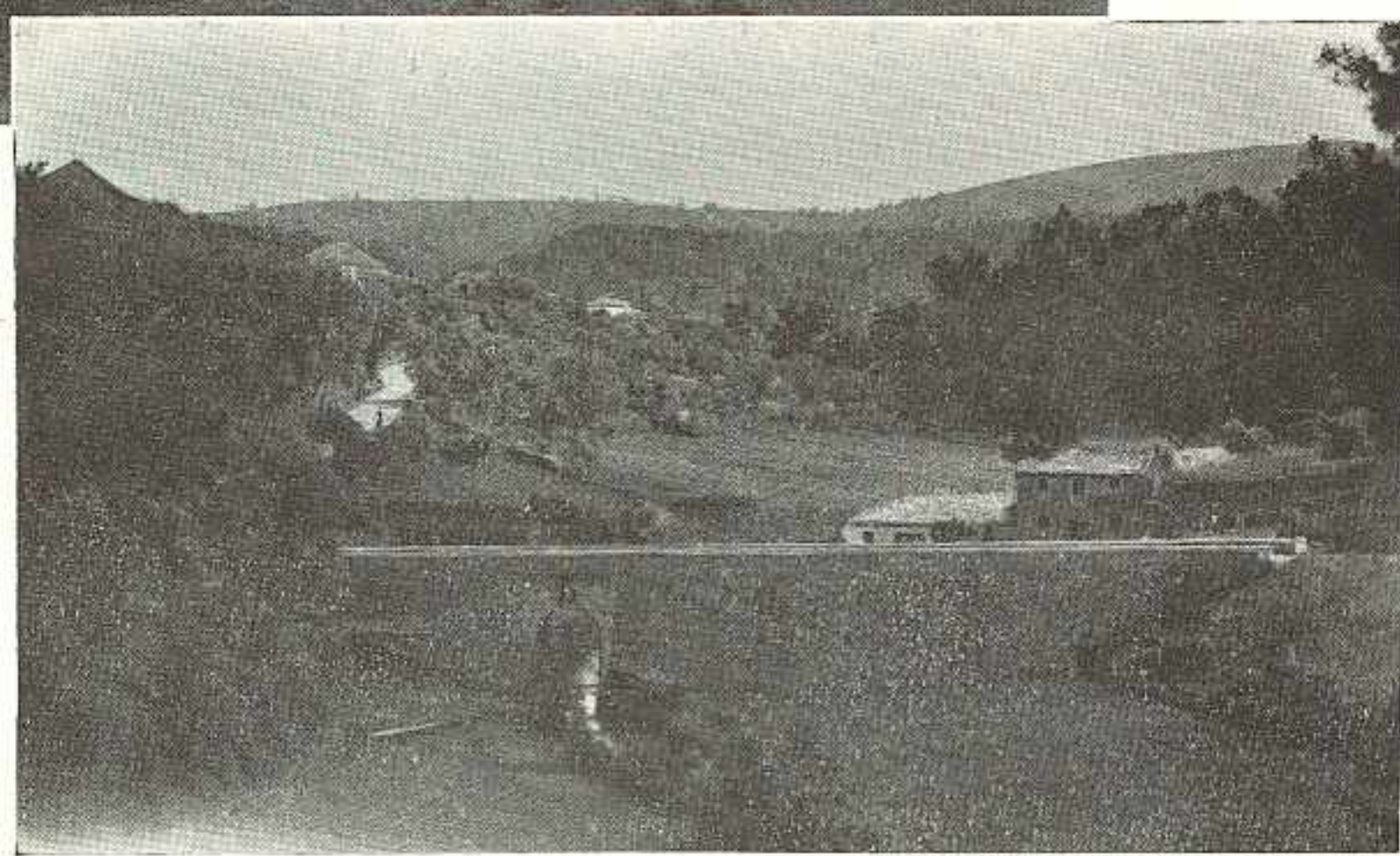
As obras que o Estado Novo realizou no nosso concelho, marcam uma época de renovação que jámais esquecerá!

Para tôda a parte onde nos desloquemos encontram-se obras desta época excepcional; por tôda a

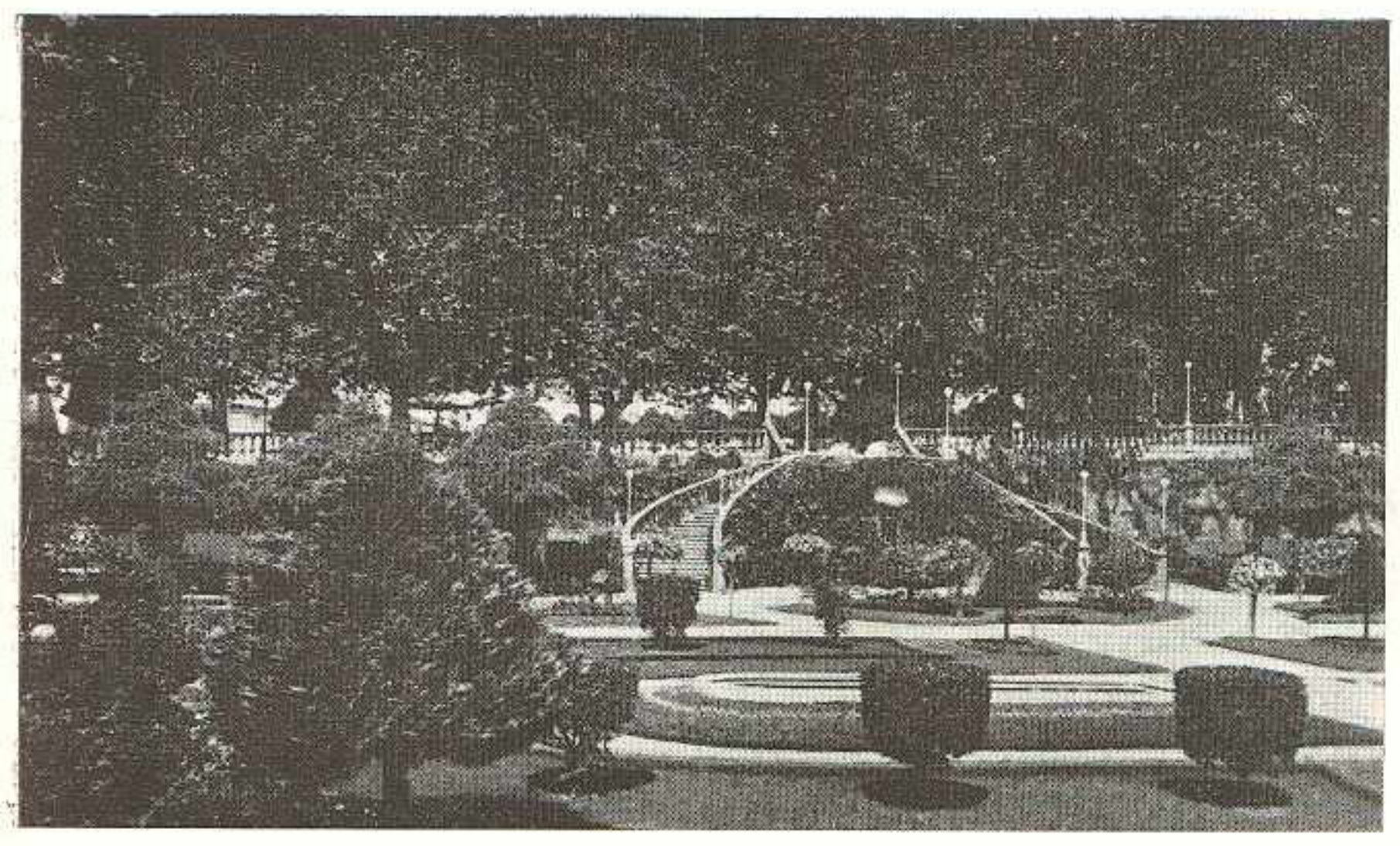
parte se vêem fontes, pontes, caminhos, estradas macadamizadas e escolas, que atestam de forma inolvidável a transformação profunda por que passou o concelho. A vila mudou por completo de fisionomia, em cousa alguma se assemelhando ao que era. E, se nós levarmos ávante as obras em projecto, escusamos de invejar qualquer outra vila do país. E tudo se fêz e transformou num curto espaço de tempo. Daqui se avalia quanto vale uma vontade firme a favor de uma causa. Os que nos sucederem saberão aquilatar melhor o trabalho dispendido, as canseiras, as arrelias, as ingratidões a que a vida pública nos sujeita. A-pesar-disso damos por bem empregada a luta, porque a Câmara do Estado Novo, no nosso concelho, produziu obra útil e duradoira. Vamos enumerar as obras realizadas no concelho, uma por uma e por capítulos, durante estes dez anos de Revolução Nacional.

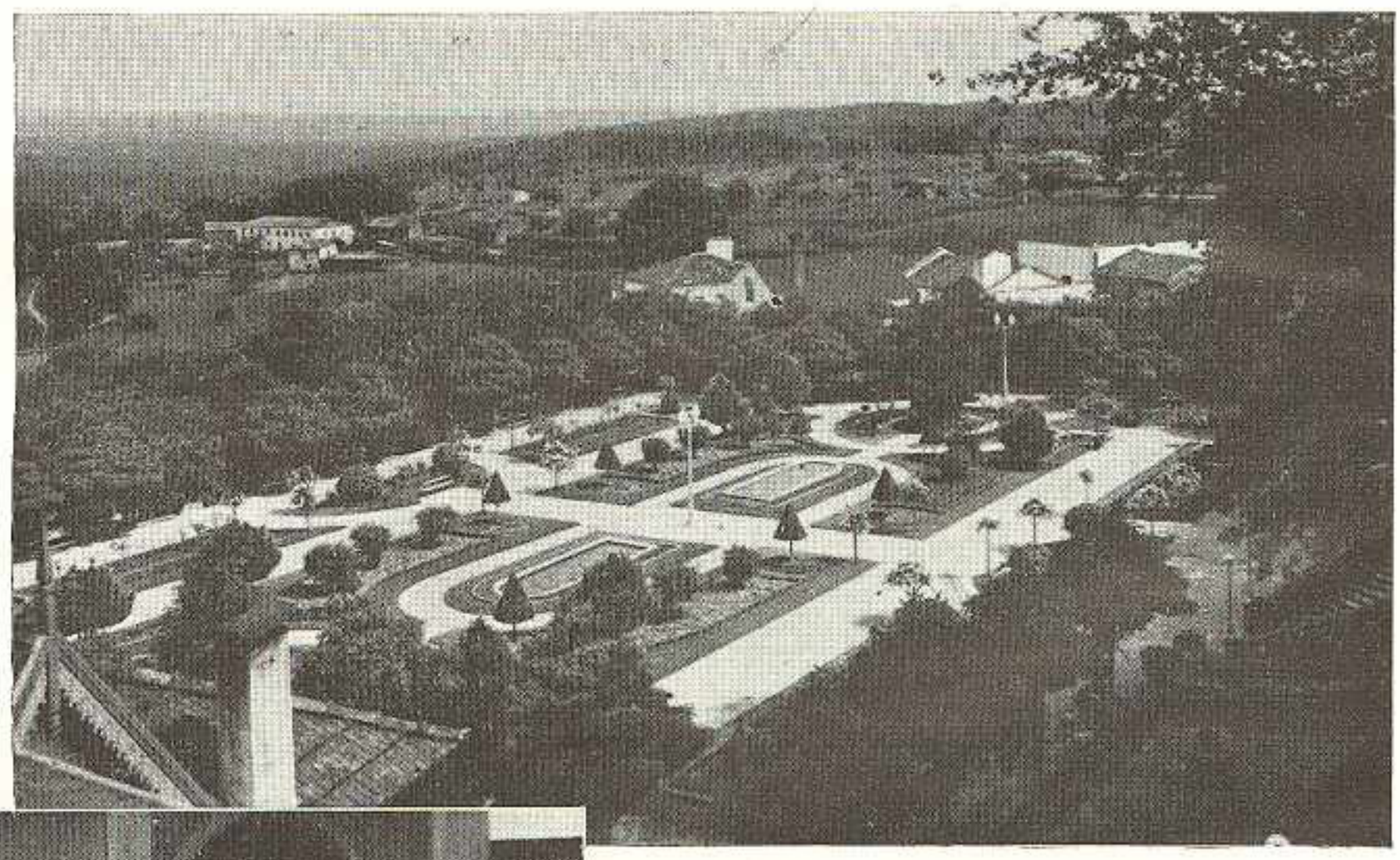
ESTRADAS — Em 1926 Figueiró dos Vinhos não possuia um quilómetro sequer de estrada Municipal macadamizada. Com o Estado Novo, já fêz a ligação com estradas municipais à sua custa e dos Melhoramentos Rurais, com todas as freguesias; construíu-se a estrada municipal para Campelo, com cêrca de 15 quilómetros; outra para a freguesia de Aguda, com 4 quilómetros; outra para a freguesia de Arega, com 5 quilómetros; outra para as Fragas de S. Simão; outra para a Aldeia da Cruz e projectada até Chimpeles; outra para o Bairrão; outra para a Telhada; outra para a Lavandeira; outra





Nesta aldeia de Foulão Fundeiro, entre campos, vinhedos e pinheiros, nasceu o autor dêste livro. Nesta igreja paroquial de Campêlo se batisou.





Obras de Turismo de Figueiró— Dois aspectos do admirável Parque, que a Comissão de Turismo mandou construir e plantar em 1930 e que constitue motivo de encanto para os naturais da vila e para os forasteiros.

Ao lado quando da inauguração do Pavilhão de Honra de Figueiró dos Vinhos, na Exposição Distrital de Leiria comemorativa dos Centenários em 1940.

para Pousa Flores; outra para a Ribeira Velha e outra para o Torgal, Foz de Alge, Valbom, Lameirão, além de muitos caminhos vicinais, que foram reparados.

ÁGUAS — O problema das águas na Vila de Figueiró dos Vinhos está resolvido. Há cerca de três anos foi-se buscar água a 5 quilómetros e fêz-se logo a seguir a distribuïção ao domicílio. Figueiró tem óptima água e com muita abundância. Nas restantes povoações rurais construíram-se fontes em Aguda; em Lomba da Casa; no Salgueiro da Ribeira; no Salgueiro da Lomba; no Fato; na Ponte de S. Simão; no Casal de São Simão; em Aldeia da Cruz; no Salgueiro; no Bairrão; na Castanheira; em Vilas de Pedro; no Casal; no Fontão Fundeiro; em Várzea Redonda; em Marvila; em Aldeia Cimeira das Bairradas; no Casal dos Ferreiros; no Salgueiro e nas Cabeças, Jarda, Arega (reparada) e construíu-se também um lavadouro público com cobertura na Fonte das Freitas.

ELECTRICIDADE — Foi montada em 1928, rivalizando com qualquer das grandes cidades. Assim se encontra Figueiró dos Vinhos perfeitamente electrificada, não só nas habitações como nas praças, jardins e ruas da vila.

CORREIOS, TELÉGRAFOS E TELEFONES — Está em projecto, felizmente, a construção do novo edifício e os serviços telefónicos aumentam dia a dia.

INSTRUÇÃO — O problema da instrução no nosso concelho está resolvido. Construíram-se escolas onde faltavam, repararam-se tôdas as antigas e dotaram-se com mobílias e material didáctico; repararam-se as escolas da vila, Vilas de Pedro, Campelo, Lomba da Casa, Moninhos, Aguda, de Bairradas e Aldeia de Ana de Aviz, e construíram-se 5 novas escolas, uma com quatro lugares, na vila, outra com dois lugares, na Arega, e outras no Bairrão, no Fontão Fondeiro e em Alge. Tôdas estas escolas foram, podemos dizê-lo, mobiladas de novo e dotadas, à excepção de uma da vila, com material escolar e didactico. Criaram-se ainda 4 postos escolares no casal dos Ferreiros das Bairradas, no Carapinhal, em Almofada de Baixo e na Ribeira do Braz, freguesia de Arega. Este pôsto funciona numa das melhores casas do concelho, tendo adstrita uma casa de habitação com o valôr de mais de cem mil escudos, que foi doada à Câmara pelo benemérito sr. José Joaquim dos Santos a quem, pelo facto, testemunhamos a nossa gratidão.

PONTES — Construíu-se uma na Ribeira Velha; outra em Campelo; outra em Campelinho, duas em Fontão Fundeiro; outra em Aldeia Fundeira; outra no Porto da Coelheira; outra no Porto das Vacas; outra em Chimpeles; outra em cimento armado, na Ribeira de Alge, com 15 metros de vão e que dá acesso a Arega; outra no Bairrão; outra na Telhada; outra na Lavandeira; e tôdas as restantes têm sido convenientemente reparadas. Em construçãos temos

o mercado de peixe na vila. Em projecto: — Construção do novo edifício dos Paços do Concelho; Avenida do Doutor António de Oliveira Salazar; estrada de Arega; estrada de Chimpeles; obras importantes na Igreja Matriz, com um orçamento que atinge cêrca de 300 contos; empedramento da estrada das Chãs aos Casais dos Ferreiros das Bairradas; continuação da estrada de Campelo até Alge; continuação da estrada das Fragas em S. Simão até à ponte.

Com vêem, a obra levada a efeito pela Câmara é importante e, se contarmos com a ampliação do antigo edifício dos Paços do Concelo, que para êste efeito também devemos considerar, e a reconstrução, assim como a instalação de tôdas as repartições públicas e as respectivas mobílias, Talho municipal e quartel dos bombeiros, Casas dos Magistrados e outras pequenas obras, devemos confessar que alguma coisa de novo se fêz no nosso concelho. Vivemos num período áureo da Revolução Nacional e podemos afirmar que o soubemos aproveitar até ao máximo. E êste facto representa para a Câmara, a que tenho a honra de presidir, a sua suprema glória. Ainda mais: tôda esta obra se fêz num concelho pequeno e pobre, como o nosso, sem provocar o desiquilíbrio das suas finanças, pagando-se em dia e sem ter dívidas.

Feitas as considerações àcerca da actividade da Câmara, durante o período da Revolução Nacional, sem a mais leve crítica para as vereações anterio-

res, às quais prestamos a justiça de bem quererem servir, vamos entrar pròpriamente no relatório da Câmara durante o corrente ano.

Seguindo a mesma orientação financeira de fomento e de obras dos anos anteriores, construíu-se a Ponte do Bairrão, alargou-se a da Ervideira e beneficiou-se a respectiva entrada de forma que hoje se vai ao Bairrão de automóvel com a maior facilidade: construíu-se uma fonte em S. Simão: construíu-se a Ponte de Arega em cimento armado, e a de Chimpeles; acabou-se a vedação da escola de Alge; melhorou-se e beneficiou-se o caminho da Aldeia de Ana de Aviz, a calçada e a fonte; construíu-se uma fonte no lugar das Cabeças e auxiliou-se a construção da ponte; auxiliou-se a construção dos caminhos do Torgal, da Ribeira Velha, de Arega e traz-se em construção a estrada de Arega, a vedação da escola do sexo masculino da vila; dois pontões em Campêlo, Trespostos e Alge, em pedra, e a ponte, na Ponte Fundeira sôbre a Ribeira de Alge: anda-se a reconstruír o antigo edif cio dos Paços do Concelho. Além destas obras muitas reparações se fizeram e outras se conservaram que, por serem de somenos, nos dispensamos de descrever. Há ainda a acrescentar a captação de mais água no Vale de Águas para aumentar o caudal que abastece a vila, com distribuïção ao domicílio, obra para a qual o Estado concedeu a comparticipação de 13.480$37. Além dêste subsídio a Câmara foi dotada com 4.685$00 para a construção da fonte de S. Simão; com 9.426$70, para a escola de Alge; com 19.480$00 para a construção da ponte de Arega;

com 64.365$00 para a construção da estrada de Arega; com 7.693$50 para a vedação da nova escola da vila; com 42.618$64 para a construção do mercado do peixe na vila e ainda com 12.995$00 para a construção dos dois pontões em Campêlo, Alge e Trespostos. As dotações atingem o montante de 174.755$21, atingindo os orçamentos destas obras a quantia de cêrca de 349.510$42.

Além destas obras a Câmara continua a subsidiar o Hospital da Misericórdia e o Centro de Saúde, e acabou de pagar 28.000$00 aos Hospitais Civis de Lisboa, dívidas das Câmaras anteriores a 1926. Muitos outros subsídios são concedidos a diversos títulos e que se tornaria fastidioso enumerar. A êste respeito devo informar que sôbre as Câmaras cai um tal número de pedidos de tôda a espécie que se tornam impertinentes e grande parte dêles não são concedidos

Temos ainda a contar com a despesa de tôdas as repartições públicas, cujas rendas de casa, mobiliário e luz estão a cargo da Câmara. Todos os Ministérios, regra geral, descarregam as suas despesas concelhias de casas, mobiliário, luz e até algumas de expediente, para cima das Câmaras, o que, quanto a nós, representa uma violência, quantas vezes incompatível com os recursos camarários. A-pesar-de todos estes encargos, a nossa Câmara vai reagindo sofrìvelmente, e assim terminará mais esta gerência, fértil em realizações de vulto, com «superavit». É desta forma a nossa administração, cujas contas estarão em devido tempo à disposição de quem as queira examinar, antes de serem reme-

tidas a julgamento para o Tribunal de Contas, e por elas terão ocasião de ver como se administra uma Câmara e como se faz uma obra útil para o concelho. E não se diga que nós atingimos os limites tributários. Estamos muito longe disso. Mas, o que sabemos, deixem —no-lo dizer com tôda a franqueza, é cobrar bem o que estamos autorizados a cobrar, fazendo uma justa e equitativa aplicação e distribuïção das receitas e aproveitando todo o auxílio material que os nossos Munícipes estão sempre prontos a dar. Só assim se explica que, num concelho como o nosso, se levem a efeito obras no valor de centenas de contos. Fica desta forma, o mais resumido que podemos, explicada a maneira como são administrados os dinheiros municipais.

Sôbre a gerência do ano corrente VV. Ex.ª vão dar o seu parecer, esperando que ela mereça a mesma aprovação dos anos anteriores. Só assim poderemos insistir na persecução de uma obra que nos engrandece a todos nós.

Figueiró dos Vinhos, 2 de Novembro de 1939.

a) *O Presidente da Câmara*

A gerência municipal de 1940

E de igual modo surgiu o relatório da gerência de 1940. Êle salienta: «Este relatório é, pode dizer-se, lógica seqüência dos que nos passados três anos têm por mim sido apresentados à aprovação do Concelho Municipal. Poderia talvez dizer que coisa alguma nova se menciona, porquanto tôdas as obras que no corrente ano foram realizadas, constam dum plano elaborado e aprovado, que se vem executando com método e disciplina administrativa, bem sabeis há quanto tempo. Parecendo, por isto, que nada de novo apresento à vossa criteriosa apreciação — e assim é de facto — o relatório da gerência da Câmara Municipal, outra coisa não representa do que a continuação daquele que, no ano transacto, foi submetido à vossa apreciação.

Consigna a lei, e muito bem, que o presidente da Câmara apresentará ao Conselho Municipal o

relatório da gerência anual camarária. Êste critério, com o qual plenamente concordamos, obriga as Câmaras a dar conta ao Concelho da forma como o plano de actividade por êle aprovado, foi cumprido na execução, e como foram geridos os interêsses do Concelho às mesmas confiados.

Este controle, parecendo desnecessário, torna-se importante, para quem conhecer razoàvelmente as funções e os orgãos da administração municipal: Câmara e Conselho Municipal. Uma depende da outra. Ao presidente da Câmara compete delinear e elaborar o seu plano de actividade que, depois disso, sujeita à aprovação do Concelho. Êste que deve ser composto, e é, pelos indivíduos representantes de tôdas as manifestações de actividade do Concelho: comércio, indústria e lavoura — atravez os seus Grémios, Casas de Povo, Misericórdia e representantes das Freguesias, dão o seu voto sobre o plano de actividade. Findo o ano para que êle foi aprovado, o Presidente da Câmara vem dar contas ao Conselho — por assim dizer — da forma como executou e administrou, dentro do plano de actividade que lhe foi confiado.

É o que vamos fazer.

Meus srs.: Atravessamos uma hora grave, talvez a de maior gravidade na história da humanidade inteira.

Quando a Alemanha declarou guerra à Polónia, S. Em.ª o Senhor Cardial Patriarca, numa alocução pronunciada ao povo disse: «Hitler acaba de lançar o fogo ao mundo...». Pensámos maduramente nesta frase; diversas vezes a temos comentado, e,

como todos sabem, infelizmente para a humanidade, o seu vaticínio será dentro em pouco — quem sabe — uma realidade. A terra vive num estado convulsivo e impressionante; vomita-se metralha por todos os lados, os lares são destruídos, o sangue corre a jorros, os fugitivos contam-se por milhões. Nesta guerra nada se respeita — é a guerra da destruïção. Nada escapa: é uma guerra em que não há leis de guerra.

A-pesar-disso Portugal consegue equilibrar-se, manter-se em Paz, fugindo à lei geral. E porque?

Merce, sem dúvida, do Homem, do impulsionador da Revolução Nacional que transformou o seu País com as suas reformas e administração, neste lindo recanto do mundo onde, graças à Providencia, ainda não sentimos as amarguras da guerra. Também, a-pesar-desta situação em que vivemos, situação enervante e incerta, a Câmara Municipal da minha presidência, fiel à lei e integrada na alta missão que lhe foi confiada, procurou não só cumprir o muito possível o plano de actividade que no ano transacto foi elaborado e aprovado por VV. Ex.as, mas fazer obra útil e de utilidade prolongada. É esta obra que, por capítulos vamos descrever.

OBRAS — Diversos factores prejudicaram o nosso plano de obras no ano corrente. De entre êles devemos destacar o agravamento dos preços dos materiais de construção e a prolongada invernia.

As obras, em conseqüência êstes factores, tornaram-se mais caras e morosas.

A Câmara, embora as obras principais fôssem subsidiadas pelo Estado, teve de arcar com todos os aumentos de custo dos materiais, mão de obra e reconstrução. Mas, a-pesar-disso, ainda fizemos a construção da Estrada Municipal de Arega à Est. Nac. 55, de 2.ª e na extensão de 4.667 metros, orçada em 128.777$85; conservámos tôdas as estradas municipais entre elas as de Aguda, Pousa Flôres, Campelo, Aldeia da Cruz, Bairrão e alguns caminhos vicinais, principalmente na freguesia de Arega; construímos nos Trespostos um pontão em pedra, e outro em Alge, orçados em 21.318$00; e o caminho que vai desta ponte à Capela do lugar de Alge, para a qual uma comissão de pessoas, residentes em Lisboa contribuíu com dois mil escudos; construímos um campo de «Tenis» ; fizeram-se obras de beneficiação e embelezamento na Rua do Dr. Martinho Simões; construíu-se o Mercado, obra importante que, além da utilidade que representa, transformou e embelezou a parte baixa da Vila, obra orçada em 110.634$74 e para a qual o Estado contribuíu com 35.000$00; reconstruíram-se, em parte, os antigos Paços do Concelho, onde já funcionam tôdas as repartições públicas; construíu-se a Fonte do Azeitão e melhorou-se a de Aldeia da Cruz.

Fizeram-se reparações em estradas e em diversas propriedades do Município, repararam-se pontes, fêz-se em parte a vedação da Escola nova, outras se repararam e algumas foram dotadas de mobiliário e material didático, como a de Alge; fêz-se a nova

exploração de água potável em Vale de Água, aumentando-se o abastecimento à Vila em mais do dôbro; fizeram-se obras na Casa dos Magistrados; dotaram-se de algumas mobílias e diversas repartições, incluindo a secretaria judicial e o tribunal, adquiriu-se mobília nova para o gabinete do Juiz, para a Conservatória do Registo Civil e Secção de Finanças, tendo-se instalado um gabinete para o Veterinário; elaboraram-se algumas plantas, entre elas a da estrada das Fragas de S. Simão à Ponte, e a da ponte de Campêlo sôbre a Ribeira de Campelinho; a da urbanização do local onde se irá construir o novo edifício dos Paços do Concelho, do Largo em frente do Mercado do peixe, do empedramento da Estrada Municipal das Chãs ao Casal dos Ferreiros das Bairradas e, na construção dos novos Paços do Concelho, já gastámos cerca de 16.000$00. Gastámos em obras, no presente ano, até esta data, aproximadamente, 180.000$00. E, a propósito, dir-lhes-ei que, neste triénio (1938-39 e 40, tivemos de subsídios 231.681$30 (duzentos e trinta e um mil seiscentos e oitenta e um escudos e trinta centavos) gastámos em obras 550.324$17. (Quinhentos e cinqüenta mil trezentos vinte quatro escudos e dezessete centavos).

Se a êstes subsídios acrescentarmos o dos Paços do Concelho, na importância de 205 contos, o da Misericórdia, no valor de 137 contos, o da Casa do Povo, com 33 contos, que para o efeito também marcam, pois é dinheiro que vem para o Concelho, o nosso Município continua a não desmerecer o crédito de que há anos vem disfrutando.

A INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA — A instrução também mereceu por parte da Câmara a sua melhor atenção. Na Escola Secundária que procuramos melhorar dia a dia, quer sob o ponto de vista do corpo docente, quer sob o aspecto de material, e em que se obtiveram excelentes resultados, pois, como é do conhecimento público, todos os alunos que foram a exame passaram e com boa classificação, tudo isto também trouxe alguns encargos. A instrução primária tem-nos merecido e continua a merecer o nosso carinho, como mais adeante veremos.

ASSISTÊNCIA — Continua a Câmara a subsidiar o Hospital da Misericórdia com a quantia de 300$00 mensais, o qual, se não fôsse êste subsídio, já há muito teria fechado as suas portas. No entanto, com êle e com a ajuda do Estado, tem prestado e continuará a prestar óptimos e relevantes serviços.

E, para que V. Ex.as avaliem do movimento que hoje tem, apresento-lhes os números seguintes, referentes ao tempo que decorre desde o princípio do ano até 27 de Outubro: doentes internados, 35; tratamentos 1827.

Para um hospital que no ano de 1925 quási não tinha movimento, creio poder dizer-se: temos feito alguma coisa.

O Centro de Saúde é sustentado à custa da Câmara e da Direcção Geral de Saúde. Como é do conhecimento de todos tem prestado óptimos serviços: o seu movimento, desde o início é o seguinte:

Actividade do Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos em 1936-37-38 e 39

SERVIÇOS	1936	1937	1938	1939
Consultas efectuadas:				
Higiene pré-moral	5	5	17	7
Higiene infantil	55	348	210	1.072
Doenças venéreas	76	292	317	368
Tuberculose	65	1.261	1.086	793
Sezonismo	13	89		205
Vacinações anti-variólicas . .	17	215	144	466
Vacinações anti-diftéricas . .	—	—	276	—
Análises clínicas	9	90	52	238
			148	
Distribuïção de farinhas:				
Número de latas	—	—	—	129
Famílias visitadas e inscritas no Centro, até à data . . .	. . . . .	. . . 830	. . . .	. . . .

Como se vê, é um movimento apreciável, sobretudo se atendermos a que, no tocante a assistência, nós não tínhamos absolutamente nada. Vivemos muito tempo sem Hospital, os pobres e doentes socorriam-se das esmolas dos particulares e outros morriam na maior miséria.

Felizmente que hoje já não é assim.

Embora a assistência não seja completa, já fazemos alguma coisa digna dêsse nome, desbravando caminho para chegar onde fôr possível.

O Centro de Saúde, que trata das principais doenças de carácter infecto-contagioso e com uma assistência clínica pré-natal, protecção à criança até aos sete anos e com distribuïção de farinhas e leite às crianças pobres, cujas mãis as não possam amamen-

tar, é obra social e humanitária de valor, e muito deve contribuir para a diminuïção da mortalidade infantil e para melhorar a geração futura.

O progresso duma nação avalia-se pelo índice da sua natalidade e mortalidade infantil. Uma nação que possui um índice de natalidade elevado e cuida do futuro da criança, socorrendo-a na primeira infância, preparando-a para a vida, é uma nação progressiva.

A guerra dc 1914-1818 veiu introduzir fórmulas novas no proteccionismo à criança A Alemanha distinguiu-se sob êste ponto de vista: em pouco tempo — 22 anos apenas — preparou uma juventude que está dando que fazer ao mundo inteiro. Outras nações a têm seguido, mas a que melhor apetrechou a sua mocidade foi, incontestàvelmente, a Alemanha. Êste facto é bem para salientar, sobretudo porque o sentimos. Ao passo que os outros povos que cuidaram mais da política e do prazer do que dos problemas vitais, como êste — cuidar da raça, — tombaram. A Alemanha levanta-se e é a sua juventude longamente preparada que o consegue.

A-propósito, contar-lhes-ei um facto importante que se deu no Parlamento do Reich: certo deputado, num discurso em que estabelecia a diferença entre os índices de natalidade das dua nações — França e Alemanha — declarou que a França, por cada ano que passava, perdia uma guerra.

Hoje que aquela profecia se tornou realidade, hoje que a França assiste passivamente à sua total derrocada, e sem remédio, devemos, compete-nos e

é nossa obrigação tomar os exemplos cuidando cada vez mais da criança e da juventude.

Animados por estes princípios e de colaboração com a Direcção Geral de Saúde, preparamos uma assistência à criança, mais perfeita e profícua atendendo em especial aquelas cujas mãis sejam pobres e não tenham com que as sustentar.

A ideia já foi posta em prática e, embora mal sucedida, pois tivemos que suspender por algum tempo o fornecimento de farinhas e leite, dentro em breve esperamos restabelecê-la, e talvez com âmbito maior.

Além do que succintamente foi enumerado, o Centro de Saúde tem ainda no seu corpo docente uma visitadora sanitária. Esta senhora, depois de atender todos os doentes que vão ao centro, vai às casas onde sente serem precisos os seus cuidados e nelas procura saber a forma como os pais das crianças vivem, dando-lhes conselhos e noções breves de higiene e indicações sôbre a forma de cuidar dos bébés. E, se acaso os encontra doentes, é ela que lhes serve de enfermeira.

No Centro de Saúde faz-se a vacina contra a variola e o garrotilho; e presentemente até se está fazendo uma vacina contra a febre tifoide, na Aguda e Almofalas. Esta vacina é para prevenir contra febres tifoides que todos os anos grassam naquelas localidades. Por esta pequena exposição se vê o papel importante que o Centro de Saúde desempenha.

Se fôr bem compreendida e aproveitada a finalidade que se tem em vista, muito teremos a lu-

crar. E para que VV. Ex.as possam melhor avaliar o papel que êste organismo vem desempenhando no nosso meio, basta dizer-vos que a mortalidade infantil até aos sete anos, que nos anos de 1920 a 1926 foi de 532, baixou de 1933 a 1939 para 356. Os números falam melhor do que nós e por isso os apresentamos sem mais comentários. Só diremos que demonstram o valor desta instituïção e da acção que temos desenvolvido a favor da assistência no Concelho de Figueiró.

E, embora a mortalidade infantil tenha deminuido de ano para ano a partir de 1926, de futuro esperamos que a diferença seja mais notável, sobretudo se continuarmos a prestar a assistência como ela deve ser prestada.

Nós bem sabemos que à volta dêstes conceitos de assistência que já são velhos lá fóra, se procura manter, entre nós, o espírito rotineiro. Fazia-se assim, para que havemos de fazer de forma diferente?...

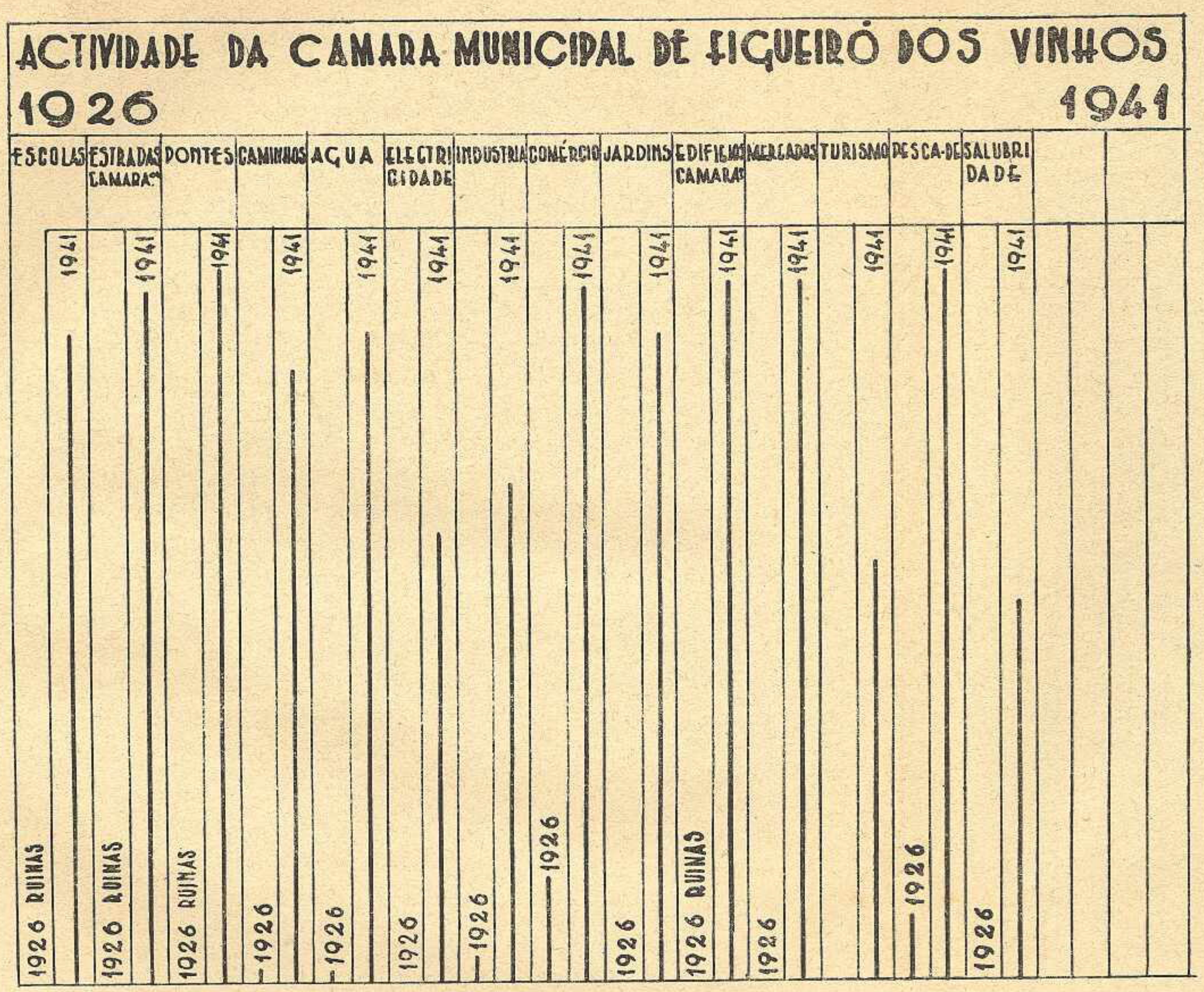
Os comodistas, aquêles que procuram agradar a todos para não agradar finalmente a ninguém, pensam assim.

Mas os tempos são outros.

Ou nós acompanhamos o progresso evolutivo da época ou ficaremos atrazados, e se ficarmos atrazados já temos bem o exemplo do que isso significa.

Nêste capítulo torna-se necessário acabar com o o espírito rotineiro.

Todos os meses — diz o relatório, depois de referir-se a muitos outros aspectos de higiéne e sanidade e a assistência — se distribuem 600$00, impor-



É impressionante êste gráfico estatístico, sobretudo porque põe em paralelo o que não havia no Concelho em 1926 e que se realizou depois daquela data

tância enviada pelo Fundo do Desemprêgo, a pobres do nosso Concelho. Os desempregados mereceram-nos a melhor atenção: dois foram colocados na obra do Hospital e outro na construção dos «Paços do Concelho». Pelo Natal costumamos fazer uma distribuïção aos pobres mais necessitados, e algumas vezes essa distribuïção de donativos repete-se pela Páscoa.

A obra de assistência tem merecido à nossa melhor atenção, é certo, mas muito há ainda a fazer e haverá, pois, como todos sabem, a época é nova, as necessidades sociais aumentam, devendo também aumentar os meios de as satisfazer. Quem mesmo saberá aquilo para que estamos reservados!...

Por isso, tudo quanto fizemos nêste sentido, é bem recebido, quer pelas pessoas beneficiadas, quer pelas estâncias superiores. É, de-resto, a orientação do Govêrno, o qual se preocupa duma forma notável com a classe trabalhadora, pelo que devemos continuar no mesmo sentido de realizações sociais secundando-o gostosamente.

A organização das Casas do Povo, Grémios, Sindicatos e Caixas de Previdência, outra finalidade não tem do que modificar, melhorando, a situação das nossas classes trabalhadoras, degradante até há pouco.

É preciso, pois, que o auxiliemos nesta altíssima missão em que está empenhado. E, se todos compreendessem a responsabilidade do momento que passa, as Casas do Povo, Grémios, Sindicatos e Caixas Sindicais poderiam franca e deliberadamente entrar no pleno exercício das suas funções.

Mas, há ainda quem não queira ver a realidade dos factos, e daí a luta que o Govêrno trava e, — porque não dizê-lo — nós também.

Parece que já nos alongámos demasiado sôbre êste capítulo; mas se atendermos ao que êle representa na sociedade, tudo quanto se faça e diga a êste respeito, é pouco.

A assistência é dos problemas que mais preocupam as fôrças governativas, é um problema complexo, é um problema em que o Govêrno e as autarquias locais lutam constantemente. E, embora se trabalhe com vontade, estamos muito àquem do que é necessário realizar.

INSTRUÇÃO PRIMÁRIA — A instrução no nosso Concelho tem merecido a melhor atenção por parte das Câmaras a que temos presidido. Figueiró dos Vinhos, com as Escolas que possui e postos escolares, satisfaz de momento ao grande problema de combate ao analfabetismo. Todo o Concelho está bem servido de Escolas — desde o momento que tôdas se encontrem em exercício. E, se algumas não estão, a responsabilidade não nos pertence.

O que podemos afirmar é que tôdas estão aptas a funcionar, embora isso represente e tenha representado um grande sacrifício — o Concelho talvez o tenha sentido. Dizemos, com orgulho, que tôdas estão regularmente instaladas, em edifícios condignos e devidamente apetrechadas, com o indispensável material escolar. O problema está, pois, em via de completa solução.

A escola de Alge já poderia há muito tempo estar a funcionar, mas, por falta de professor, receamos que êste ano não funcione ainda. Vamos procurar evitar que assim suceda, mas se tiver de ser, declaro perentòriamente que a responsabilidade não pertence à Câmara.

Mantemos, como já disse, uma Escola Secundária, que habilita ao curso geral dos Liceus. A esta Escola temos dedicado muita atenção, boa vontade e estudo, e procuraremos fazer dela — assim o espero — uma das grandes e boas escolas desta região.

COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS — Comemorou o País, através o seu Govêrno, oito séculos de História, na nossa existência no quadro das Nações, e comemorou também três séculos de Restauração de Independência. São duas datas históricas, não sei qual a mais importante.

Quis o Govêrno e muito bem, que as autarquias locais tomassem parte nas comemorações. E, como V. Ex.as sabem, elas excederam tôda a espectativa. A Exposição do Mundo Português o faz sentir a quem a contempla, com olhos de português, qualquer coisa de orgulho e de brio na arte com que se realizou e no espírito que a informa.

Quem a visitar, sente perpassar pela sua vista os oito séculos da nossa existência; quem a visitar percorre o País de um extremo ao outro; quem a visitar vê claramente o que foi e ainda é o nosso Império Colonial; quem a visitar tem ocasião de sentir a grandeza dos homens notáveis da nossa

história; quem a visitar vê claramente como outróra fômos grandes. Finalmente, a Exposição de Mundo Português é um «écran» no qual vemos o que fômos, o que é a Revolução Nacional com as duas grandes figuras da época — Carmona e Salazar — vislumbrando-se além o caminho florido do futuro.

Oxalá, meus senhores, que êle não seja perturbado; mas, a-pesar-do senso e equilíbrio do Chefe, receia-se bem que o seja.

Temos, no entanto, fé; esperamos que a providência venha como tem vindo, em nosso auxílio. Animados desta ideia, todos nós precisamos trabalhar e trabalhar cada vez mais. Não podíamos, pois, meus senhores, ficar indiferentes, perante as festas Centenárias. Por isso a nossa Câmara se associou às festas que a Junta de Província da Beira Litoral realizou em Coimbra e tomou parte na Exposição Distrital de Leiria. Em qualquer delas não fizemos má figura.

Todos sabem que lutámos com algumas dificuldades a-fim-de nos fazermos representar condignamente; todavia, repetimos, a nossa representação, podendo ser melhor — é certo — não nos envergonhou.

De-resto, foi uma simples experiência e àmanhã, se tivessemos de repetir, já conhecemos o que havíamos de fazer, tanto mais que temos inexgotáveis recursos para em muito melhorar o que apresentámos.

CONCLUSÕES — Focados os pontos principais da nossa acção e duma forma resumida as obras mais importantes que realizámos no corrente ano e, ao mesmo tempo, dar uma ideia, o mais clara possível, do cumprimento da missão de que fomos incumbidos e que vós mesmos aprovastes, faz hoje exactamente um ano, julgo que não devemos desmerecer a confiança que em nós depositaram. Embora tenhamos a consciência do dever cumprido, todavia, em lugares desta natureza, é sempre difícil satisfazer.

Conhecemos de perto os homens, pelo que nos não surpreendemos que haja pessoas a quem, por mais que a Câmara fizesse e se sacrificasse, jámais satisfaria. De uma vez dissemos, e voltamos a repetir, se transformássemos o Cabêço do Peão numa inesgotável mina aurífera, nem assim conquistaríamos a simpatia geral!...

Mais: parece que quanto mais um indivíduo ou uma colectividade produz, mais certo grupo de indivíduos se afasta, prejudicando a obra em que tinham a obrigação moral de colaborar, quanto mais não seja pela sua ausência. É próprio de certos indivíduos estarem do lado opôsto aos que produzem. Para estes coisa alguma os satisfaz; e quanto mais se faz, mais se irritam. *Estes não nos interessam.*

A Câmara trabalha no interêsse do Concelho. Procura fazer obra útil e sôbre todos os pontos de vista. Quem como ela continua a produzir de ano para ano obras importantes, tais como êste ano se fêz: o Mercado do Peixe, Estradas, Pontes, Fontes, e cuidou de conservar tudo o que tem feito — e

sempre com o vosso conhecimento e aprovação — deve continuar a merecer a vossa confiança e a de todo o Concelho.

Quem procura realizar obras como as que já estão dotadas: Paços do Concelho, com 205 contos; urbanização do local dos Paços do Concelho com 325 contos; Fonte de Campêlo com 10 contos; Hospital, a que também não fomos estranhos, com 127 contos e outras que muito brevemente serão dotadas, devemos concordar, e, sem favor, que a Câmara do nosso Concelho, animada do mesmo ritmo com que há mais de 10 anos vem animada, prossegue na sua nobre missão de bem servir. Se, ao lado destas obras, nós puzermos o que elas representam de vida social e económico para o nosso meio, eu fico na dúvida qual dos valores é maior. O que seria dos nossos operários se àmanhã lhes faltasse a actividade com que, há anos, a nossa Câmara vem animando a vida dêles? Não sei se V. Ex.as já pensaram a fundo nêste problema. É um problema que preocupa todos os Govêrnos, principalmente o nosso. Nós, embora os poucos recursos de que dispomos, movimentámos até ao presente em obras, sòmente em obras, cêrca de duzentos contos. Imaginem por momentos, que esta verba lhes tinha faltado? As conclusões são fáceis de tirar. Para o próximo ano já a Câmara assegurou trabalho. A construção do Hospital e dos Paços do Concelho e outras obras que se relacionam com estas, garantem trabalho permanente por mais de dois anos.

Por isso, voltamos a repetir — não sabemos o que valerá mais: se as obras em si, se o trabalho

que representam, o qual ocupará o nosso operariado, pondo de parte, portanto, o perigo do desemprêgo, o que não é indiferente para o movimento que passa.

Trabalha desta forma a Câmara a que presido; cumpriu desta maneira o plano de actividade que foi aprovado há um ano por êste Concelho; à apreciação e aprovação de V. Ex.as, pois, submeto, nos termos da lei, êste relatório.

2 de Novembro de 1940.

a) *O Presidente da Câmara*

Relatório da Gerência referente ao ano de 1942

SURGE, finalmente, a ilustrar êste livro o relatório da gerência de 1942. Tem o aspecto curioso de que logo se ocupa de início, ao dizer:

«Esta disposição legal — apresentação dos relatórios — tem por nós sido rigorosamente cumprida, desde que ocupámos êste lugar, à excepção do ano de 1941.

Em breves palavras vamos explicar a razão determinante de naquele ano havermos faltado aos deveres que a lei nos impõe, como Presidente da Câmara.

Em princípios de 1937, o grupo da oposição local e sistemática aos homens que, desde o primeiro momento, fizeram acto de fé, enfrentando e assumindo a responsabilidade da política da Revolução Nacional, depois de desiludidos e convencidos de que a política partidarista do

passado não mais voltaria, engendraram uma aproximação.

Para tal procuraram o Professor Doutor Byssaia Barreto, personalidade marcante na política nacional e nosso particular amigo, pessoa aliás indicada para estabelecer um princípio de acôrdo entre os grupos políticos desta terra.

O ilustre Professor pediu-nos para irmos a Coimbra e, uma vez lá, pôs-nos ao corrente do que se passava e dos objectivos dos nossos antagonistas.

Em princípio, muito embora sem acreditar nem por sombras na sinceridade que os animava, demos a nossa concordância.

Viemos a reünir em Coimbra, onde trocámos as primeiras impressões, ficando assente o seguinte: o Presidente da Câmara continuava no seu cargo, com maioria absoluta, êles ficariam com maioria no Concelho Municipal e na União Nacional.

No regresso procurei os meus amigos para lhes dar conhecimento do que se passava e dêles recebi uma recusa formal a tôda e qualquer aproximação.

Com enorme tenacidade tive de vencer essa resistência, aliás justificada, que os amigos da primeira hora opuseram. E só com muito trabalho se conseguiu levar a efeito tal acôrdo, com o qual, diga-se em abono da verdade, jamais se conformaram.

Chegámos até a imaginar que havia por parte de alguns dêsses nossos amigos uma espécie de receio de que a nova aproximação provocasse o seu afastamento.

Marca êste acto o início de nova fase na vida política concelhia.

Até aqui a nossa luta dirigia-se contra os nossos adversários, maus políticos de sempre; depois disto, dirigia-se não só contra êstes mas também contra o despeito dos nossos amigos, que nos acompanhavam.

Até aqui lutávamos contra um inimigo fora das trincheiras onde nos abrigávamos, — a verdade, integridade, carácter, honradez, lisura em todos os nossos actos, gestos, atitudes — agora tínhamos de lutar com êle dentro delas e com a agravante de tal estado de coisas agradar àqueles que só por interêsse próprio nos apoiavam e acompanhavam até então, porque, senhores, também há disto.

Mais: tínhamos de estar constantemente vigilantes contra êstes últimos, pois em lugar de aplanarem qualquer dificuldade que surgia, só procuravam agravá-la.

Nesta situação de constante incerteza nos mantivemos por espaço de cinco anos.

Descrever pormenorizadamente o que se passou durante êste lapso de tempo, torna-se difícil e não caberia exactamente nos moldes dum relatório desta natureza.

Todavia não quero perder a oportunidade de focar alguns aspectos mais curiosos de factos passados, a-fim-de que num documento como êste, que fica fazendo parte da actividade municipal, êles fiquem retratados.

O entusiasmo dos nossos adversários, por de novo entrarem a fazer parte da administração do município, foi grande, mas muito maior foi o dos

«lacaios» que os acompanhavam como verdadeiros cãis obedientes a seus senhores e donos, pois se julgavam absolutamente donos e senhores daquilo que tantos trabalhos e canseiras nos havia custado a realizar.

Apregoava-se — por tôda a parte — que a saída do Presidente da Câmara era um facto assente e questão de pouco tempo. Marcava-se o dia da saída, com freqüência, e o dia em que abandonaríamos a chefia do grupo que em nós confiava e que em nós depositava confiança, embora certos de que algo tínhamos feito em favor dêste Concelho, que os nossos inimigos haviam deixado tão lastimàvelmente abandonado.

Era uma propaganda capciosa e persistente.

Após o aludido acôrdo, no primeiro Carnaval, que o calendário marcou, resolveram aquêles nossos «amigos de ocasião», em sinal de regozijo, oferecer uma lauta ceia em casa de cada um.

E o estrondo feito à volta desta comesaina foi tal, que o ruído chegou a uma das freguesias.

Houve quem chegasse a perder a cabeça, tal o entusiasmo. Chegou-se a isto: após uma reünião, em que todos largamente ficaram encostados ao «filho da cêpa torta», — perdoem-nos, senhores, o plebeísmo, assentou-se em mandar assassinar o Presidente da Câmara — pois já tardava a sua renúncia — e até se escolheu certo indivíduo, da Jarda, fixando-se-lhe o quantitativo do prémio. Afinal, uma miséria! «O Presidente da Câmara vale um pouco mais!...»

Estamos ainda por saber qual a razão porque se

não levou a cabo tal acto de «libertação» — e aqui vem a talhe de foice a frase consagrada pelos comunistas de Espanha.

A atmosfera que se respirava era esta. Na vida interna da Câmara não era melhor, embora a dissimulação fôsse grande.

Sempre que havia uma reünião do Conselho Municipal os alviçareiros anunciavam coisas fantásticas, chegando até à afirmar e a garantir: nesta reünião é que «êle» abandona «isto».

Era, em geral, nesta atmosfera, que íamos presidir às reüniões.

Quando transpúnhamos os umbrais dos Paços do Concelho para irmos para a Câmara, certo encontrávamos alguns indivíduos, aquêles que apareciam sempre quando se vislumbrava qualquer escândalo ou complicação, anunciando-nos que iam passar-se coisas de certa gravidade.

A tempestade devia surgir, de surpreza, como sempre surgiu, e assim era, de facto. Historiemos:

Sessão agitadíssima. Tomávamos finalmente a palavra para rebater acusações que nos formulavam, e estas desfaziam-se como a névoa perante um sol primaveril.

Postas as coisas no seu devido lugar, prestados os esclarecimentos necessários a bem compreender a mecânica da administração municipal — ponto fraco dos nossos inimigos, que jámais se integraram no pensamento que deve presidir à administração das autarquias locais — a sessão terminava e, coisa curiosa, embora êles estivessem em maioria, terminavam por louvar o Presidente da Câmara.

Êste voto foi sempre aprovado por maioria e porque entre nós se encontrava um vogal que, por princípio, votava sempre contra.

E tão arreigado era o princípio — ou o compromisso — que sempre o cumpriu durante cinco anos, com absoluto rigôr.

Uma vez, o Presidente da Câmara apresentou uma proposta a favor da Misericórdia: o nosso vogal, porque se tratava da Misericórdia, desejava aprovar a proposta, mas, por outro lado, precisava manter o seu compromisso, pelo que ficou bastante embaraçado.

Por fim, lá arranjou uma plataforma: não regeitando a proposta, também a não aprovou tal como foi apresentada.

Eram assim, em síntese, as sessões do Conselho Municipal.

Carregavam-se os horizontes antes das sessões e êles acabavam por se tornar claros e límpidos, porque as acusações eram pulverizadas.

Cá fora, pelos mais atrevidos alviçareiros, eram os vogais increpados e quantas vezes insultados, porque, diziam: «afinal êle faz o que quere, porque vocês, com êsse rompante e fanfarronice, acabam por aprovar tudo o que êle quere.»

De facto era assim, mas não nos iludimos.

A conspiração continuava a amadurecer — nós sentíamos que assim era — e que quando amadurecesse por completo teria de surgir.

Amadureceu por completo em fins do ano de 1940, quando um vogal da Câmara, que connôsco fazia a maioria, se «deslocou» para o lado dos nossos

inimigos: ficámos, então, em minoria, na Câmara Municipal e no Conselho.

A guerra foi declarada: o Presidente da Câmara, nesta situação, nada mais tinha a fazer do que retirar-se da vida política.

Era nosso conhecimento que, desde há muitos meses, se estava planeando êste golpe que nós sentíamos já, mas sempre nos custou a acreditar, até ao último momento, que a traição pudesse suplantar tantos outros sentimentos: assim foi, no entanto.

Não nos podíamos conformar em sair da Câmara e abandonar a vida política, vítima da traição e da vileza e por isso começámos, em fins de 1940, uma nova luta, com um novo aspecto.

Para ela fomos de cabêça erguida e peito descoberto.

Encarámos o adversário bem frente a frente. Êste, sempre cobarde, voltava a utilizar os velhos processos. E foi acusar-nos por actos em que colaborou, afirmando que eram da exclusiva responsabilidade do Presidente da Câmara. Mais, até: só passados cêrca de 5 anos é que êsses paladinos da «moral» se pretenderam impôr como defensores dos interêsses municipais — que jamais lhes mereceram o mais pequeno reparo — esquecendo-se que durante êsse lapso de tempo colaboraram e louvaram a administração da Câmara Municipal e do seu presidente.

Veio o ano de 1941 que ficará conhecido nos anais da administração dêste Município: a Inspecção Geral de Finanças faz um rigorosíssimo exame, seguido de um minucioso inquérito, aos actos do Presidente do Município.

Êsse processo, que fica arquivado para sempre na Câmara Municipal, acabou por um relatório, de que, embora seja já sobejamente conhecido, não deixo aqui de transcrever uma parte, a-fim-de ficar exarado nas Actas do Conselho Municipal. Ei-lo:

> «A obra realizada em benefício do Concelho pelo homem que há dez anos preside à Câmara, Dr. Manuel Simões Barreiros, é tão importante, que por mais ingratos que os povos sejam, não pode ser esquecida.»

Êste resultado que, diz o Ministério do Interior, é único para um Presidente da Câmara Municipal que há dez anos ocupa tal cargo, foi a maior derrota dos inimigos. Como costuma dizer-se: «vieram buscar lã e ficaram tosquiados.»

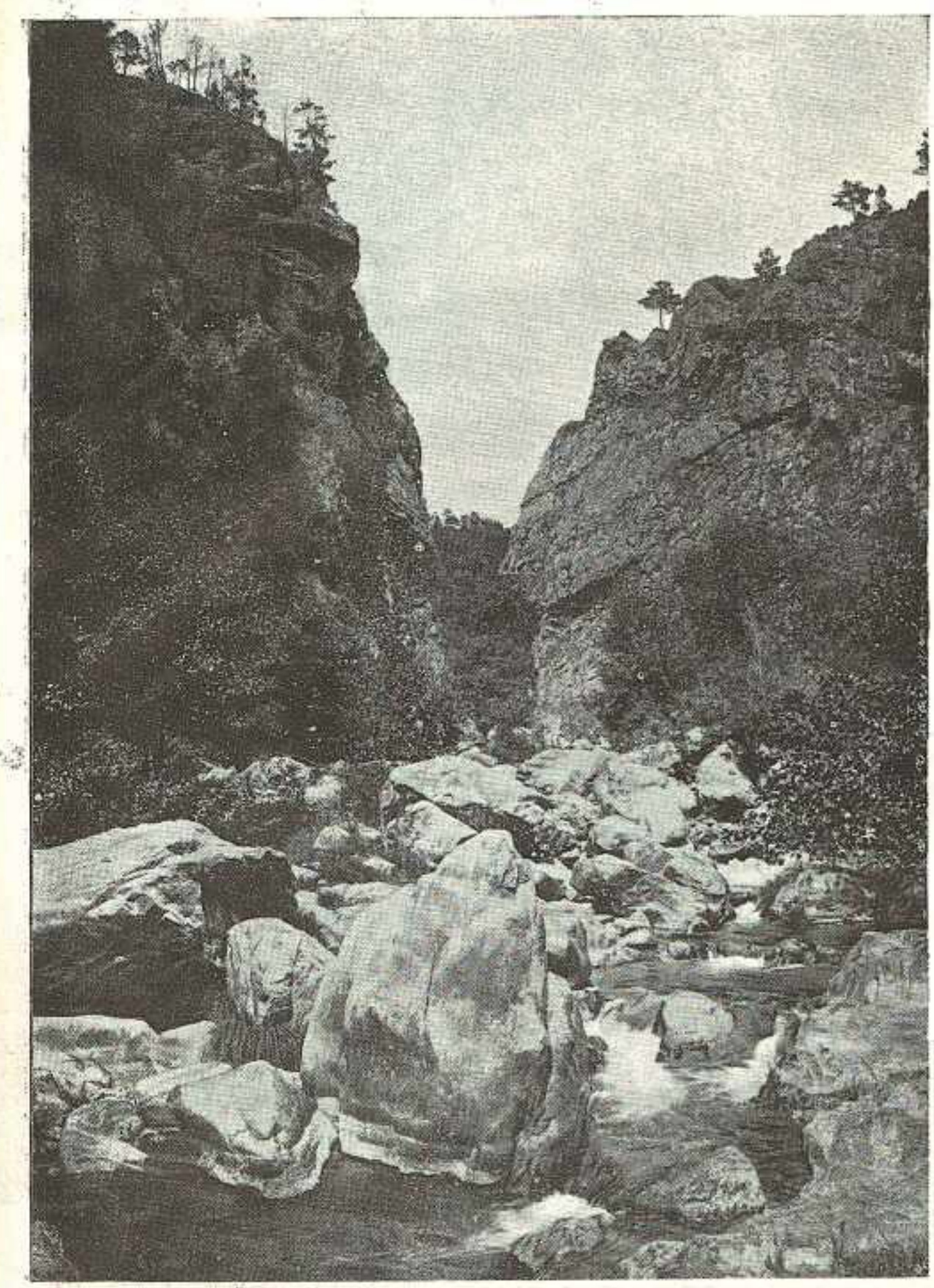
O conhecimento desta luta ultrapassa os limites do concelho e por todo o País se sabia que ela se desencadeara.

Tivemos de suportar o ataque do adversário que recorre a todos os meios, a todos os processos, para só atingir o seu fim: derrubar o Presidente da Câmara.

Tiveram loucas esperanças nos resultados da Inspecção e, depois, no inquérito.

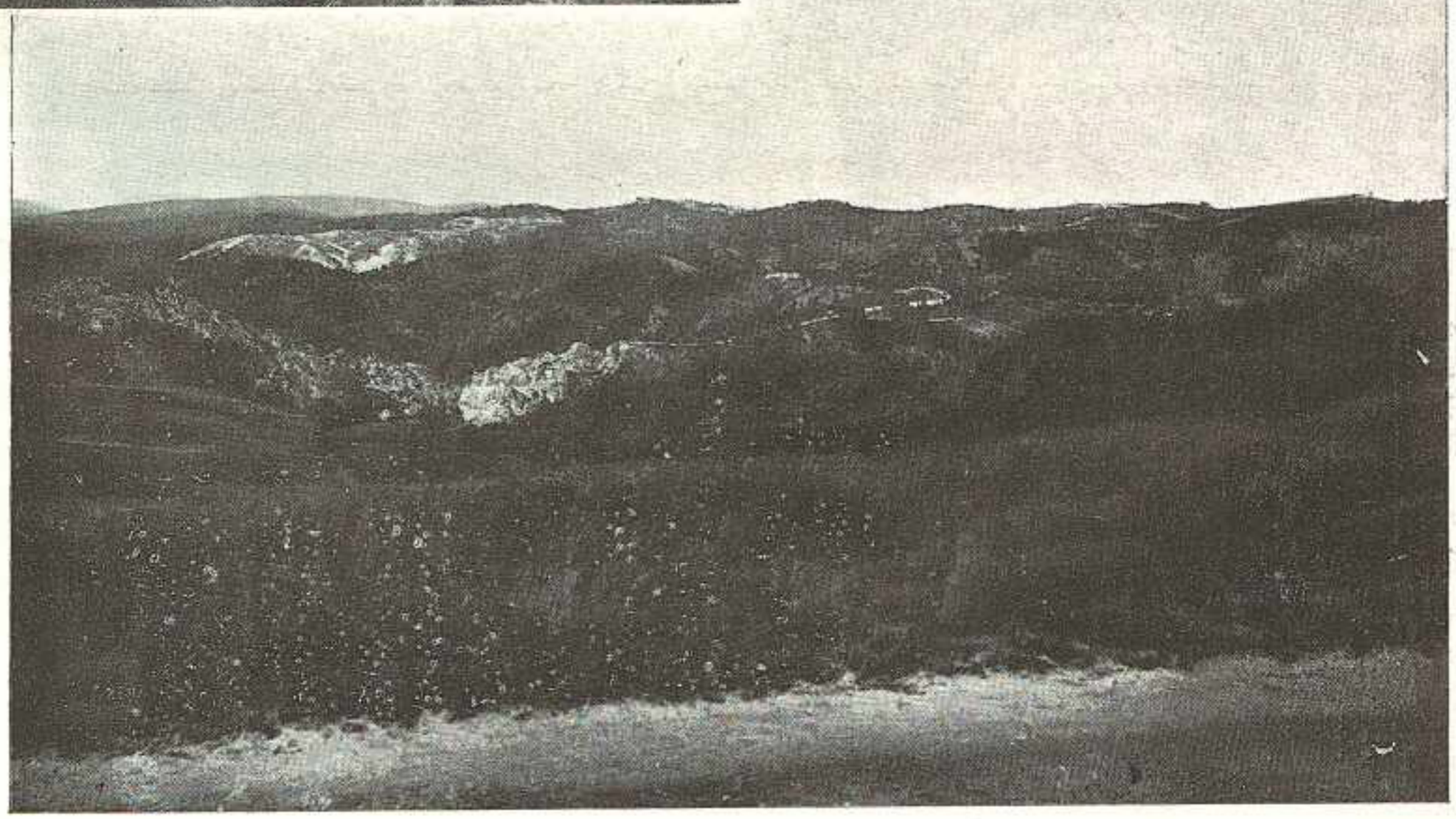
Porém, quando souberam o resultado, tal como quando se perde uma batalha, fugiram, debandaram, cada um para seu lado, todos desmoralizados, sem aceitar a mais pequena responsabilidade.

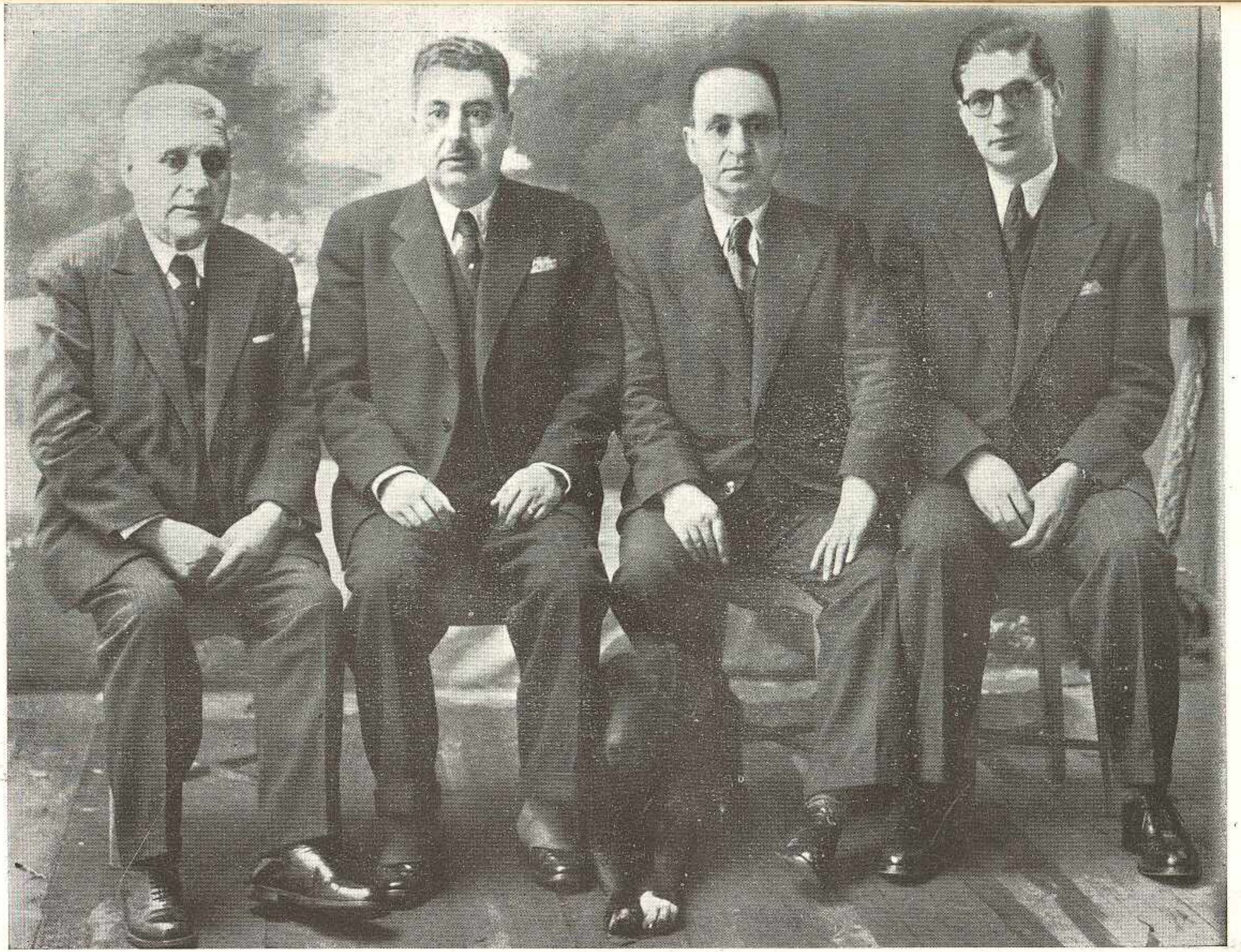
Sustentámos tudo isto, sempre de cabêça erguida e peito aberto, porque a verdade tinha de sobre-



Vista das célebres Fragas de São Simão, ao fundo das quais, por entre rochedos talhados, a pique, corre a Ribeira de Alge.

Em baixo, o panorama de montes e penedias alcantiladas, que cercam as fragas e através das quais serpenteia a estrada de turismo, que lhe dá acêsso e que foi obra do Estado Novo.





A actual Câmara Municipal, vendo-se, à direita do presidente, o tenente Carlos Rodrigues, vice-presidente e Mário Denis Ferreira; e, à esquerda, José Manuel Godinho, os dois últimos vogais

pôr-se à mentira; e a minha honra, a minha dignidade, quer de homem, quer de Presidente da Câmara, saíu intacta da luta, do imenso labor em prol da causa do nosso Município e a-pesar-de os meus inimigos a quererem conspurcar, os meus inimigos que jamais fizeram qualquer coisa em benefício do Concelho, bem como mostrámos aos que nos acompanharam sòmente por interêsse, àquêles que exploraram o nosso trabalho, a nossa acção e o nosso valor político e até profissional, que não é com traições e com insinuações torpes e baixas que devem proceder homens de bem, indivíduos de honra e de carácter.

Diz a Sagrada Escritura, que Deus escreve direito por linhas tortas.

E se, como eu, todos tiverem como verdadeira tal passagem dos Livros Santos, êste caso é o exemplo frisante da sua veracidade: a Providência encarregou-se de fazer justiça, e, fá-la a todos — como já algures o dissemos — a Nós e a êles.

Veio tudo isto para explicar a razão de não termos apresentado o relatório anual da gerência do ano de 1941.

Não o apresentámos, podemos agora dizer, porque durante todo o ano não houve reüniões da Câmara, e a administração municipal foi exercida sòmente pelo Presidente.

É um caso único na história das autarquias locais e, como tal, aqui fica para mostrar à posteridade até onde o desvario político pode chegar, quando não há escrúpulos nem consciência.

Já conhecíamos o caso de um Concelho onde

funcionaram conjunctamente duas Câmaras Municipais. Mas concelho onde a administração Municipal tenha estado entregue sòmente a um Presidente da Câmara, em virtude de casos de emergência, só o nosso!...

E como nêsse ano nos limitámos a autorizar as despesas obrigatórias, julgámos desnecessário, por enfadonho, apresentar relatório duma administração que, tôda ela, foi mero expediente.

* * *

Feitas estas considerações, à maneira de preâmbulo, vamos entrar pròpriamente no relatório da gerência do ano transacto.

É a continuação das gerências dos anos anteriores.

Em tempos foi por nós traçado um plano vasto de obras a realizar.

Dêste plano, mesmo nas horas mais conturbadas da nossa vida política, não nos temos afastado nem um ápice.

Apegados à ideia de produzir obra útil para a nossa terra e para o nosso concelho, nem as lutas aguerridas, nem os desânimos provenientes de traições e de outras baixezas, conseguiram perturbar a idea de continuar o plano de obras e melhoramentos traçado e iniciado há doze anos.

Animados desta ideia fixa e dêstes princípios, transformámos, radicalmente, o aspecto do Concelho e da Vila, em especial.

E, se compararmos o estado do Concelho no tempo dos partidos - antes da Revolução de 28 de

Maio de 1926 — com o que actualmente apresenta, o contraste surge manifestamente. Sem exagêro, a diferença pode estabelecer-se entre a luz débil de uma candeia de azeite e a que hoje recebemos da «Emprêsa Eléctrica da Lapa da Moura», obra também levada a efeito pelos homens do Estado Novo.

Para que VV. Ex.as possam estabelecer a comparação entre o sistema antigo de administração do Município, e o que se estabeleceu com a Revolução Nacional, apresento o quadro elucidativo que se segue:

Mapa comparativo da actividade da Câmara Municipal no tempo dos Partidos e do Estado Novo

Nos últimos seis anos do Tempo dos Partidos

Anos	Receita	Despesa	Obras
1920	14.149$90	14.149$90	**nada**
1921	18.517$96	9.447$54	**idem**
1922	20.149$14	13.532$16	**idem**
1923	22.645$04	16.546$35	**idem**
1924	46.819$68	39.890$78	**idem**
1925	69.738$25	64.882$89	**idem**

Durante 17 anos de Revolução Nacional

1926	71.318$22	62.424$87	6.867$28
1927	97.630$65	92.441$74	23.169$75
1928	264.965$78	165.175$03	59.429$16
1929	256.083$15	212.547$07	123.038$92
1930	192.573$58	157.161$21	64.280$40
1931	336.527$24	282.699$71	198.654$53
1932	234.418$80	228.354$76	129.449$16
1933	378.749$18	305.028$24	176.259$39
1934	633.317$95	631.855$12	408.133$33
1935	626.262$86	377.221$42	218.661$99
1936	635.492$33	548.756$87	246.437$31
1937	328.524$29	533.592$49	180.781$56
1938	396.942$68	302.980$77	94.918$87
1939	389.886$35	532.258$37	292.294$68
1940	418.985$24	404.932$99	175.116$62
1941	321.293$79	297.492$74	51.399$41
1942	455.425$53	478.147$22	141.283$15

Perante estes números fica-se como que estupefacto, abismado de como o nosso Concelho consegue obter tais melhoramentos, registar tais números, podendo duvidar-se dêles se não fôssem os documentos oficiais, que no arquivo atestam que são verdadeiros.

E perante números, que falam mais e melhor do que tôdas as frases, para que fazer comentários?

A simples consulta mostra, exuberante e claramente, qual o critério administrativo que imperava outrora e o critério que agora dirige a acção administrativa municipal.

Aos novos, para êles que só por tradição conhecem essa fase da administração local, eu lego estes números, fazendo votos por que compreendam quanto sacrifício, esfôrço e vontade, foram necessários para se conseguir a realização duma ideia, que aqui se pode traduzir pela seguinte frase: engrandecimento da nossa terra — «Mais e melhor». — conforme a ordem expressa de Salazar.

Passaram-se aqui anos sucessivos em que se não gastou um ceitil em obras; a acção municipal limitava-se à assinatura do expediente, aos pagamentos aos funcionários, nem sempre em dia, ao pagamento de gratificações diversas e pouco mais.

Por aqui podem VV. Ex.as avaliar a Revolução que se operou e a luta que tivemos de sustentar para renovar um Concelho, que vivia na mais completa apatia numa estagnação imprópria dos homens que prègavam o progresso, a cultura e o desenvolvimento, sem nada fazerem, entretanto.

Por tôda a parte havia ruínas e devastação, tudo se apresentava quási no seu estado primitivo.

Bastante caro nos custou e tem custado a ousadia de romper com o passado; no entanto, damos hoje por bem empregado todo o trabalho, tôdas as canseiras, tôdas as desilusões.

Mercê da política do Estado Novo, que tem como chefe a figura genial de Salazar, afinal o autor da Revolução nêste Concelho, transformou êste lindo rincão tornando-o numa terra moderna, civilizada, e numa estância de turismo.

É esta a nossa única e grande recompensa e certamente a de todos que connosco têm trabalhado, a de sentirmos a paz da consciência e a tranquilidade resultante de havermos cumprido o nosso dever como figueiroenses que somos.

À Providência, que tanto nos tem auxiliado, diremos com a expressão do maior reconhecimento, bem como os nossos auxiliares:

Bem haja!

* * *

Meus senhores: Basta de divagações e entremos deliberadamente no assunto a que esta sessão se destina.

Como já dissemos, o Plano de Actividade do ano transacto não é mais do que a continuação do plano que há anos traçámos.

A guerra, com todos os seus horrores, não deixou de se reflectir no movimento da Câmara Municipal, na marcha da sua administração, e, por-

tanto, no modo de executar as suas obras em curso, e de enfrentar as projectadas de novo.

E, embora Portugal disfrute duma situação privilegiada, mercê da política de neutralidade seguida por Salazar, a guerra, alterando o sistema de produção e o do consumo, afectou todos os sectores da administração pública, das autarquias locais e até da vida privada, em larga escala.

Há quem tenha lucrado com a guerra — ouve-se dizer a miúdo.

Não acreditemos nesses lucros, porquanto não sabemos se àmanhã, após a guerra, êles chegarão para cobrir a queda que certamente havemos de sofrer.

Deixemos, porém, estes transcendentes problemas, que não são próprios para aqui serem tratados, para nos limitarmos sòmente ao reflexo que a guerra determina na acção administrativa do nosso cargo.

As Câmaras Municipais são os órgãos da Administração que sofrem o embate supremo, e o maior.

As suas receitas não aumentaram, talvez tenham até diminuído; ao passo que os encargos, êsses vão em aumento assustador.

Resulta, daqui, necessàriamente, um desiquilíbrio grande: as obras custam muito mais, o material de construção subiu de prêço assustadoramente, a mão de obra acompanhou a subida e, entretanto, o Estado, nas obras comparticipadas, mantém ainda a mesma percentagem do tempo de paz.

Por outro lado, novos encargos esta maldita guerra nos acarretou, principalmente no tocante a abastecimentos.

Como sabem, o milho que o ano passado foi adquirido, acarretou-nos despesas várias e trabalhos incomensuráveis.

Os outros géneros estão quási todos racionados, o que acarreta despesa e trabalho para a Câmara.

A nossa actividade tem, hoje, de se dividir e subdividir por todos estes serviços, de fórma que os nossos planos de obras têm necessàriamente que sofrer.

E sofrer muito, sobretudo para esta Câmara Municipal, que dêsde há muito vem animada dum ritmo acelerado no capítulo de obras.

Todavia, dentro das nossas possibilidades, ainda fizemos alguma coisa de novo e procurámos conservar as realizadas.

OBRAS EM CURSO — A Estrada de Campêlo, finalmente, chegou à sede da freguesia, fazendo-se a ponte sôbre a Ribeira de Campelinho, e que é, sem dúvida, uma obra grande. Temos, portanto, pronta a estrada municipal que vai ligar com os caminhos que constituem a rêde da freguesia.

A Estrada de Aldeia de Ana de Aviz à Aldeia da Cruz, foi empedrada. A Aldeia da Cruz fica com uma estrada macadamizada em bela construção e, agora, resta apenas saber conservá-la.

A Estrada do Bairrão também foi reparada e beneficiada, em especial na parte que da Estrada Nacional vai até à Ervideira.

A Ponte de Campêlo, sôbre a Ribeira de Alge,

foi também reparada, tendo sucedido o mesmo com a Igreja da mesma freguesia e com o Adro.

A Fonte de Campêlo, não foi ultimada por falta de tubo, que aguardamos nos seja distribuído pela Comissão Reguladora do Comércio dos Metais.

O caminho da Ponte à Capela, em Alge, também está quási concluído.

Continuaram as obras do alargamento da Rua do Doutor José Martinho Simões, tendo sido calcetada a mesma rua, assim como a rua da Alegria.

Finalmente construiram-se os urinóis e sentinas públicas, o que era falta há muito tempo manifestada.

Fizeram-se reparações no Tribunal Judicial, pintou-se a Casa do Delegado do Procurador da República, assim como se reparou tôda a mobília, pois o seu antecessor deixou uma e outra em estado lastimoso.

Fizeram-se obras de reparação nas Escolas de Campêlo, na de Arega, assim como no cemitério desta freguesia; na Escola do Bairrão e na de Aldeia Ana de Aviz, Morninhos, Aguda e subsidiou-se o Posto Escolar de Almofala.

Reparou-se a Fonte do Fontão Fundeiro, e as de Campelinho e Salgueiro da Lomba e construi-se a do Cercal.

Fizeram-se diversas reparações no cemitério da Vila, que passou a ser administrado pela Câmara Municipal, e plantaram-se sessenta oliveiras, no largo que lhe fica em frente.

Reparou-se a Estrada do Cabêço do Peão e reparou-se e beneficiou-se a Estrada Municipal do Ribeiro Travêsso.

A Câmara também resolveu auxiliar a reparação do caminho vicinal do Fato à Aguda, assim como o da Coelheira à Aldeia da Cruz, os quais devem estar quási concluídos, senão concluídos.

Outras reparações e pequenas obras se fizeram, mas, por serem de reduzida importância, não vale a pena aqui citá-las.

ASSISTÊNCIA—A-pesar dos tempos calamitosos que estamos atravessando mereceu-nos e continuará a merecer todo o nosso carinho, tôda a nossa boa vontade, a obra de assistência no Concelho.

Animados em melhorar o estado sanitário das populações conseguimos assegurar uma melhor e mais profícua assistência clínica às freguesias e às povoações mais importantes, estabelecendo a Câmara Municipal visitas periódicas obrigatórias às sédes das freguesias e às povoações das Bairradas. Na Vila estabelecemos consultas diárias aos doentes pobres.

Há anos que vínhamos lutando no sentido de se fazerem estas visitas, mas o empecilho a que chamam a política local, sempre que procurávamos tratar êste assunto, prejudicava as nossas propostas.

Mas quem porfia, sempre vence — diz o adágio; e nós, persistindo, conseguimos, por fim, que a Câmara Municipal estabelecesse o serviço clínico gratuito nas freguesias, garantindo assistência a todos os doentes pobres que dela necessitem.

Continuamos a subsidiar o nosso Hospital da Misericórdia.

E graças a êsse subsídio e à boa cooperação entre a Mesa da Misericórdia e a Câmara Municipal, mantem-se nêle um serviço de assistência aos pobres, digno de ser focado nêste relatório.

No Hospital foram tratados 1.912 pessoas do sexo masculino e 1.685 do sexo feminino; deram-se 393 injecções e foram internados 53 doentes.

Se compararmos êstes números com os de antes do 28 de Maio de 1926 fica-se identificado com o valor da obra porque nessa data o movimento era nulo.

Além desta assistência mantemos, com o auxílio da Direcção Geral de Saúde, que paga a uma Visitadora Sanitária — o Centro de Saúde.

Esta instituïção que nos merece o melhor carinho, está prestando óptimos serviços, principalmente na protecção à criança até aos sete anos.

Para estas crianças há uma consulta própria e a Sr.ª Visitadora acompanha de perto a marcha das doenças infantis, fazendo visitas domiciliárias do maior proveito — como já salientámos num relatório anterior.

Além disso, às crianças, a cujas mãis falta o leite, ainda o Centro as alimenta com Nestogeno.

Mantém ainda o Centro de Saúde as consultas seguintes:

1) — *Profilaxia*

Faz profilaxia das doenças infecciosas nas populações rurais, por meio de vacinas, análi-

ses e difusão dos meios de desinfecção a empregar contra as mesmas moléstias.

2) — *Higiene Social*

Tratamento das doenças venérias.
Sífilis.
Blenorragias.
Assistência aos tuberculosos.

3) — *Higiene Infantil*

Nutrição e desenvolvimento infantil.
Pesagens.
Conselhos às Mãis.
Higiene geral das crianças.
Higiene alimentar.
Distribuïção de leite em pó e farinhas.
Ensino sôbre a sua confecção.
Assistência clínica.

4) — *Higiene Maternal*

Assistência à grávida durante o período da gravidez.
Análises de urina e sangue.

É um serviço que — diga-se — está bem montado e tem obtido os melhores resultados.

Pela simples exposição que estamos fazendo, se vê que os serviços de assistência têm merecido à Câmara Municipal o melhor cuidado, podendo afirmar-se que o Concelho jamais os teve idênticos.

Procura-se, por outro lado, resolver o problema da construção do Novo Hospital.

Diversas dificuldades têm surgido, e tôdas temos procurado resolver; estamos certos de que com a nossa vontade firme — que ainda não quebrou — e com a ajuda de Deus, havemos de dotar esta terra com um Hospital digno da sua categoria.

É certo que a guerra está prejudicando todos os nossos projectos, mas é nosso propósito não abandonar a política local, emquanto não tivermos conseguido êste grande desideratum.

* * *

Depois de descrever as obras levadas a efeito no ano findo e de focar a actividade da Câmara no aspecto da assistência — dois capítulos em que o Município mais gasta e concentra as suas atenções, pouco mais nos resta que dizer.

Se exceptuarmos pequenas reparações e conservações de todo o património municipal, que é relativamente grande, para uma Câmara da categoria da nossa, podemos dizer: as obras e a assistência absorvem quási por completo tôda a actividade da Câmara.

Pode julgar-se que o que se fêz não é muito.

Mas se atendermos ao valor de uma das obras — referimo-nos à Ponte de Campêlo, sôbre a Ribeira de Campelinho — obra grande e cara, sobretudo pela distância a que se encontra para efeitos dos transportes de cal, areia e cimento, deve entender-se que só esta obra poderia absorver tôda a actividade e disponibilidades da Câmara se se pretender opinar com justiça.

Mas não, fêz-se bastante mais, como já dissemos.

E nem a situação resultante do estado de guerra, a maior a que a humanidade jamais assistiu, alterou em demasia a nossa actividade.

Não sei se me é permitido falar desta fórma. Eu julgo que sim e por isso o faço.

VV. Ex.as vão julgar a nossa gerência e melhor do que eu dirão de vossa justiça.

Quero ainda focar outro aspecto antes de terminar:

Como VV. Ex.as sabem, os géneros mais indispensáveis à vida começaram a faltar.

Foi ainda a Câmara Municipal quem foi chamada a resolver o assunto e prontamente respondeu à chamada resolvendo tão grave problema.

E fê-lo com tão boa vontade e acêrto que, faço votos, oxalá o ano corrente decorra, já não dizemos melhor, mas, pelo menos, igual.

Êste caso deu-nos muito que pensar, muitas noites passadas em claro, porque se o serviço não tivesse uma base relativamente sólida, as dificuldades que surgiriam seriam terríveis para resolver.

Nêste capítulo a solução adoptada creio ter sido a melhor possível, não dando lugar a reclamações, nem a abusos sempre costumados em problemas dêste género.

Aproveito esta ocasião para publicamente manifestar o meu agrado pelo auxílio que o pessoal da Secretaria nos prestou.

Por parte de todos, a começar pelo Chefe da Secretaria, encontrámos bons e activos auxiliares.

Só assim se poude pôr em prática o racionamento do açucar, arroz e bacalhau e ainda o do milho.

E foi feito este serviço sem terem auferido um centavo como recompensa.

Por tôdas estas dificuldades e ainda com o trabalho da Secretaria, aumentado em virtude da situação anormal que atravessamos, fazer obras de utilidade pública, em número e grandeza das que fizemos, creio que é cumprir cabalmente o nosso dever, a nossa obrigação.

E, se atendermos, ainda, que a-pesar de todos os contratempos que acabamos de evocar, a Câmara Municipal manteve e mantém a funcionar a Escola Secundária, melhorou os serviços veterinários, fazendo uma assistência clínica à raça porcina, que melhorou consideràvelmente o estado sanitário desta espécie, — visto que no ano a que nos estamos a referir, devido à vacina contra a peste e contra o mal rubro, a mortalidade diminuiu sensivelmente, — podemos dizer que a nossa acção, nestes dois campos, foi também profícua.

Mas há mais: Como é do conhecimento geral a Filarmónica, que estava encorporada na Casa do Povo, desorganizou-se.

A Câmara, atendendo a que a Banda era necessária na nossa terra, senão indispensável, procurou adquirir o instrumental da Filarmónica da Casa do Povo e, com êle, reorganizou uma Banda, hoje designada por Banda Municipal, à frente da qual mantém um regente.

Os ensaios sucedem-se com regularidade, e es-

peramos que, por ocasião da Páscoa, já a Banda possa dar o seu primeiro concêrto público.

Creio que, procedendo assim, defendemos os interesses da nossa terra e se atentarmos a que se trata de uma Zona de Turismo, que no verão é muito freqüentada, isso justifica bem o encargo que a Câmara a si chamou, com a organização da Banda Municipal.

Da mesma forma a Câmara teve de chamar a si a corporação dos Bombeiros.

Como é do conhecimento público chegou ao último extremo, tendo o material quási todo apodrecido com o tempo e o desmazelo a que foi votado.

Sucede assim a quási todas as actividades que giram fora da Câmara: morrem.

Porquê?

É que os nossos adversários querem as coisas apenas com o ideal do mando vaidoso. E mais nada!

De posse delas, passados os primeiros entusiasmos, que poucos dias duram, entra-se num estado apático, depois vem o indiferentismo, e acabam por morrer.

Sucedeu assim à Corporação dos Bombeiros, sucedeu assim à Legião, e sucedeu o mesmo a um grupo de «Foot-Ball».

O que sucedeu com a Corporação dos Bombeiros atesta muito bem a capacidade directiva e administrativa da sua direcção. Para se fazer uma ideia aproximada de como era administrada, basta citar que, por falta de organização do seu orçamento, perderam os subsídios que o Estado todos

os anos dá às referidas corporações. Uma vergonha!

E são êstes indivíduos — os que dirigem assim — os mesmos que nos acusam?!

Em face de tal situação vexatória e vergonhosa, a Câmara Municipal, para não perder tudo, foi obrigada a tomar conta do material — o pouco que ainda resta, — e reorganizar a corporação.

E de tal forma já a Câmara Municipal orientou os serviços que o Estado, pela Inspecção de Seguros, auxiliou a Corporação, com um subsídio extraordinário de 10.000$00.

Julgamos dispensáveis mais comentários, pois os factos se encarregam de os fazer.

E o que se passou com a Corporação dos Bombeiros, passou-se igualmente com o Grémio da Lavoura.

Lá estava a mesma gente, com os mesmos processos de direcção e administração, que os caracteriza.

S. Ex.ª o Ministro, assim que soube do estado em que se encontrava o Grémio, demitiu a direcção pura e simplesmente.

E são estes indivíduos que, sem autoridade alguma, procuram atacar a nossa orientação, o nosso sistema administrativo e a nossa devoção em prol de um Figueiró maior e melhor?!

O Grémio da Lavoura entrou já em nova fase: os homens do Estado Novo assumiram a sua direcção.

Em poucos meses tudo se transformou: a nova direcção trabalhando em íntima colaboração com a

Câmara Municipal ordenou a sua actividade e carrilou a sua marcha trilhando o caminho são e verdadeiro, que há-de conduzir o Grémio à sua finalidade Corporativa.

Tudo se transformou: um Grémio que não tinha possibilidades financeiras de vida — dizia-se — em poucos meses de direcção e administração dos homens do Estado Novo provou que não só tem condições de vida, mas também pode prestar bons e valiosos serviços aos seus associados.

Mas vai até mais longe: cria as Casas da Lavoura de Pedrógão Grande e de Castanheira de Pera, as quais se encontram já a funcionar.

Outro organismo, portanto, que mercê da sã administração e orientação dos homens do Estado Novo, marcha com nobreza e, estamos certos, virá a produzir muitos bons frutos.

Nesta ordem de ideias poderíamos ir muito longe, mas não queremos abusar da vossa paciência.

No entanto, não quero perder a ocasião de dizer que muito maus dias estarão reservados para a nossa terra se, porventura, tivermos a infelicidade de amanhã termos a orientar a administração local, homens com a competência que acabamos de descrever.

Contra tal administração tivemos de romper, ainda contra ela estamos lutando, a-fim-de evitar que a desorganização e o cáos, caiam, de novo, no nosso Concelho.

IGREJAS E CAPELAS — Tem merecido a nossa melhor atenção a Igreja Matriz — Monumento Nacional — que encerra preciosidades artísticas, devendo salientar-se, em especial, a Capela-Mór, com o seu altar e os azulejos laterais que, como diz o Dr. Vergílio Correia, são dos melhores trabalhos da época, e ainda a tela de Mestre Malhôa — o Baptismo de Cristo — e a escultura de Mestre Simões de Almeida (tio) — Cristo Crucificado, — além de outras figuras e quadros.

Porém, êste monumento precisa ser reintegrado no estilo próprio.

A Direcção dos Monumentos Nacionais reconhecendo que esta nossa pretensão está dentro de tudo o que é justo e razoável, vai finalmente levar a efeito obras importantes no corrente ano.

A Igreja do Carmo, ou melhor, a da Misericórdia, obra de puro estilo, templo Filipino, vai também ser reparado.

A Capela do Cabêço do Peão, que o ciclone de há dois anos bastante danificou, e que se encontrava em estado de abandôno e está localizada num dos pontos mais interessantes de todo o nosso Concelho, a Câmara Municipal chamou a si o encargo da sua conservação.

Igual medida tomou a Câmara quanto à Igreja de Campêlo, que mandou reparar, como já se disse; não sômos também indiferentes à conservação da Igreja de Aréga: tendo a Comissão do Culto solicitado o auxílio de S. Ex.ª o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, a Câmara Municipal re-

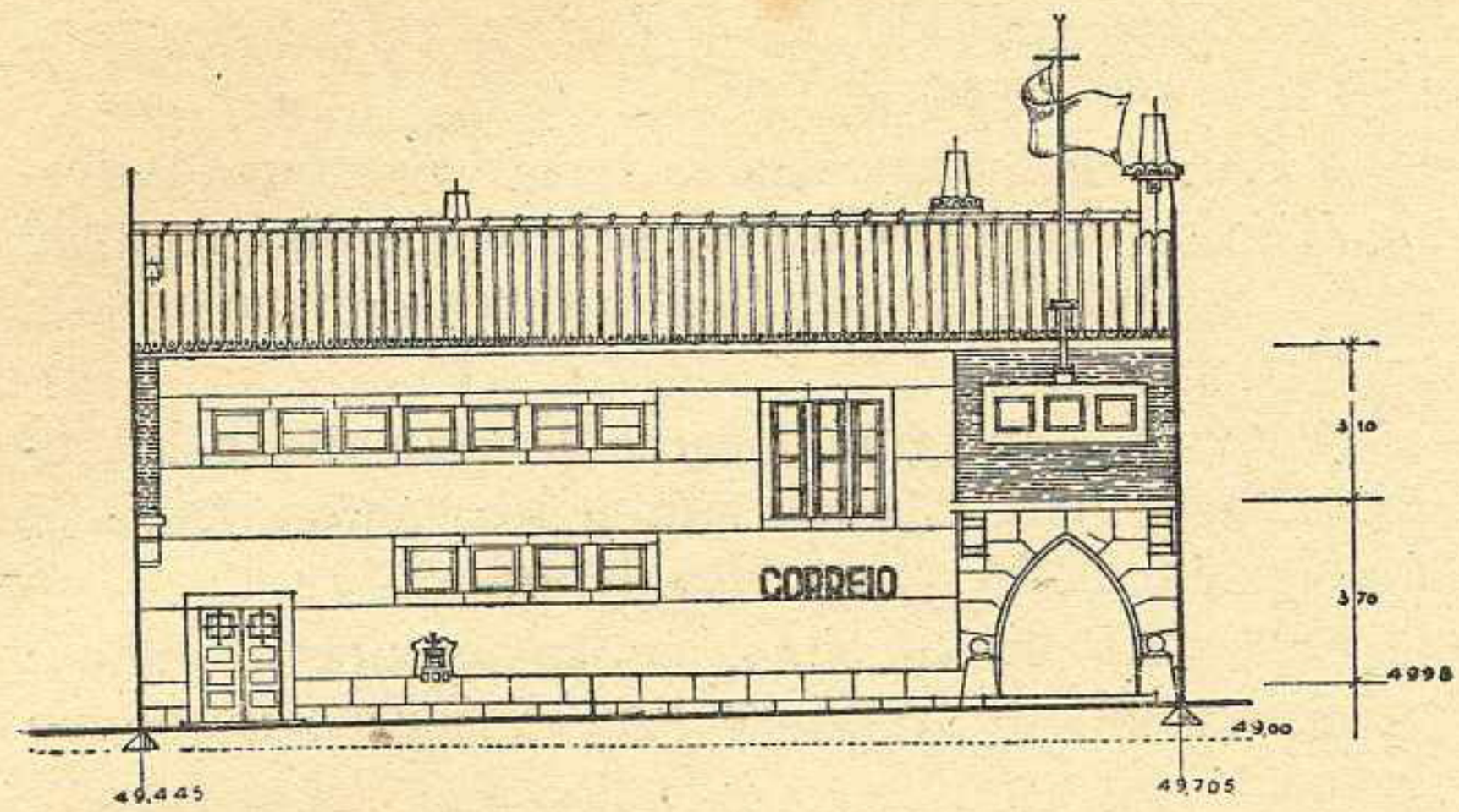
comendou êste pedido com o maior empenho e interêsse.

Finalmente, vai a Câmara Municipal construir uma Capela e casa de autópsias no cemitério desta Vila, agora a seu cargo, cuja falta se faz imperiosamente sentir.

Tomando estas resoluções, a Câmara Municipal mais não faz do que conservar o seu património artístico e religioso, o que inteira e perfeitamente se enquadra no seu programa de bem servir a causa comum.

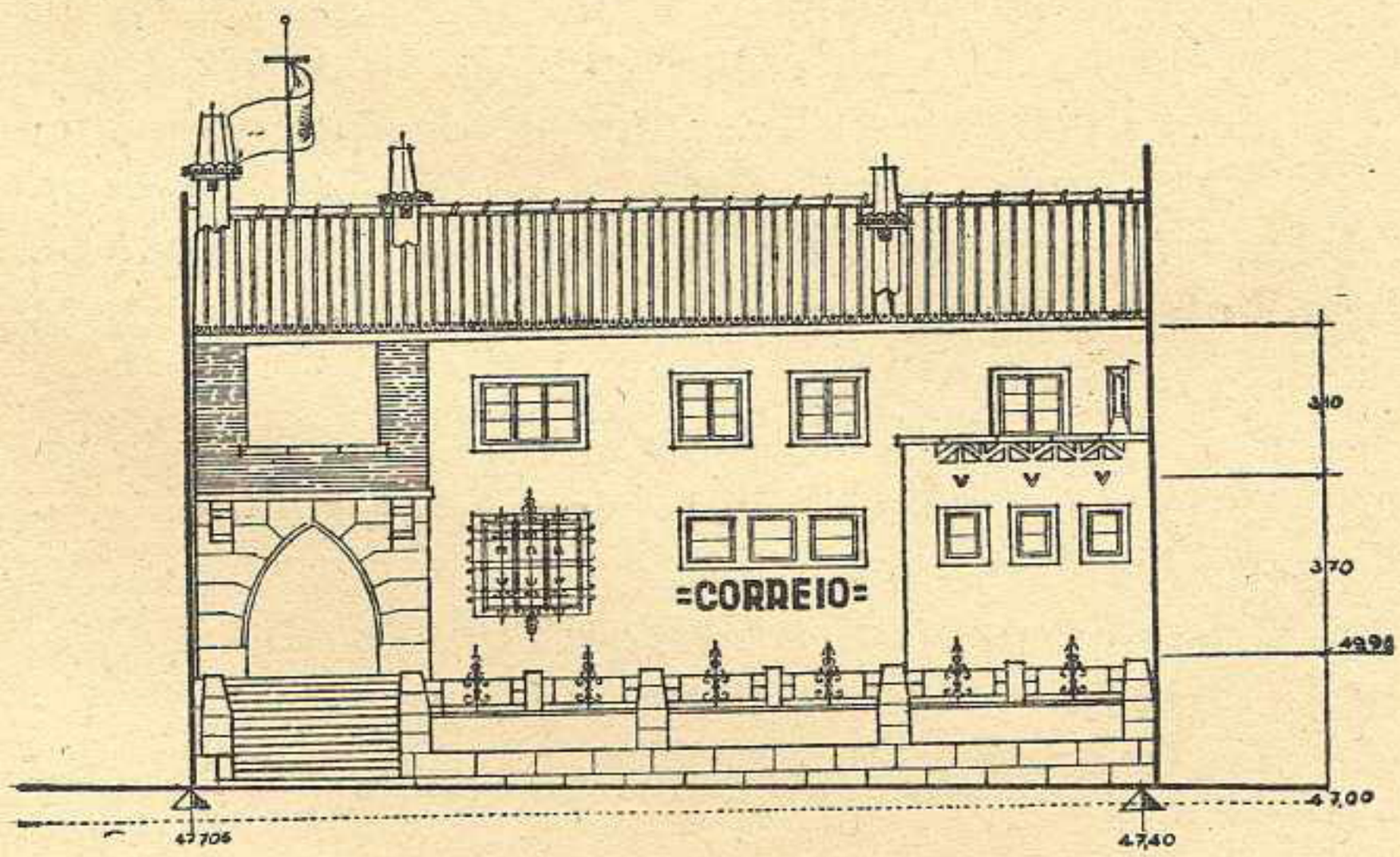
CORREIOS — De acôrdo com a nossa solicitação, vai a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, por intermédio da Comissão de Construção dos Novos Edifícios para os C. T. T., construir, no corrente ano, um novo edifício para os serviços do correio.

Mais um edifício novo a Vila vai possuir, o que muito contribuirá para valorizar a sua urbanização, instalado como vai ficar num local próprio e aprazível, numa rua onde, conjuntamente com outros que já alí se encontram, acabados de construir, dará à mesma um aspecto moderno e citadino.



Dois aspectos do projectado edifício dos C. T. T. em Figueiró dos Vinhos. Alçado principal e o alçado posterior.

Em obediência à orientação seguida pela Administração Geral dos C. T. T. nos edifícios construídos em todo o país, a arquitectura da nova estação de Figueiró dos Vinhos integra-se, tanto quanto possível, no tipo da região.



CADEIA COMARCÃ — Vai ser construída a nova cadeia comarcã, nesta Vila.

A Comissão encarregada destas construções deslocou-se a êste Concelho em princípios de Outubro, com a finalidade de escolher o terreno para aquela construção.

Concordaram com o terreno indicado pela Câmara Municipal, situado um pouco acima do local onde se encontra o depósito da água.

Está no plano de construções do corrente ano e vai ser, portanto, uma realidade dentro de pouco tempo.

A construção da nova cadeia vem preencher uma lacuna importante que todos nós sentimos.

O local é bom, arejado, higiénico e deslocado do centro da Vila, reünindo as condições necessárias para tal fim.

Vai ser mais uma obra importante a registar na nossa terra, cujo desenvolvimento de dia para dia se torna desnecessário salientar, porquanto, como VV. Ex.as muito bem sabem, a cadeia velha encontra-se no meio da Vila, o que é um grave inconveniente, além de não se tratar de um edifício próprio para tal fim.

Oportunamente patenteámos o nosso desejo ao Govêrno da Nação e a imperiosa necessidade de se construir um novo edifício.

O nosso desejo foi deferido e Figueiró dos Vinhos vai em breve ter um novo edifício, para a construção do qual a Câmara Municipal dá a sua quota parte.

Eis, meus Senhores, a nossa acção, a nossa direcção, durante o ano de 1942.

Foi boa? Foi má? — VV. Ex.as o dirão.

Nesta hora conturbada em que o mundo se debate numa guerra que alastrou a todos os continentes e que, graças à divina Providência e ao esfôrço dum homem cuja figura nunca é demais salientar, nos tem poupado, eu apresento êste Relatório, cônscio de que a Câmara cumpriu, a-fim-de VV. Ex.as o julgarem.

DOZE ANOS

DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

3.ª Parte

A IMPRENSA FÊZ JUSTIÇA À OBRA REALIZADA

DEVO testemunhar, neste livro, a minha gratidão à Imprensa do meu país.

Desde os grandes quotidianos de Lisboa, do Pôrto e de Coimbra, à chamada imprensa de expansão local, eu não podia deixar de lhes render homenagem, porque todos os jornais que da obra levada a efeito em Figueiró dos Vinhos tiveram directo conhecimento, nunca deixaram de a a exaltar, de lhe prestar justiça.

E é tanto mais valiosa e simpática essa atitude, quanto é certo que ela foi sempre ditada com desinterêsse e isenção.

Na Imprensa tive sempre a mais valiosa colaboradora. A ela fui buscar incentivo — muitas vezes! — quando a luta incessante de todos êstes anos, os ataques traiçoeiros de inimigos e as deserções e perfídias de alguns falsos amigos, estas bem mais dolorosas do que aquelas, por vezes me trouxeram desalento, mágua, desânimo, vontade de abandonar a luta e deixar que a obra ficasse por concluir.

A Imprensa, já alguém disse com propriedade, é o único dogma do século XX.

Ela exerce, sem dúvida, tal influência no espírito público que, — arma de dois gumes perigosíssima, — pode, por si apenas, conduzir às mais vastas e grandiosas realizações ou precipitar no nada, com o seu silêncio, os planos mais gigantescos, as figuras mais proeminentes, e desfazer, com duas linhas, as mais sólidas reputações.

Eis o sentido positivo e negativo da Imprensa, um e outro a dar-lhe autoridade e poder.

Mas à Imprensa portuguesa só pode ser-lhe apontada obra realizadora, positiva, generosa, em auxílio de iniciativas que, sem ela, de hipóteses não teriam passado.

Veja-se em cada dia, nas colunas dos jornais, o espaço que se dedica aos apêlos do «estudante pobre que precisa de livros»; à «viuva que tem de desempenhar a máquina de costura, sem cujo auxílio não pode viver»; à aldeia que se queixa da tardia distribuïção do correio rural; à vila que celebra a inauguração da luz eléctrica; à povoação costeira que reclama do Estado o pôrto de abrigo para os seus pescadores, heróicos e destemidos!

Tudo isso se faz, porque a Imprensa lembra, solicita, reclama e até impõe, como é justo e necessário.

E, de certa maneira, postas, em medida certa, as necessárias distâncias, a luta que se trava nas colunas dos jornais se compara com a luta que tenho mantido incessantemente, nêste concelho, pois uma e outra são a bem dos povos e estes, es-

quecidos e ingratos, não raras vezes malsinam e invectivam quem trabalha para o seu progresso, para o seu bem estar.

O Mundo e a Vida são mesmo assim. Que fazer?!...

Parar, abandonar, deixar entregues aos acasos da sorte quem precisa de protecção e amparo?...

Votar tôda uma obra às ortigas, porque os cãis resolveram ladrar às estrêlas?...

Não! De forma alguma. «Os cãis ladram — diz o consabido provérbio arabe—e a caravana passa».

Presto, pois, justiça à Imprensa do meu país.

E, porque os seus depoïmentos são outros tantos testemunhos irrefragáveis da obra que no Concelho de Figueiró dos Vinhos se levou a cabo, aqui os arquivo, por ordem cronológica das datas em que vieram a lume e não por categorias de jornais, porque todos, dos grandes rotativos ao modesto semanário que defende os interêsses da região ou da localidade onde se publica, me merecem, por igual, estima, amizade e o mais profundo respeito.

Da posse da primeira Comissão Administrativa da Câmara à organização da União Nacional

O *Primeiro de Janeiro*, do Pôrto, noticiou em breves linhas, a posse da primeira Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em Julho de 1926, dizendo:

«Tomou posse a nova comissão administrativa da Câmara de Figueiró dos Vinhos, nomeada pelo Sr. Governador Civil do Distrito de Leiria.

Depois de empossada e instalada, a comissão elegeu os vários cargos ficando assim constituida:

Presidente, dr. José Martinho Simões; Vice-presidente, José Manoel Godinho; Secretário, tenente Carlos Rodrigues.

A posse foi conferida pelo administrador do concelho, sr. tenenie Silva Mendes que, usando da palavra, fêz o elogio da nova comissão que há-de gerir os negócios do município, felicitando-se pela escolha que havia feito, pois estava certo de que não poderia acertar em três individualidades que

mais de acôrdo estivessem e melhores condições reünissem para a bôa administração de Figueiró.»

Esta breve notícia com que quizemos abrir, propositadamente, a terceira parte dêste livro, marca o início da obra que desde então havia de se realizar.

Decorreram alguns anos. E nos últimos meses de 1931, esteve na vila de Figueiró um jornalista, redactor do *Diário da Manhã,* de Lisboa, que, nos seus artigos, descreveu a vila e as realizações já levadas a efeito, pela forma seguinte:

«Naquele dia em que serenamente se faça o balanço histórico da obra da Ditadura em Portugal, aldeias, vilas e cidades, a começar pela própria capital do País, hão-de surgir, marcando cada uma um facto realizado, a proclamar a fase progressiva por que passou desde o advento do «28 de Maio».

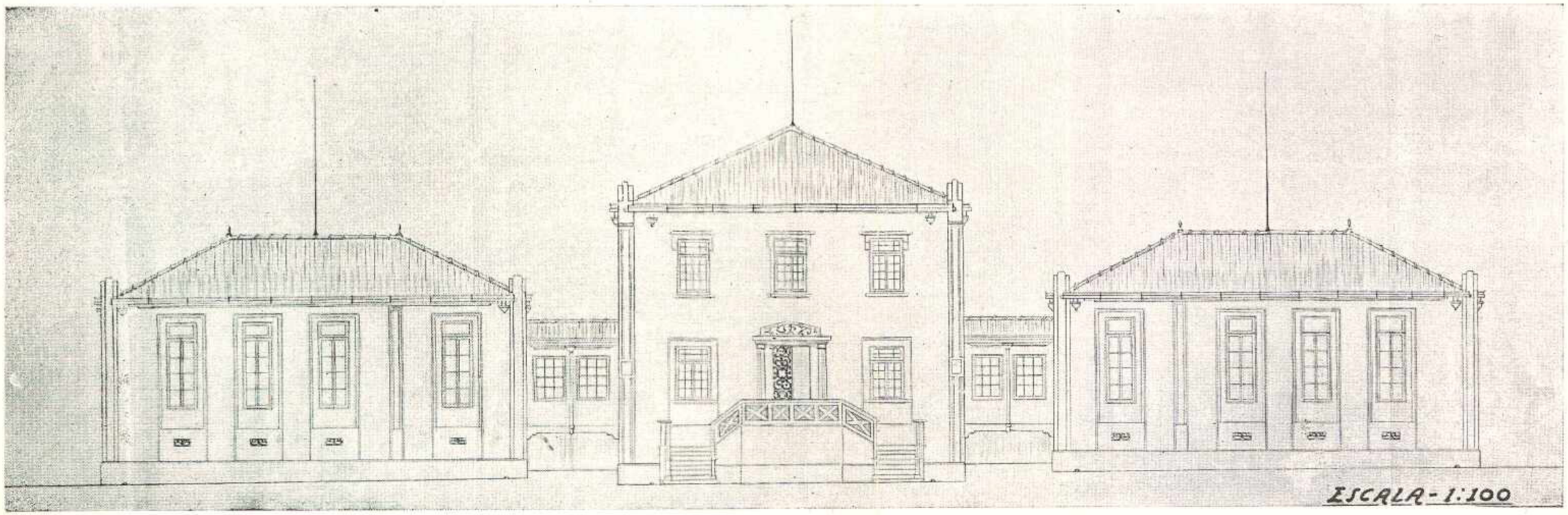
É necessário dizer-se, dizer-se sempre e bem alto, nas colunas da Imprensa, em tôda a parte, por tôdas as formas, que no princípio de 1926, em matéria de progresso nada estava feito ou, por outra forma: — tudo estava por fazer.

Quando outra coisa se não tivesse realizado, a obra formidável de urbanização, da reconstrução total de dezenas, de centenas de milhar de quilómetros de estradas, a ligação telefónica de Portugal inteiro, desde a grande cidade à freguesia rural, sòmente isto que já é muito, que é enorme de grandiosidade, justificava de sobejo a patriótica intervenção do Exército, do Exército de Terra e Mar, na vida governativa e administrativa da Nação.

Pode cair um dia, fatídico dia de desgraça e de luto, a Ditadura portuguesa.

Podia mesmo fracassar — o que supomos inverosímil —

Projecto do novo edifício dos Paços do Concelho de Figueiró dos Vinhos — (Fachada principal)



Projecto do novo Hospital da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos — (Alçado principal)

a organização civil, União Nacional, continuadora da sua obra.

Mas essa obra, que não se limitou apenas a palavras, que se traduz por factos, ficará, erguer-se-á por tôda a parte como padrão imorredoiro, com datas gravadas a letra de oiro fino — 1926-1931 — atestando que houve uma Ditadura, uma admirável Ditadura desta terra onde — como disse o poeta — a terra acaba e o mar começa.

* * *

Há localidades por êsse País fora, que, no dizer pitoresco do povo, *viraram os pés pela cabeça.*

A frase de sabôr correntio tem nêste caso inteira justificação.

No tempo dos políticos partidários, do Parlamento — *casa de soalheiro,* essas localidades mostravam uma face: a face do abandono, da incúria, do desleixo, da paralisia das suas actividades, do estrangulamento da sua vitalidade, das iniciativas dos homens honestos, que não podiam fazê-las progredir porque não eram da *grei.*

Veio a Ditadura e fêz-se o volte-face sistemático, persistente e, *renovou-se a face da terra,* como rezam os textos dos livros da Escritura Sagrada.

Só a Ditadura tornou possível essa renovação!...

* * *

Quanto mais caminhamos por êsse País fora e mormente através do distrito de Leiria, que temos percorrido de sul a norte, mais nos convencemos do que atrás deixamos escrito — escrito com plena convicção.

Nesta vila hospitaleira de Figueiró dos Vinhos, edificada bem perto da serra da Louzã, pendurada no cimo de um monte — do Monte do Peão — a namorar as serras da Beira Baixa, as serras do Alto Alemtejo cá ao longe, as serras da Beira Alta, porque beirão é o distrito de Coimbra, aquêle

convencimento do progresso da nossa terra que se apoderou de nós como realidade insofismável e perante a evidência dos factos, mais se acentua e impõe, porque só poderá ser cego, perante tudo isto, quem não deseje vêr.

* * *

Lancemos um relancear retrospectivo para o passado. Apresentemos Figueiró dos Vinhos aí por altura de Dezembro de 1925.

A vila com o mesmo esplendoroso panorama, com as mesmas belezas naturais, então inaproveitadas, conserva-se isolada, perdida no meio das serras, sem conhecer a civilização e os seus benefícios, sem que o progresso mantivesse com ela quaisquer relações nem mesmo aquele trato cerimonioso da *excelência*.

O caminho de ferro passava longe — a mais de 45 quilómetros de distância.

As estradas estavam intransitáveis.

Uma viagem até à vila de Pombal era caso sério e para ponderar.

Saía-se daquela vila, em diligência desconjuntada às três da madrugada. Atingia-se Figueiró, com os ossos feitos num feixe, depois da uma hora da tarde.

O distrito de Castelo Branco fica próximo, para além do Zêzere que divide as províncias.

Mas não havia ponte que atravessasse o rio. Apenas os *simples* lançados desde 1914.

E mesmo até a ponte futura não existia, estrada — só um caminho intransitável.

Para Coimbra não havia ligações, porque a estrada existiu, de facto, em tempos idos e dela só restam umas covas respeitáveis.

Outrotanto sucede com a ligação para Tomar.

As quatro freguesias do concelho não têm ligação entre si, nem com a séde.

Na vila existem umas calçadas pré-históricas, umas ruas

onde de inverno há poças que fazem mergulhar um cidadão até para cima dos joelhos e a iluminação é feita de acôrdo por duas entidades: — o petróleo e a lua.

Com aquele estão de mal o vento e a chuva e os vidros partidos dos candeeiros públicos. A última, por mercê dos seus muitos afazeres, falta bastas vezes ao que fôra contratado.

Um caminho de ferro de penetração, estudado desde 1911, dorme o sono dos justos, aguardando a aprovação parlamentar.

Em três anos de vigência das Câmaras Municipais — vimos nós nos respectivos livros de conta-corrente — limitaram-se os edis a mandar pagar os ordenados aos funcionários e estes mesmo muitas vezes com atraso.

* * *

Veio a Ditadura Nacional. O Exército, agindo por vontade da Nação, pegou em armas e escorraçou os políticos falidos.

Passaram-se cinco anos desde essa data.

O enviado do *Diário da Manhã* chega a Figueiró dos Vinhos e observa e vê a fase de renovação por que tudo passou.

Das obras que foram executadas limitar-nos-emos a reproduzir um relato sintético. Mesmo assim há de ajuizar-se da importância de quanto se fêz, de quanto se trabalhou.

E começamos:

Instalou-se uma central hidro-eléctrica, ficando tôda a vila esplendidamente iluminada.

Calcetaram-se tôdas as ruas de menor movimento, macadamizando-se e alcatroando-se as principais.

Construíram-se dois jardins públicos segundo projecto de técnicos especializados e um dos quais — o Jardim Parque — com os seus moderníssimos candieiros de iluminação, poderia figurar sem desdouro, em qualquer cidade de primeira categoria.

Alindaram-se os principais largos e praças da vila, sendo iluminados por colunas com duplos e modernos candieiros.

Entre aqueles merecem especial destaque os que se denominam «António José Pimenta» e «José Malhôa».

Instalaram-se os telefones na vila e nos principais centros rurais, ficando tudo ligado à rêde geral do País.

Construíu-se uma estrada municipal da séde do concelho a Campêlo.

Repararam-se os caminhos de tôdas as freguesias, e entre outros os de Lavandeira, Carapinhal, Bairrão, Aldeia da Cruz, Alge, etc.

Repararam-se e construíram-se fontes para o abastecimento das povoações de Salgueiro, Aldeia de Ana de Aviz, Lomba da Casa, Aldeia da Cruz, Jarda, Arega, Varzea Redonda, Castanheira, etc.

Foi construído um esplêndido edifício para residência dos magistrados.

Reparou-se totalmente o edifício dos Paços do Concelho que há muitos anos não sofria o menor benefício, executaram-se melhoramentos em todos os edifícios municipais, em tôdas as escolas do concelho, sendo estas dotadas de novo material pedagógico e didáctico.

Construíu-se o lavadouro da Fonte das Freiras; fêz-se a exploração, captação de águas para os novos jardins públicos, mandando-se analisar amiudadas vezes as águas que servem para beber.

Instalou-se o posto de identificação policial, e de tal maneira que foi louvado pelo sr. dr. Balbino Rêgo, o funcionário que o executou; instalou-se a secretaria judicial; secretaria de finanças; criou-se e instalou-se a Agência da Caixa Geral de Depósitos; demoliu-se o inestético edifício da cadeia e construíu-se um outro em local afastado do centro da povoação.

A ponte sôbre o Zêzere, nas Bairradas, foi finalmente construída também. Repararam-se as estradas de ligação com as linhas de caminho de ferro.

Como conseqüência disto surgiu o desenvolvimento do transporte de mercadorias e passageiros, ficando agora a Vila de Pombal a menos de duas horas de percurso.

Figueiró dos Vinhos, senhora de inexcedíveis belezas naturais foi, finalmente, e muito justamente, elevada a estância de turismo.

* * *

Agora que descrevemos a fase de renovação por que passou a vila de Figueiró dos Vinhos, tendo progredido mais em 5 anos, do que nos 100 anos antecedentes, resta-nos citar, como merecem, os nomes dos figueiroenses, a quem se devem todos os benefícios.

Em primeiro lugar colocaremos os srs. drs. Martinho Simões, director geral da administração política e civil do Ministério do Interior e Manuel Simões Barreiros, presidente da U. N.

Outros colaboradores dedicados houve, não devendo nós citá-los para não ferir susceptibilidades, pois teríamos que mencionar muitos. Estes indivíduos, quer na Câmara Municipal, quer na Comissão de Turismo, têm podido levar a bom termo a sagrada missão, a que se impuseram de fazer progredir a sua linda terra — terra que é tão linda e que foi escolhida com os seus motivos de beleza rara, para *encadrement* dos quadros e *panneaux* de mestre Malhôa, o genial pintor que em Figueiró vive a maior parte do ano, tentando reproduzir na tela com a perfeição das suas mãos privilegiadas, as maravilhas que o cercam — a grandiosidade sublime das serranias, o verde forte da vegetação que cresce nos contrafortes dos montes, o espumar rendilhado das águas caindo de penhasco em penhasco, a beleza sádia das môças da região.»

Uma entrevista...

ASSIM se referiu o «enviado especial» do já citado *Diário da Manhã*, publicando uma entrevista com o autor dêste livro, na sua dupla qualidade de presidente das Comissões de Turismo e Concelhia da U. N.:

«Não é vulgar, banal, simples fórmula de protocolo com umas tantas afirmações por dever de ofício e outros tantos elogios à mistura, a entrevista que publicamos a seguir.

O entrevistado — sr. dr. Manuel Simões Barreiros — presidente da comissão municipal da U. N. nesta importantíssima vila, não é também uma figura igual a tantas outras que encontramos a cada passo pela vida fora.

Êste chefe político — da boa política — é um lutador persistente, tenaz, destemido, sentindo a volúpia do combate, não esperando os inimigos para os derrotar, mas indo ter com êles, buscando encontrá-los, para medir fôrças frente a frente, até os esfacelar com as armas de que dispõe — a verdade, a lealdade e a inteligência!

Tem um escudo poderosíssimo por detrás do qual sempre

poderá aparar com segurança os golpes e arremetidas dos contrários. Êsse escudo é também uma flâmula, um pendão, tremulando ao vento com galhardia e rebrilhando à luz clara do sol.

Referimo-nos à transformação radical e progressiva, ao desenvolvimento desta terra e do seu concelho que, sendo obra de um núcleo de esforçados paladinos da Ideia Nova prègada pela Ditadura, tem, no entanto, como orientador, preponderante e primacial, êste prestigioso figueiroense.

O município de Figueiró dos Vinhos chamou-o para ser vice-presidente; preside à Comissão de Iniciativa; é a primeira figura da União Nacional.

A sua vida, desde manhãzinha até noite alta, é um labutar constante.

É médico de nomeada e dedica a melhor atenção aos numerosos clientes.

Dirige o semanário local *A Regeneração*, onde marca pelos seus artigos combativos que saem da sua pena. É ainda gerente de uma importante casa comercial.

Vida que decorre entre inúmeros afazeres, tratando com a mesma atenção múltiplos assuntos de diferentes modalidades.

Tínhamos razão, pois, quando disssemos que a entrevista publicada a seguir não era uma entrevista vulgar, banal — uma entrevista como tantas outras.

* * *

O sr. dr. Manuel Simões Barreiros é, pode dizer-se, um novo — novo pelo espírito e pela idade, que não atingiu ainda a casa dos quarenta anos.

Nasceu numa modèsta aldeia dêste concelho, filho de gente humilde — êle nunca o esconde — conseguiu formar-se, impôr-se aos seus conterrâneos, a golpes de audácia e de talento.

Antes da Ditadura lutou tremendamente contra os democráticos e seus apaniguados, marcando posições com a maior firmeza.

Votando um entranhado amor a esta terra, iniciou dentro dela um movimento regionalista, que já deu agora os mais sazonados frutos.

Nisso tem sido auxiliado por todas as pessoas representativas do concelho de Figueiró e pelo seu conterrâneo sr. dr. Martinho Simões, secretário geral do Ministério do Interior.

Quando se organizou a União Nacional, enfileirou decididamente dentro dela. Chamou para junto de si tôdas as pessoas de prestígio que o podiam auxiliar.

Organizou comissões paroquiais. Constituíu uma fôrça política de apoio à actual situação, fôrça de tal natureza, que engloba já hoje, dentro de si, uma esmagadora maioria do povo do concelho.

* * *

Entrevistámos o presidente da União Nacional em Figueiró dos Vinhos, no seu gabinete de trabalho.

Por cada pregunta que lhe dirigimos surgiu uma afirmação clara e sem duplo sentido.

Sempre que nos referimos aos despeitados inimigos da Situação, respondeu com uma frase apropriada, justa e não isenta de violência, terra-à-terra — à portuguesa.

Não houve malabarismos de palavras, de palavras ôcas — disseram-se verdades.

O jornalista viu travar um combate entre o entrevistado e os adversários, que lhe eram recordados por cada nova interrogação.

Não foi o «D. Quixote» arremetendo contra moinhos de vento. Dir-se-ia o «Lidador», impondo sempre a todos os instantes e a todos, o ideal que defende — porque está convencido da beleza dêsse ideal.

* * *

A entrevista começou assim, com uma exclamação do sr. dr. Simões Barreiros:

— Folgo em receber o enviado do *Diário da Manhã* na

minha casa e na minha terra. Sinto-me bem conversando com o representante do único jornal do país que tem feito a propaganda da Ditadura com verdade, que insere nas suas colunas a verdadeira doutrina de renovação. De renovação de homens e de processos.

E continuou:

— É lamentável que só agora, há poucos meses, a Ditadura tenha visto surgir um grande jornal que faz a indispensável propaganda da sua obra formidável. A propaganda é tudo! Obra que não é recordada ao espírito fàcilmente desmemoriado das multidões, arrisca-se a caír aos pedaços, na ruína total.

— E porquê? — preguntámos.

— Porque o camartelo demolidor, camartelo da intriga e da calúnia, não descansa nas mãos dos nossos inimigos.

— Acha então...

— Acho que já se lho devia ter tirado a bem ou a mal.

Uma pausa. Interrogamos a seguir:

— Figueiró dos Vinhos está com a Ditadura?

— Está, sim, senhor. Posso afirmá-lo sem receio de desmentido. Nem se compreenderia que assim não fôsse. Se é certo que tôdas as localidades do País têm progredido após o advento do «28 de Maio», não é menos certo que Figueiró mudou inteiramente, progrediu de tal maneira, não só a vila como o concelho, que não há uma única aspiração dos povos que não esteja satisfeita.

— Mas não há despeitados?

— Existem. Há, de facto, criaturas que não toleram ainda hoje o facto de terem sido apeadas do pedestal do mando. Essas pessoas porém não marcam coisa alguma. São mortos. Quando muito, pertenceriam às venerandas relíquias de um passado que não volta. E seriam venerandas se, vencidas, tivessem recolhido à sua insignificância.

— Assim?...

— São indivíduos de mau íntimo e de mau carácter, que não estando ainda satisfeitos por terem ludibriado o povo durante tantos anos, ainda pretendem dar sinais de si. Mas...

— Mas?...

— Nós não deixamos. Não consentimos.

— E são muitos em quantidade?

— Não, senhor. Mas são de fôrça...

Vou contar-lhe um episódio que os caracteriza perfeitamente.

— Queira dizer...

— Figueiró dos Vinhos, no tempo deles, era como que uma grande aldeia, sem confôrto, sem progresso, sem ter escolas, nem estradas, nem luz. Depois da Ditadura, inaugurou-se a luz eléctrica, não falando em todos os outros melhoramentos a que já se referiu no seu jornal.

— E depois?...

— Só pelo facto da electricidade ter sido instalada depois da Ditadura, há, entre os seus adversários, quem ainda hoje ilumine a casa, com luz do petróleo.

— Isso é formidável — dissemos.

— Formidável estupidez, isso mesmo — accrescentou o nosso entrevistado.

E disse, a seguir:

— Mas os homens são de fôrça.

De fôrça e de *boa qualidade*. Aproveitam-se de tudo para nos atacar. Mas isso é lógico até um certo ponto. Lamentamos sòmente que o supremo representante, nesta terra, de um poder constituído, poder que devia e que tem de ser perfeitamente imparcial e justo, enfileire ao lado dos despeitados.

— Refere-se?...

— A um poder que dimana directamente do Ministério da Justiça. E mal vai aos povos quando esta é ministrada sem absoluta imparcialidade. Acatar as determinações da Ditadura é um dever. Um dever de todos os funcionários. E é de cima que tem de partir o exemplo.

* * *

A entrevista voltou de novo a bater, a bater em forma, os adversários da situação.

O sr. dr. Manuel Simões Barreiros prosseguiu:

— O Govêrno da Ditadura, que dignificon a República e

a prestigiou, impondo-se a Portugal e aos outros povos como um exemplo, tem que dar fôrça aos dedicados colaboradores que, através o País inteiro, militam pela actual situação, dentro da União Nacional.

Em Figueiró todo o funcionário, com excepção da figura que apontei, está connosco.

Mas, por êsse País fóra, e em muitos pontos, dá-se precisamente o contrário.

Concordamos plenamente com esta declaração. Mudámos de rumo à entrevista e focámos de novo o xadrês político do concelho.

* * *

— Garante então V. Ex.ª que a Ditadura, nesta região, dispõe de uma fôrça poderosa?

— Como nunca aqui houve, posso-o afirmar. E compreende-se porquê.

— A razão?...

— A razão consiste no facto de os povos, enganados durante tantos anos, terem visto agora progredir as suas terras. Antigamente fazia-se a política de palavras. Agora faz-se a política das realizações. Pagam-se impostos, mas vêm-se obras. E antigamente nem obras, nem dinheiro.

«Vou finalizar — acrescenta o nosso entrevistado. E para isso citarei um facto, inteiramente conhecido de todos os habitantes de Figueiró dos Vinhos, mas perfeitamente a propósito, para ser conhecido do País inteiro, onde marcará como padrão da política dos nossos adversários.

«As câmaras locais tiveram no ano de 1923 uma receita de 22.648$49, que foi gasta totalmente no pagamento de ordenados aos funcionários.

Nem um centavo nesse ano, para benefícios ou melhoramentos do concelho».

«No ano de 1924, essa receita foi de 46.495$34, fazendo-se melhoramentos na importância de 557$90».

«Em 1925, subiram as receitas para 69.738$25 e os melhoramentos atingiram apenas 2.517$50».

«Em conclusão, quando do advento do «28 de Maio», o município devia, sem ter realizado qualquer melhoramento, nada menos que vinte e oito contos oitocentos e cinquenta e dois escudos e cinquenta e um centavos. E o cofre estava vazio».

— Bela administração!... — comentámos.

— É isso mesmo — diz o dr. Simões Barreiros — E é disso mesmo que nós nos não esquecemos. E o povo também não. Não se esquece fàcilmente, porque teremos o cuidado de fazer lembrar essa administração caótica do dinheiro dos contribuintes. E é êsse o nosso argumento supremo. É essa mancha que os *reviralhistas* não poderão apagar. É mesmo por isso que os não tememos, que estamos dispostos a defrontá-los em todos os campos de luta legal. Se o Govêrno quiser fazer as eleições, pode contar com um grande triunfo no concelho de Figueiró dos Vinhos.

— E os contrários...

— Os contrários estão desmoralizados, agarrados a um passado de ignomínia, fossilizados. Sabe como é que o povo costuma referir-se a uma pessoa extremamente fraca?...

— É...

— Que não pode com uma gata pelo rabo. O termo é pitoresco e adapta-se perfeitamente. É tal qual como êles. Sem fôrça física nem moral. Limitam-se a pretender morder-nos à traição. Mas, em último caso partem-se-lhes os dentes. E é assunto arrumado.

A entrevista terminou pouco depois, tendo o sr. dr. Simões Barreiros feito ainda o mais caloroso elogio ao chefe do distrito, sr. dr. Manuel Ribeiro Ferreira, que presidiu durante alguns anos aos destinos do Município do vizinho concelho de Alvaiázere e à grande e patriótica obra da Ditadura Nacional, de que é expoente máximo o formidável estadista sr. dr. Oliveira Salazar.

Eleito e reeleito Procurador dos Municípios Rurais na Câmara Corporativa

ASSIM se referiu o *Diário de Coimbra*, em 7 de Dezembro de 1934, à eleição do procurador dos Municípios Rurais de Entre Tejo e Douro à Câmara Corporativa:

«Constituíram, inegàvelmente, dois acontecimentos políticos de extraordinário vulto, as eleições ontem realizadas, em Coimbra, dos representantes à Câmara Corporativa dos municípios urbanos e rurais da região de Entre Tejo e Douro e das Misericórdias de todo o País.

E constituíram essas duas admiráveis jornadas políticas, quer pela sua considerável importância e significado, quer ainda pela elevação com que decorreram os respectivos trabalhos.

De qualquer delas transpareceu, latente e nìtidamente, o espírito e o ritmo novo que, polìticamente, anima Portugal, fruto da obra magnífica e esplendorosa de Salazar.

Cabe a nós, que sômos um jornal que tem defendido a política de Salazar e, simultâneamente, defendido a política económica regional, pôr em relêvo a retumbante vitória

de Coimbra na eleição do representante dos municípios urbanos.

Souberam dêsse modo prestar justiça a Coimbra todos os municípios e a Coimbra compete agora mostrar-se reconhecida.

Primeiro centro universitário do país, centro económico cujo desenvolvimento atingiu proporções fulgentes, e ainda cidade de excepcional valor histórico e turístico, terceira cidade portuguesa, em suma, o triunfo alcançado por Coimbra foi o reconhecimento tácito de todo o seu valor e, ao mesmo tempo, o preito de justiça rendido com tanto carinho e gentileza à velha e fidalga maneira portuguesa.

Confiou-se, enfim, a Coimbra, a delicada e espinhosa missão de representar os municípios urbanos da vasta região.

Mas Coimbra saberá, por sua fé, corresponder galhardamente.

As eleições dos representantes dos municípios urbanos e rurais da região Entre Tejo e Douro à Câmara Corporativa, realizaram-se no salão nobre da Câmara Municipal de Coimbra.

Primeiro, efectuaram-se as do representante dos municípios rurais. Como a lei estatue, são considerados municípios rurais aqueles com um censo de população inferior a determinado número, e urbanos, os que possuem número superior.

O acto despertou vivo interêsse e, muito antes da hora marcada, já no átrio e nos corredores dos paços do concelho o movimento era desusado.

Estavam representados 72 municípios rurais do país, pelos repectivos presidentes das comissões administrativas

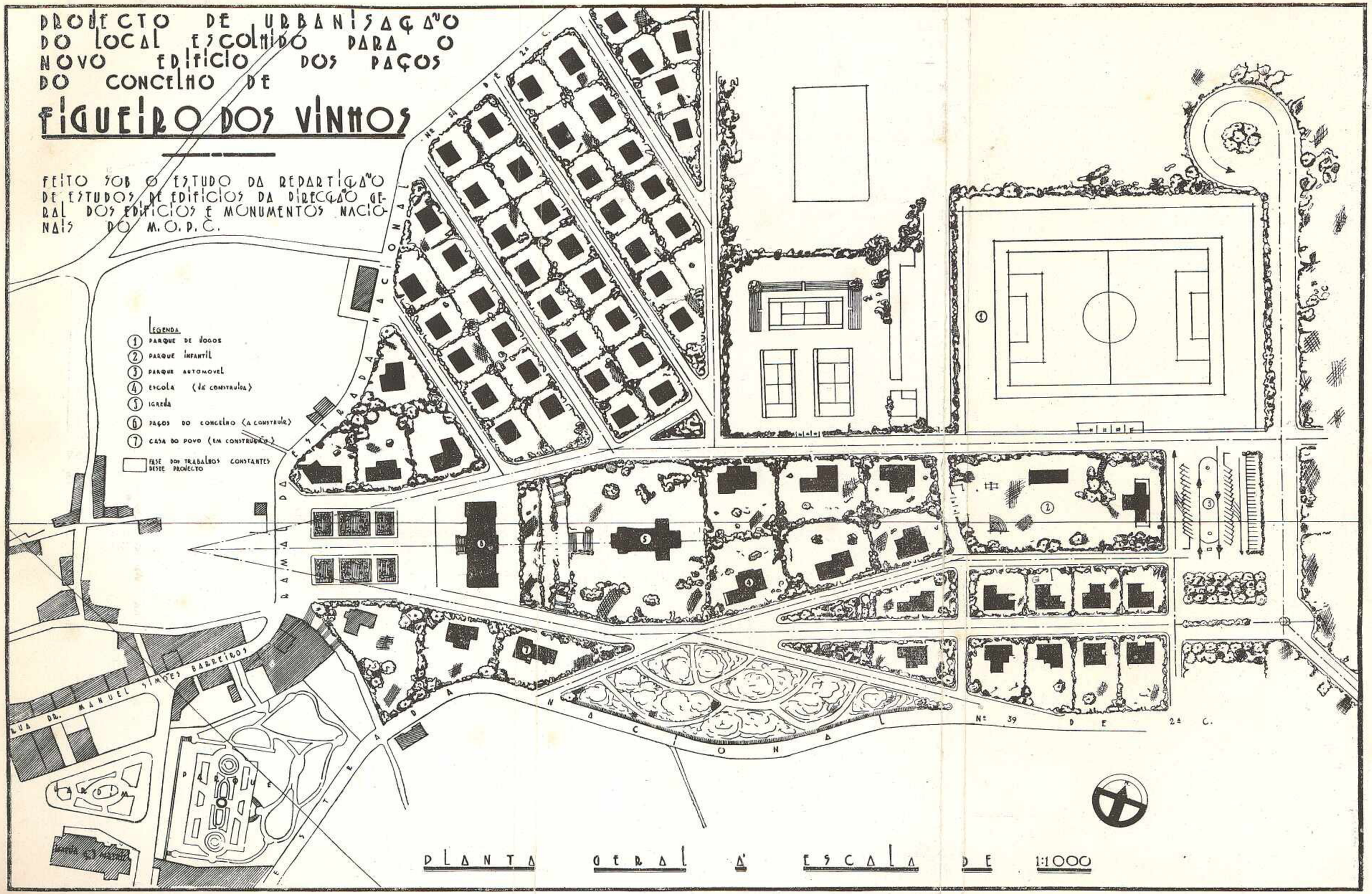
Cêrca das 14 horas foi constituída a mesa. Presidiu o sr. dr. Manuel Serras Pereira, de Coimbra, secretariado pelos srs. dr. Alfredo Mendes Ferrão, de Santa Comba Dão, e dr. Manuel Abrantes Martins, de S. Pedro do Sul.

Serviam de escrutinadores os srs. Joaquim Boavida Canadas, presidente da Câmara de Azambuja e o seu colega do município de Arganil, sr. capitão António Pedro Fernandes.

Feita a chamada, verificou-se que estavam representados todos os municípios.

PROJECTO DE URBANISAÇÃO DO LOCAL ESCOLHIDO PARA O NOVO EDIFICIO DOS PAÇOS DO CONCELHO DE FIGUEIRO DOS VINHOS

FEITO SOB O ESTUDO DA REPARTIÇÃO DE ESTUDOS DE EDIFICIOS DA DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFICIOS E MONUMENTOS NACIONAIS DO M.O.P.C.



PLANTA GERAL À ESCALA DE 1:1000

Na urna deram, portanto, entrada setenta e duas listas, apurando-se depois, na contagem, os seguintes votos: dr. Manuel Simões Barreiros, presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, distrito de Leiria, 44 votos; dr. Gaspar Alves Moreira, presidente do município de Vila de Feira, 21 votos; dr. Eduardo Vieira Mascarenhas, presidente da Câmara de Mafra, 6 votos, e dr. Alfredo Andrade, da Câmara Municipal de Oliveira de Azemeis, 1 voto.

Foi, por conseguinte, eleito representante dos respectivos municípios à Câmara Corporativa, o sr. dr. Manuel Simões Barreiros, com mais do dôbro dos votos sôbre o segundo classificado na cotação, o dr. Gaspar Alves Moreira.»

Acêrca desta eleição tôda a imprensa diária do País fez as mais desenvolvidas referências — que nos dispensamos, aqui, de reproduzir — e alguns jornais quiseram acompanhar as suas notícias com palavras de elogio que nos sensibilizaram profundamente.

* * *

De novo reproduzimos do *Diário de Coimbra*, de 21 de Novembro de 1938, a notícia da nossa reeleição para o mesmo cargo, na segunda legislatura da Assemblea Nacional:

«No Salão Nobre da Câmara Municipal realizou-se, ontem, pelas 13 horas, a eleição dos representantes dos Municípios urbanos e rurais, na Câmara Corporativa.

Para a eleição do representante dos Municípios urbanos foi constituída a mesa, tendo como presidente o sr. Dr. Ferrand de Almeida e como secretários os srs. Dr. Ruy Manuel

Nogueira Ramos e Augusto Duarte Beirão e como escrutinadores os srs. Dr. António Neves Martinho e José de Melo Cabral.

Deram entrada na urna 68 listas, tendo 29 votos o sr. Dr. Manuel Simões Barreiros, da Câmara de Figueiró dos Vinhos, que já na eleição passada foi eleito procurador e que, por ser o mais votado, foi novamente eleito.

Foram também votados os srs.: Dr. Ruy Ramos, da Câmara da Figueira da Foz, com 16 votos, o presidente da Câmara de Mafra, com 9 votos, o presidente da Câmara de Castelo Branco com 5 votos e o presidente da Câmara de Mira com um voto.

Dos Municípios rurais estiveram presentes os representantes dos municípios de:

Santa Comba Dão, Tábua, Oliveira do Hospital, Aguiar da Beira, Fornos de Algôdres, Manteigas, Sabugal, Castelo Branco, Proença-a-Nova, Oleiros, Certã, Vila de Rei, Arganil, Cantanhede, Condeixa, Figueira da Foz, Lousã, Mira, Águeda, Mealhada, Oliveira do Bairro, S. João da Madeira, Alvaiázere, Ancião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Curia, Vila Nova de Ourém, Cadaval, Cordinhã, Mafra, Alcobaça, Bombarral, Moita, Montijo, Seixal, Castro Daire, Penalva do Castelo, S. Pedro do Sul, Trancoso, Pinhel, Guarda, Gouveia, Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Vila Nova de Paiva, Covilhã, Fundão, Penamacôr, Mação, Montemór-o-Velho, Penacova, Penela, Soure, Séver do Vouga, Pedrógão Grande, Pombal, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche, Alcochete, Pôrto de Mós».

Uma página de "A Verdade"

O jornal *A Verdade*, que o jornalista Costa Brochado fundou em Lisboa e que foi, durante a sua exitência de alguns anos, denodado e combativo paladino da política do Estado Novo, dedicou uma página à vila de Figueiró dos Vinhos e à transformação radical sofrida desde 1926 no concelho.

Dessa página, publicada em 8 de Agosto de 1936, transcrevemos as seguintes passagens:

É uma vila muito pitoresca Figueiró dos Vinhos. Rodeada de montanhas, repousada na sua vida própria, em que há muito de contemplativo, pertence administrativamente à Estremadura, mas na realidade devia pertencer, porque tôdas as suas caracteristicas o indicam, à província magestosa da Beira Alta. A paisagem que a circunda, bucólica e severa a um tempo, em que a côr verde carregado dos pinhais domina, convida a meditações filosóficas. Não serve apenas, como a da Estremadura, para efeitos visuais de sol e de amplitude, além dos quais o espírito não se levanta.

Turisticamente, Figueiró dos Vinhos tem elementos de futuro, elementos naturais, como a serenidade idílica que a envolve, a pureza das águas manantes, o esplendor do céu, a altitude tonificante, o génio hospitaleiro da sua gente; mas a êsses belos elementos há a acrescentar agora as obras realizadas pelo esfôrço da Câmara, a luz eléctrica, as estradas alcatroadas, o parque luxuriante, o jardim de perfeito alinhamento, a rêde telefónica, o sentido estético, a arrumação francamente agradável que apresenta hoje a vila. Julgamos que estas coisas são tão patentes que, se não se quiserem ver, podem até apalpar-se. Um edifício da Câmara novo, de linhas firmes e elegantes, foi recentemente violado pelo fôgo. Era um dos legítimos títulos de glória da actual Comissão Administrativa e foi destruído na véspera da sua inauguração oficial; mas, refeita do profundo desgôsto logo criado em momento tão festivo, pensa já ela em edificar um outro de maior vulto — as necessidades aumentam com o galgar do tempo, está-se numa época febril de realizações — um pouco fora do perímetro da vila a-fim-de a descongestionar e aumentar a sua área, dado que não é lícito atender apenas os interêsses do presente, mas acautelar também as possibilidades do futuro.

Hoje está renovada — e a onda de renovamento percorre todo o concelho, tocando no fundamental. Os meios de comunicação, por exemplo, aproximaram-na do mundo civilizado e as aldeias, por sua vez, aproximaram-se alegremente da vila. Um facto, entre muitos: a estrada de Campêlo, onze quilómetros de penetração em plena montanha, ásperos, acidentados, custosos de verba e de energia, através dos quais alguns povos saíram alfim do isolamento em que estiolavam.

A transformação, a dar-se crédito aos juizos emitidos sem lisonja pelo povo, é surpreendente. Basta que se pense nisto: Figueiró dos Vinhos foi elevada a estância de turismo. Porquê? Certamente porque dispõe de mais alguma coisa do que simples païsagem... Com efeito, dispõe de recursos grangeados pela tenacidade dum seu filho, o dr. Manuel Simões Bar-

reiros, presidente do município e Procurador à Câmara Corporativa.

A primeira função é que própriamente nos interessa. A maneira como a tem desempenhado acredita-o junto do coração dos seus conterrâneos. Estamos numa hora em que valem apenas as obras, os planos concluídos, as traças que ultrapassam vitoriosamente o papel. «Res, non verba». Deve Figueiró muito ao sr. dr. Simões Barreiros ou, em suma, não lhe deve nada? É um mero representante do Govêrno, que deseja ùnicamente subsistir, ou produz, organiza, diligência, ultima?

Bom Deus! Em quatro anos, tendo a Câmara uma receita ordinária, que orça entre 160 a 170 contos anuais, conseguiu-se isto: tornar a fisionomia da vila e de todo o concelho absolutamente irreconhecível para quem a tenha conhecido antes da sua gerência. Nada mais.

Nós afirmamos que bastariam estes três melhoramentos vitais para justificar uma permanência de quatro anos em qualquer Câmara, mesmo que ela fôsse rica: a água ao domicílio, a luz e o telefone. Bragança não tem telefone; vilas prósperas e influentes, girando na zona de capitais importantes, não têm ainda luz eléctrica; quanto à canalização das águas, lembremo-nos que só há pouco algumas cidades foram dotadas com êsse luxo. O Estado Novo encontrou o país numa morrinhice e numa penumbra tumular. Aqui e além, para fingir grandesa, alçapremava-se um novo riquíssimo idiota. Construía-se talvez um falanstério; não se construía seguramente uma fonte ou um caminho vicinal.

Figueiró dos Vinhos é um símbolo da política e da administração do Estado Novo. A série de melhoramentos ali levados a cabo no espaço de nove ou dez anos representa uma conquista maravilhosa. Poder-se-á objectar que tudo quanto se tem feito se deve exclusivamente, pois, à capacidade transformadora e vivificadora do Estado Novo, que Salazar impulsionou. Em essência, é assim. Mas há terras que progrediram mais e outras que progrediram menos. Ora é indubitável que Figueiró está no primeiro caso, sobretudo levando-se em li-

nha de conta que não se trata dum concelho rico pela indústria, pelo comércio ou pela agricultura.

A explicação temos de ir buscá-la, necessàriamente, depois de passar pelo sistema, ao decidido interêsse com que os homens representantes do Estado Novo se votaram ao trabalho, sacrificando acaso a sua tranqüilidade e até a sua bôlsa. Êsses homens têm cumprido! Os melhoramentos não vão ter à vila, não aparecem duma noite para outra, como saídos dos alçapões das mágicas. Importa solicitá-los, impô-los, planeá-los, executá-los no prazo certo.

Um homem de acção

O presidente da Câmara, nêste ponto, tem sido incansável. Ele actua movido por um regionalismo que não se quebranta diante das dificuldades mais densas. Trata-se dum homem de acção, dum realizador.

Sim, é verdade, o Estado Novo foi que permitiu as condições, mas também é verdade que êle é o intermediário entre Figueiró e o Estado, o agente de ligação junto das estâncias oficiais, o porta-voz das aspirações concelhias. Podia consagrar-lhes mais ou menos tempo, mais ou menos empenho. A sua intensidade podia afrouxar com os primeiros obstáculos. Não será isto virtude? Não será isto merecimento? Não abonará isto o seu zêlo e a sua sinceridade de servidor de Figueiró e do Estado Novo? Cremos bem que sim.

Não desejamos confrontar o passado com o presente. Já dissemos que a diferença é total. A Câmara — vá lá um ligeiro apontamento, longe de números rigorosos — gastou em obras, desde 1926 a 1935, cêrca de 1.200 contos. Em nove anos mil e duzentos contos! Em igual período de tempo, os partidos gastaram cêrca de 8 contos. Leia-se bem: oito contos! Evidentemente, é melhor desistir de fazer novos confrontos...

Os rendimentos do concelho — precários, confesse-se — eram absorvidos pelos funcionários do activo e pelos reformados, de modo que não se podia ir mais além. Milagres são para o Santo António. Mas pense-se agora nesta circunstância

que podia não estar fora da órbita da realidade: se o sr. dr. Simões Barreiros se limitasse à prata da casa, trazendo apenas em dia, como traz, os vencimentos camarários, e não agisse senão dentro do excedente, que progressos ostentaria hoje Figueiró dos Vinhos? Onde estaria o mágnifico edifício dos Paços do Concelho? (Para o caso conta como se funcionasse). Oude estaria o aprazível jardim? O parque tão arborizado? A iluminação pública? A estrada de Campêlo? A ponte sôbre o Zêzere? As fontes abastecederas? Os telefones nos centros rurais? Em síntese, onde estaria a Figueiró de hoje, calma, moderna, limpa, larga de ruas e de praças, com as suas notas estéticas, sua tonalidade lírica, seu crescimento digno?

Quási inesperadamente, Figueiró passou a existir para o país. É terra que se visita, que se procura, onde se permanece e amanhã será, se não estacar ou retardar o ritmo do seu desenvolvimento, um pequenino éden de turismo, a que se juntarão condições sanatoriais.

Horisontes dilatados não lhe faltam. Tem obras de arte, vias de comunicação fácil, por Tomar ou por Pombal, estradas bem reparadas, um ar de civilização que não a torna charra ou a despoetiza. Também acreditamos, como muitos dos seus mais inteligentes filhos, que no turismo cultivado com medida, não em excesso, para não a afogar em lantejoulas falsas, a vila de Figueiró há-de encontrar a sua melhor fonte de riqueza e o seu mais sólido galardão.

Teimosia para os teimosos

Escrevemos acima que não valia a pena estabelecer confrontos entre o passado de Figueiró e o seu presente. Efectivamente, não há que receber êsse confronto; é acabrunhante para uns e ennobrecedor para outros. O processo dos partidos está, de resto, concluído pela consciência nacional.

Mas cai-nos agora justamente sob os olhos um mapa tão elucidativo, tão descriminadamente exacto que não resistimos à tentação ou à perversidadezinha de o colocar ante o julga-

mento desapaixonado dos leitores. É uma teimosia que se destina aos teimosos que não se convencem senão na hora final!

Aqui está e quem puder que atire a primeira pedra:

Receitas, despesas e obras no tempo dos partidos, durante os últimos seis anos anteriores ao 28 de Maio:

Ano de 1920:

Receita	14.149$90
Despesa.	14.149$90
Obras	Nada
Consertos	514$00

Ano de 1921:

Receita	18.517$96
Despesa.	9.447$54
Obras	Nada
Consertos	782$96

Ano de 1922:

Receita	20 149$14
Despesa.	13.532$16
Obras	Nada
Consertos	1.610$34

Ano de 1923:

Receita	22.645$04
Despesa.	16.546$35
Obras	Nada
Consertos	112$55

Ano de 1924:

Receita	46.819$68
Despesa.	39.890$78
Obras	Nada
Consertos	1.040$95

Ano de 1925:

Receita	69.738$25
Despesa.	64.882$89
Obras	Nada
Consertos	3.488$21

Êstes espaços em branco no capítulo das obras, que preenchemos, por misericórdia, com a palavra «nada», são de tal modo impressionantes que dispensam quaisquer comentários.

Agora vejamos a inversa — e respiremos, que o pesadelo extinguiu-se ao dealbar do movimento restaurador do Exército:

Receitas, despesas e obras durante os nove anos seguintes, até 1935:

Ano de 1926:

Receita	71.318$22
Despesa.	62.424$87
Gasto em obras	6.867$28

Ano de 1927:

Receita	97.630$65
Despesa.	92.441$74
Gasto em obras	23.169$75

Ano de 1928-1929:

Receita	264.965$78
Despesa.	165.175$03
Gasto em obras	59.429$16

Ano de 1929-1930:

Receita	256.083$15
Despesa.	212.547$07
Gasto em obras	123.038$92

Ano de 1930-1931:

Receita	192.573$58
Despesa.	157.161$21
Gasto em obras	64.280$40

Ano de 1931-1932:

Receita	336.527$24
Despesa.	282.699$71
Gasto em obras	198.654$53

Ano de 1932-1933:

Receita	234.418$80
Despesa.	228.354$76
Gasto em obras	129.449$16

Ano de 1933-1934:

Receita	378.749$18
Despesa.	305.028$24
Gasto em obras	179.259$39

Ano de 1934-1935:

Receita	633.317$95
Despesa	631.855$12
Gasto em obras	408.133$33

No seu mutismo eloqüente, estes números são uma glória e uma redenção. A sua fôrça é indestrutível. Está nêles a verdadeira miniatura do Estado Novo, como nos outros a do Estado democrático abolido. Mas nós preguntamos se o presidente da Câmara que obtém estes resultados não terá também o direito de partilhar da glória que êsses números indisputàvelmente representam.

Há quatro anos, de facto, que o sr. dr. Simões Barreiros distribui a sua inteligênca e a sua actividade ao longo de todo o concelho, dirigindo, construíndo, fomentando. Quanto amor por êle! Quanto trabalho empregado! Quantas verbas conseguidas mercê da sua perseverança e do seu prestígio! Quantas preocupações tantas vezes mal agradecidas!

O produto da sua actuação no Município está espalhado de norte a snl do concelho. Alindou-o. Engrandeceu-o.

Nos intervalos da sua profissão de médico — os pobres procuram-no certos da sua ciência e do seu carinho — fêz-se empreiteiro, fêz-se engenheiro de estradas, fêz-se advogado das causas dos pobres rurais; e quanto ao aspecto social da sua obra, êle não é de somenos. A assistência absorve-lhe actualmente muitos cuidados. Dentro de pouco criar-se-á um serviço de saúde em Figueiró e o hospital em construção terá capacidade suficiente para os enfermos de tôda a área do concelho. Será ainda outro benefício dos mais belos, dos mais humanos.

Contas claras

Mas, naturalmente, contas claras, contas públicas são as da Câmara de Figueiró como as de tôdas as Câmaras do país. No Estado Novo, nos seus departamentos oficiais, já não

são possíveis as contas de saco. Isso seria o génio do absurdo.

Ergamos agora os olhos acima das materialidades inevitáveis que formam o corpo social, acima desta exposição de números árida, posto que expressiva, e recolhamos um pouco de sugestão artística, que já a vem reclamando o espírito.

Quere através da Comissão de Iniciativa e Turismo, à qual presidiu logo na sua fundação — o parque pertence a essa época, por exemplo, para testemunhar o interêsse objectivo com que se votou, desde as primeiras horas incertas, às coisas figueiroenses — quere presentemente através da Comissão Administrativa do Município, a passagem do sr. dr. Simões Barreiros está nìtidamente marcada em sulcos que não são provisórios como os deixados pelos veraneantes na areia movediça.

Êle assumiu corajosamente graves responsabilidades perante o futuro de Figueiró dos Vinhos e a sua figura, aliás popularíssima no concelho já desde o tempo em que o percorria nas suas jornadas de médico municipal, está, por direito de conquista, não por favor na primeira fila dos seus mais inteligentes e dedicados filhos. Sob êste ponto — frisêmo-lo — a gente de Figueiró é unânime e definitiva. Isso vale mais do que tôdas as discussões, do que todos os argumentos em contrário: «Vox populi, vox Dei».»

"Todos os interêsses do povo têm sido largamente atendidos"

FALANDO de Figueiró dos Vinhos disse *O Século*, em 1939:

«Para além uns sessenta quilómetros de Leiria, encontra-se a vila de Figueiró dos Vinhos, cabêça de concelho muito importante, que merece ser largamente visitada e admirada.

Os meios de comunicação para Figueiró são freqüentes e fáceis. Servem-na as estações de caminho de ferro de Pombal, Tomar e Miranda do Corvo, donde partem, diàriamente, muitas carreiras de camionetas. Por outro lado, as suas estradas são excelentes.

Situada nos contrafortes da serra da Lousã, a 540 metros de altitude, Figueiró dos Vinhos goza de um clima admirável e de uma vegetação de rara variedade. Tem saúde para dar a todos os visitantes e quadros para surpreender e encantar todos os olhos.

Dentro das suas curiosidades dignas de serem vistas: o Cabêço do Pião, a 600 metros de altitude, onde se encontra a capela de Santo António e que oferece um deslumbrante panorama; a igreja matriz, considerada monumento nacional,

com grandes preciosidades artísticas: as Fragas de S. Simão, na encantadora ribeira de Alge, panoramas que surpreendem com tôda a sua beleza; e a Lagoa da Moura e as pitorescas margens do rio Zêzere são outros inolvidáveis quadros que encantam para sempre.

A Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, presidida pelo sr. dr. Simões Barreiros, tem desenvolvido ùltimamente uma série de grandes e progressivos melhoramentos.

Trabalhando apenas com os seus próprios recursos, mas em estreita ligação com a Comissão de Iniciativa e Turismo, a Câmara de Figueiró dos Vinhos, desde Maio de 1926, realizou os seguintes melhoramentos:

A instalação da central hidro-eléctrica, ficando tôda a vila esplêndidamente iluminada. Calcetaram-se tôdas as ruas de menos movimento, macadamizando-se e alcatroando-se as principais. Construíram-se dois jardins públicos e um dos quais — o Jardim Parque — com os seus moderníssimos candeeiros de iluminação, poderia figurar, sem desdouro, em qualquer cidade de primeira categoria. Alindaram-se os principais largos e praças da vila, sendo iluminados por duplos e modernos candeeiros. Instalaram-se os telefones na vila e nos principais centros rurais, ficando tudo ligado à rêde geral do País.

Fêz-se também o abastecimento de água a todos os domicílios. Construíu-se uma estrada municipal da sede do concelho a Campêlo; outra de Aguda à estrada que segue para Pombal e outra às Fragas de S. Simão, e em construção a de Arega.

Repararam-se os caminhos de tôdas as freguesias e, entre outros, os da Lavandeira, Carapinhal, Bairrão, Aldeia da Cruz, Alge, etc.

Além de outros, a ponte sôbre Zêzere, na Bairrada, e a estrada que liga com a Beira Baixa, por Sernache de Bonjardim, foram também construídas.

Os serviços municipais e de assistência foram renovados e melhorados. O edifício dos Paços do Concelho foi ampliado.

Além de muitos outros melhoramentos, que a falta de

espaço nos não deixa citar, mas que documentam bem a fé nacionalista que anima os homens da Câmara Municipal e da Comissão de Turismo, não podemos deixar de referir mais êstes:

A Casa do Povo de Figueiró dos Vinhos, com a sua caixa de assistência já a funcionar, e a Casa do Povo da freguesia de Campêlo e o Grémio da Associação Comercial, na vila, são organismos corporativos modelares.

O problema da instrução no concelho de Figueiró dos Vinhos está resolvido. Construíram-se escolas, onde faltavam, repararam-se tôdas as antigas e dotaram-se com mobílias e material didáctico.

Devemos destacar a construção do edifício, tipo Estremadura, projecto Raúl Lino, de quatro lugares, na vila e outra em Alge do mesmo estilo e de um só lugar. Construíu-se também um edifício em Fontão Fundeiro; outro na Arega com dois lugares e outro no Bairrão.

Desta forma diminuiu o número de analfabetos. Abriram-se novas escolas e criaram-se alguns postos escolares. Com êste desenvolvimento que a vila sofreu, reparando tôdas as calçadas, alcatroando tôdas as ruas e com a construção do jardim e de um Parque, esta terra, que não era visitada, está sendo procurada por muitas pessoas como centro de repouso, de forma que nos meses de estio as casas particulares e pensões estão cheias.

Figueiró dos dos Vinhos, tanto pelos seus encantos naturais como pelas obras com que tem sido dotada, nestes últimos anos, honra os homens que orientam os seus destinos, destacando-se, como é justo, o sr. dr. Simões Barreiros, nacionalista de boa têmpera, procurador à Câmara Corporativa, português honrado, que só sabe trabalhar pelo seu concelho.

"Um homem público"

EM Janeiro de 1939 o *Diário de Coimbra*, escreveu pela pena do jornalista João Fernandes:

«Um dia, deveres profissionais levaram-me a Figueiró dos Vinhos.

Não era o jornalista cheio de razão que ia exigir a um homem público o cumprimento dos seus deveres; era o homem público, incompreendido, que exigia a presença do jornalista para que êste, *in loco*, lesse a verdade crua e nua duma questão que se vinha debatendo.

O homem público recebeu-me cortêsmente, e, sem rodeios que muita gente usa para pretender exalçar-se, presenteou-me com uma bússola que me orientasse, lealmente, só me aparecendo, no momento do regresso, para me desejar boa viagem.

Nasceu nesse dia, em mim, um sentimento de simpatia por êsse homem de consciência límpida que, em vez de fugir ao jornalista bisbilhoteiro, o chamou e lhe deu carta branca.

Mais tarde, voltei a Figueiró numa viagem semi-recrea-

tiva, vi, ouvi, estudei e, da minha digressão, fiz um pequeno relato que hoje resumo mais ainda:

Figueiró é, talvez, o único concelho que tem já resolvido os problemas essenciais da administração concelhia: instrução, abastecimento de águas, instalações de luz eléctrica e vias de comunicação.

As freguesias estão tôdas ligadas à sede por belas estradas, à excepção de Arega, a decantada Arega, não por culpa da Câmara, mas sim, porque o primitivo projecto, feito pelo Ministério das Obras Públicas foi regeitado. Está, porém organizado já um novo projecto que, a ser aprovado, será imediatamente executado.

O serviço de assistência é tão perfeito quanto se pode. Anexo ao Hospital, a Câmara instalou um Centro de Saúde onde se dão consultas e distribuem medicamentos, gratùitamente, aos pobres; os médicos municipais, fazem melhor assistência clínica rural; funcionam comissões concelhias da C. A. P. I. e para que Figueiró se possa orgulhar de ser uma «cidadezinha», está em construção um novo edifício hospitalar.

Isto observei eu e quando me disseram que tudo foi feito na vigência do Estado Novo, a minha simpatia por êsse homem público tornou-se em admiração, porque êle representa a personificação da fôrça da vontade e amor bairrista».

"O que pode fazer uma Câmara"

O *Mensageiro,* de Leiria, velho paladino dos interêsses da região, que o padre José Ferreira de Lacerda dirige, disse, a propósito do relatório da Câmara Municipal de Figueiró, em 1940:

«Se algum dos leitores de *O Mensageiro* não conhece a vila de Figueiró dos Vinhos, aconselhamos-lhe uma visita à Sintra do Distrito, que, pela sua paisagem, pela sua localização, pelos panoramas a disfrutar, pelas obras de arte que encerra a sua Igreja Matriz, pela hospitalidade de seus habitantes, bem merece essa visita.

Temos presente o relatório da gerência camarária que o seu digno presidente apresentou ao Conselho Municipal. Cumpriu a lei, que isso dispõe no seu artigo 77.º, pôs os dignos vogais do Conselho Municipal ao corrente do estado financeiro do município, das obras realizadas e do plano estabelecido para novas obras que coloquem o concelho de Figueiró na escala dos concelhos em que o Estado Novo encontra a sua razão de ser, a sua justificação.

Consola ler o relatório e no mesmo se vê a meticulosidade no emprêgo das receitas, a economia nas despesas e como se procurou com tão honesta, prudente e sábia administração ocorrer às necessidades, que havia no concelho.

Em Figueiró dos Vinhos acontecia o mesmo que em todos os concelhos. As Câmaras com a legislação má, transformadas para viver em dependências dos partidos políticos, sem receitas, sem auxílio do Poder Central, os que quisessem e soubessem trabalhar para o progresso dos seus concelhos não o podiam fazer. O Estado Novo veio acabar com êsse estado de cousas e o concelho de Figueiró dos Vinhos é aquêle em que mais sobressai essa obra.

Sem ligações com nenhuma sede de freguesia, hoje tôdas essas freguesias estão ligadas à sede do seu concelho por boas vias de comunicação, com excepção duma — Arega — mas até a esta o Município procurou facilitar o seu acesso ao mercado que freqüenta — Cabaços — e trabalha para a ligar à sede com uma boa estrada, para o que já se estão realizando algumas obras de arte.

Quem conhece o concelho de Figueiró dos Vinhos sabe o acidentado dos terrenos, os ribeiros, as ravinas, o que foi necessário fazer para se conseguir que os meios actuais de transporte, de viação pudessem chegar a tôdas as freguesias e localidades principais. Pois conseguiu-se.

Sôbre instrução é ainda modelar o concelho de Figueiró, construíndo, reparando, mobilando escolas em todo o concelho, criando escolas e postos de ensino.

As fontes, base da higiene nas localidades, mereceram especial cuidado, sendo muitas localidades dotadas com fontes, chafarizes e lavadouros.

A própria vila de Figueiró dos Vinhos acompanhou o progresso das terras, que mais têm progredido. O seu Município conduziu água potável para os prédios, água que foi captar a 5 quilómetros, instalou a luz eléctrica, ajardinou o largo e construíu um Parque e Casas para os Magistrados.

Êste ano devem ser concluídos o Hospital e o edifício dos Paços do Concelho, que foi devorado por um incêndio,

edifício que a Câmara tinha aumentado, modernizado e voltará, após a reconstrução, a albergar tôdas as repartições.

E tudo isto foi feito com um orçamento reduzido, que a princípio era de 500 contos e agora pouco excede 700! Bem administrado, com o auxílio do Estado conseguido em comparticipações, com rigorosa fiscalização sôbre o emprêgo dos dinheiros do Município, a Câmara Municipal do Concelho de Figueiró dos Vinhos, sob a presidência do nosso prezado amigo Ex.mo sr. Dr. Manuel Simões Barreiros, digno Procurador à Câmara Corporativa, impõe-se a todos como modêlo de administração, de trabalho, de iniciativa, de amor ao seu concelho, de honra para o Estado Novo. Outras há, felizmente, no Distrito que a seguem e a elas nos referiremos.

Por hoje queremos felicitar Figueiró dos Vinhos pelo muito que tem progredido e o nosso prezado amigo, Dr. Simões Barreiros e aquêles que trabalham na gerência da Câmara, a que tão digna e zelosamente preside, pela sua obra.»

"Finanças municipais"

AINDA de *O Mensageiro*, de Leiria, se reproduz o artigo seguinte, publicado em fundo, pelo mesmo jornal:

«Há Câmaras Municipais que dão a saber os assuntos, que se tratam nas suas sessões, quer pela imprensa quer por meio de afixação de suas actas nos locais a isso destinados, havendo até algumas que solicitam dos grandes diários a publicação das suas deliberações, chegando outras a ter boletins próprios, onde são publicadas e levadas ao conhecimento de tôdas essas deliberações.

Não sabemos nem no presente momento queremos saber se tem vantagens ou desvantagens o conhecimento que os munícipes possam ter da vida da entidade legal, que dizem ser o reduto de suas liberdades, onde se podem acolher as aspirações de centenas de povoações, vilas e cidades.

E se tal conhecimento nos não preocupa para o fim em vista, parece-nos, no entanto, que interessando àqueles que pagam na vida municipal, dêsse interêsse só haveria a esperar benefícios, pois haveria o mútuo auxílio, a mútua cooperação na vida municipal, a mútua confiança.

Sem conhecer as múltiplas despesas, os encargos, os benefícios recebidos, tudo se conseguindo com o pagamento de taxas, licenças, impostos, multas, etc., os que pagam não sabendo para onde vai o seu dinheiro barafustam, praguejam e pagam de má vontade e é com as maiores imprecações contra as Câmaras, que recebem algum novo ónus, embora êste se destine aos maiores melhoramentos.

Todos nós sabemos isto e sabendo-o o Govêrno vem êste de três em três meses apresentar o seu balanço, dizer o que se pagou e o que se dispendeu.

Pela crítica que se faz à forma como são dispendidos os rendimentos, resultam por vezes benefícios, tais são o de se evitar no futuro o reincidir em gastar mais do que era justo ou se não tem, caíndo-se no regime da dívida, da insolvência, da paralização do progresso duma região, dum concelho.

O contribuinte paga sempre, quer queira quer não queira. Mas quando vê, sente, goza o benefício que lhe advém da verba que lhe coube na divisão do tributo, o contribuinte paga de vontade.

É inegável que antes de 1926, melhor, porque é a verdade, antes do sr. dr. Oliveira Salazar tomar posse da Pasta das Finanças se pagava menos do que actualmente. Pois antes de 1926 o contribuinte clamava, protestava, deixava-se relaxar e pagava sempre de má vontade. Porquê? Porque o contribuinte não sabia onde se consumia o que pagava e que tanto lhe custava a conseguir, e, mais ainda, nem perante os seus olhos se justificava o consumo dos seus dinheiros.

Salazar toma conta da Pasta das Finanças; expõe aos contribuintes o estado em que se vive, sem recursos, nem crédito; se nos emprestarem é para os que emprestam administrar! diz que é necessário sacrifícios; estes aceitam-se, porque o que então se cobrava mal chegava para as clientelas políticas e o que se ia pagar a mais era para os que pagavam terem melhoramentos. Começaram a aparecer estradas alcatroadas, reparadas e construídas; escolas novas com os seus professores, a instrução espalha-se, o exército é abastecido de armas, a Marinha de Guerra é dotada com novos

barcos, constroem-se portos, irrigam-se terras de sequeiro, fazem-se secar pântanos, drenam-se terras, levantam-se edifícios para os correios, semeiam-se serras e areias. Portugal progride! E o contribuinte paga, com sacrifício, mas paga alegre por ver que o que paga lhe é retribuído em benefícios directos, que colhe.

Tudo isto que aqui escrevemos acode-nos aos bicos da pena por se nos deparar, entre os jornais que guardamos, o número do nosso prezado colega «A Regeneração», onde vêem publicadas as contas da Câmara de Figueiró dos Vinhos respeitantes a 1939.

Alguns anos atrás aquêle concelho não tinha uma estrada municipal; as freguesias, para ir à sede do concelho, só o podiam fazer através de carreiros ou veredas intransitáveis, sem pontes nas ribeiras, sem água ás povoações, sem edifícios escolares para as crianças. Tudo mudou. Há escolas novas, pontes sôbre as ribeiras, estradas para tôdas as freguesias, água canalizada e luz eléctrica na sede do concelho. Parque e Jardim na mesma, constroe-se ainda agora ali um mercado, e, se formos inquirir, em tudo achamos a Câmara.

É reduzido o seu orçamento. Há alguns anos não atingia 200 contos; no ano transacto subiu a 832 contos — números redondos.

O povo por isso sacrificou-se mas recebeu os benefícios provenientes do seu sacrifício.

Não contente em lhe dar os benefícios e melhoramentos a Câmara dá-lhes conta do que recebeu e do que gastou e em que o gastou.

Com um orçamento de 832 contos, que a Câmara viu não poder arrecadar pela crise que se atravessa, passou a harmonizar a despesa com a receita, não gastando o que não tinha.

Diminuíram as receitas em 142 contos ao que fôra calculado, mas as despesas foram também reduzidas ao mínimo, sem sacrificar os serviços.

No capítulo 3.º do seu orçamento destinara a Câmara para: *Secretaria, despesa com o material, pagamentos de serviços e diversos encargos, outros serviços e encargos* —

127.311$53. Pois só nêste capítulo a despesa desceu para menos 33.740$78. Com esta redução e outras a Câmara fêz diminuir as despesas em 299.764$29, quando as receitas diminuiram 142.629$19.

Com o saldo que ficou, não obstante a quebra das receitas, devido à parca e criteriosa administração, vai a Câmara por certo fazer face a comparticipações pedidas ao Estado, à construção duns novos Paços do Concelho, e a outras obras, pois o progresso naquêle concelho não sabe deter-se nem morrer.

Assim se trabalha, assim há mútua confiança entre os edis e os contribuintes.

Fazemos nossas as palavras com que *A Regeneração* faz a publicação dessas contas:

«Melhor que as palavras falam os números.

Feita a análise da receita e despesa do ano transacto, o leitor verifica com facilidade que a nossa Câmara animada do mesmo princípio que desde 1926 a tem orientado, apresenta o resumo da sua gerência, verificando-se que, a-pesar dos tempos perturbados que estamos atravessando, movimentou 532.258$37.

Mais: gastou em obras 299.294$68, o que representa algo de importante para um concelho de terceira classe, como é o nosso.

São, portanto, os números que falam; por êles se vê, claramente, que a Câmara do nosso Concelho, fiel aos princípios do Estado Novo, fiel à política de Salazar, prossegue na sua árdua tarefa de bem fazer obra importante, obra útil para o seu concelho.

É e continuará a ser a divisa da Câmara de Figueiró dos Vinhos, da ilustre presidência do sr. dr. Simões Barreiros».»

O pavilhão de Figueiró na Exposição Distrital de Leiria, de 1940

ASSIM descreveu o *Diário de Notícias*, de Lisboa, a festa inaugural do pavilhão de Figueiró dos Vinhos, na Exposição Distrital de Leiria de 1940:

«Conforme noticiámos, foi hoje inaugurado o pavilhão de Figueiró dos Vinhos.

Por êsse motivo esteve Leiria em festa e deslocou-se aqui, além da Câmara Municipal daquela vila, muito povo, acompanhado por um grupo de formosas senhoras daquêle concelho.

Cêrca das 18 horas foram os visitantes convidados por meio de altos-falantes espalhados pela exposição a dirigirem-se ao pavilhão de honra, onde o sr. coronel Sampaio Rio, presidente da Câmara Municipal de Leiria, lhes deu as boas-vindas.

Falou depois o sr. dr. António Jorge Marçal, como delegado da Câmara Municipal de Leiria à Exposição, agradecendo a colaboração do concelho de Figueiró, e salientando os nomes do sr. Horácio Eliseu, arquitectos António Varela,

Ernesto Korrodi e escultor Luiz Fernandes, professor Narciso Costa e cartazista Adriano Rodrigues. A todos se deve o bom êxito desta Exposição.

Agradeceu a amistosa recepção dispensada e as palavras dirigidas ao seu concelho o sr. dr. Simões Barreiros, presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos.

Em breves palavras pôs em relêvo a importância da Exposição Distrital de Leiria, dizendo:

Nêste momento, particularmente grave, Leiria, pela sua Câmara Municipal e Comissão da Exposição, consegue pôr em prática, à vista do público e até daquêles cuja emulação os não deixa ver de frente, uma das manifestações da actividade e valor distrital, a mais importante que Leiria tem realizado. Motivo grande de orgulho para a Comissão, e motivo grande, finalmente, para Leiria e seu distrito. E nós ainda de longe, embora, sentimo-nos bem por ter colaborado nêste trabalho, nêste triunfo.

Dirigiram-se então todos os presentes para o pavilhão dêste concelho, tendo a sr.ª D. Isabel Carvalho Simões Barreiros, esposa do presidente da Câmara, a convite do Governador Civil, cortado a fita simbólica.

Antes de se proceder à inauguração solene do pavilhão, pediu o sr. dr. Simões Barreiros aos presentes que escutassem o ilustre orador padre António Inglês, que em breves palavras relatou os factos históricos da cidade de Leiria e da vila de Figueiró, citando também os nomes ilustres comuns às duas terras. Foi muito aplaudido.

Entre os presentes contavam-se os srs. tenente Carlos Rodrigues, delegado da Câmara de Figueiró junto da Exposição; José Manuel Godinho, comerciante; F. Ferreira, industrial; José Maria Dias de Albuquerque, chefe da secretaria da Câmara Municipal, todos de Figueiró.

O pavilhão foi decorado pelo escultor Luiz Fernandes, sendo muito apreciados pelos visitantes os artigos ali expostos, especialmente lanifícios, frutos e o conhecidíssimo pão de ló.»

"Doze anos..."

ASSIM escreveu o importante diário nortenho *O Comércio do Pôrto,* no ano de 1942: «DOZE ANOS DE ACTIVIDADE MUNICIPAL EM FIGUEIRO DOS VINHOS MODIFICARAM, POR COMPLETO, A SEDE DE UMA DAS MAIS IMPORTANTES REGIÕES TURÍSTICAS DO PAÍS».

E o articulista, num interessante artigo, relatou:

«Quando, um dia, mais tarde, se fizer a História completa do Govêrno do Estado Novo, a acção desenvolvida pelos dirigentes dos Municípios terá, certamente, papel preponderante e de grande relêvo, nesse grande capítulo de reconstrução nacional. A êles, em grande parte, se deve, incontestàvelmente, o justificado prestígio de que goza a actual situação política, de norte a sul do País, pois os melhoramentos sucedem-se, por tôda a parte, uns após outros, beneficiando muitas povoações que, durante anos, se encontravam esquecidas e abandonadas dos poderes públicos.

O concelho de Figueiró dos Vinhos dá-nos, pelas reali-

zações que, hoje, apresenta, a ideia precisa, nítida e concreta do enorme esfôrço que foi necessário empreender, para tornar êste concelho num dos mais progressivos da Beira-Litoral, não obstante as inúmeras dificuldades e constantes contratempos, de ordem vária, que o actual presidente do Município, sr. dr. Manuel Simões Barreiros, em doze anos de boa, cuidada e escrupulosa administração, teve de enfrentar. O engrandecimento da vila e do concelho, que, afinal, tem sido a sua única preocupação, levou-o a sacrificar, quási por completo, a sua vida profissional e os seus interêsses pessoais; com isso apenas lucrou Figueiró dos Vinhos, que, pode considerar-se sem favor terra aprazível, encantadora e de confôrto — sede de uma das mais lindas regiões turísticas do nosso País.

Em dôze anos de actividade a transformação, a remodelação que se operou, é daquelas que salta à vista de tôda a gente, de todos, sendo desnecessário quaisquer comentários ou elogios, resumindo-se em poucas palavras que, no entanto, dizem muito, a obra ali efectuada: **num concelho onde nada havia feito, tudo foi realizado.**

Assim, conseguiu dotar Figueiró dos Vinhos, com dois formosos jardins, localizados no coração da vila, donde se disfruta um vasto e maravilhoso horizonte; transformar um baldio agressivo, povoado de silvas que emolduravam uma cadeia de mau gôsto que foi removida, em local aprazível e preferido por todos os da terra e pelos que a visitam; explorar água abundante e pura que, hoje, vem canalizada de alguns quilómetros de distância para ser distribuída aos domicílios, e alimenta três lagozinhos existentes nos jardins que rega e conserva sempre frescos e viçosos. As esburacadas estradas que atravessavam a vila foram regularizadas e alcatroadas; os largos principais foram transformados e embelezados, dando-lhes o aspecto que contrasta com o desprêso e miséria de outros tempos; foi construído um confortável e higiénico talho e mercado coberto para peixe, frutas e hortaliças; electrificou-se Figueiró dos Vinhos.

Foram reconstruídos e ampliados os Paços do Concelho,

por dnas vezes, vendo-se, hoje, um bom edifício, de linhas agradáveis, onde existia um inestético casarão; foi adquirido para o município em condições altamente vantajosas um vasto prédio rústico que confina com as estradas principais que atravessam a vila e que é admiràvelmente situado; ali se vêm, já, dois edifícios em terrenos cedidos pela Câmara: a escola em cuja construção o município comparticipou e a Casa do Povo que nas suas linhas sóbrias, mas elegantes e acolhedoras, evoca uma das mais belas realizações do Estado Novo. Foi erguido o edifício do Hospital, que não está concluído, numa encosta soalheira, agasalhadora e desafogada, em sítio que não podia ser melhor escolhido.

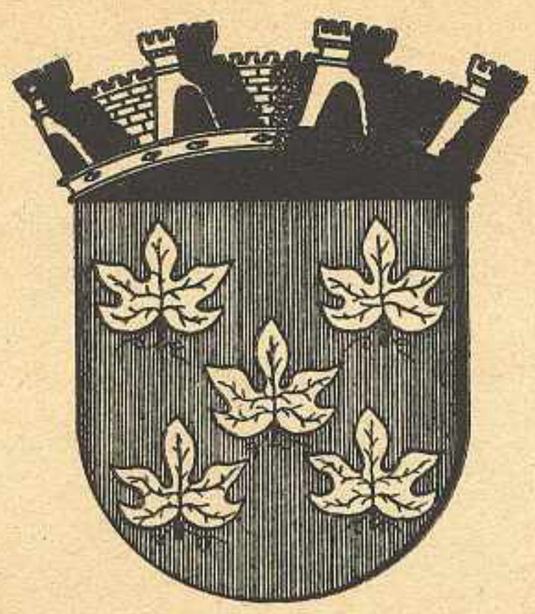
Mas a obra empreendida pelo sr. dr. Simões Barreiros, não se limitou, pura e simplesmente, a cuidar da vila; a sua acção estendeu-se, também, de maneira notável, às freguesias. Tôdas as suas sedes estavam quási isoladas da vila — o seu acesso tinha de fazer-se por estradas carreteiras, quási intransitáveis — e, hoje, têm estradas macadamizadas que as ligam às principais vias de comunicação. Com o auxílio do Estado, foram construídos edifícios escolares em Alge e Fontão Fundeiro. Foram, também, exploradas águas para abastecimento público, construídas pontes, fontes, rasgada e reparadas outras estradas de interêsse secundário, mas de apreciável valor local, além de vários melhoramentos de grande interêsse público que estão, presentemente, em curso.

A actual vereação, sob a presidência do Sr. dr. Simões Barreiros, e de que fazem parte os srs. José Manuel Godinho, Mário Deniz Ferreira e tenente Carlos Rodrigues, projecta iniciar, no corrente ano, a construção do novo edifício dos Paços do Concelho, na Praça Oliveira Salazar, que será em belezada, prevendo-se o dispêndio de 600 contos com a sua realização, tendo o Estado já comparticipado tão importante melhoramento com 200 contos. Prevê-se, ainda, a conclusão do Hospital e a abertura da estrada de turismo que, partindo de Figueiró dos Vinhos, vai ao Cabêço do Pião.

Não fica, todavia, por aqui, o plano de actividade a desenvolver, no corrente ano. O Govêrno do Estado Novo, em

comparticipação com o Município, vai iniciar, dentro em breve, a construção de dois edifícios: os Correios e Telégrafos e a Cadeia.

Figueiró dos Vinhos, de hoje, como se acaba de ver, é bem diferente. O homem que orienta os destinos do Concelho, há dôze anos, pode ter cometido alguns erros, é certo, mas não é menos certo, também, que a êle, ùnicamente, se deve a série interessantíssima de melhoramentos que tornaram esta vila das mais progressivas do País, contribuindo, desta maneira, para que Figueiró dos Vinhos fôsse sede de um centro de turismo maravilhoso. — *F. P.*».



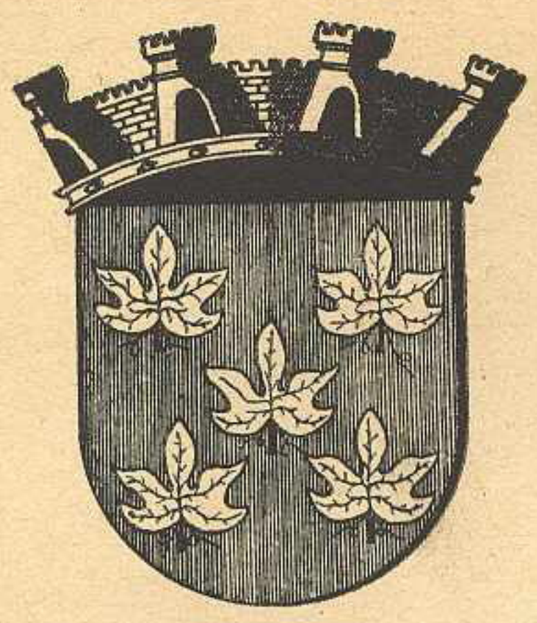
CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

1926

Calraia
Singral Cimeira
Singral Fundeiro
Algo
Molhas
Eiras
Ponte Fundeira
Tresposlos
Ribeira Velha
Campelinho
Campelo
Torgal
Pontão Cimeiro
Povoa
Pontão Fundeiro
Vilas de Pedro
Casal
Aldeia Fundeira
Castelo
Intre-Aguas
Cercal
Moninhos Cimeiros
Abrunheira
Ponte da Coelheira
Coelheira
Lomba da Casa
Agrias
Ribeira de Algo
Salgueiro da Ribeira
Bairrão
Casal Velho
Aldeia da Cruz
Ervideira
Salgueiro da Lomba
Falo
Azeitão
Aldeia de Ana de Aviz
Ponte de S. Simão
S. Simão
Castanheira
Ribeiro Travesso
Pragas de S. Simão
Ponte da Telhada
Casal do Ruivo
Cr. do Peão
Almofala de Cima
Aguda
Colmeal
Almofala de Baixo
Telhada
FIGUEIRÓ DOS VINHOS
Casal do Pedro
Lavandeira
Chãos de Cima
Varzea Redonda
Chãos de Baixo
Douro
Fórno Telheiro
Carapinhal
Salgueiro
Aldeia Cimeira
Marvila
Ponte de Arega
Casal dos Ferreiros
Ponte da Bouça
Casalinho
Jarda
Vale do Rio
Castanheira
Corisco
Arega
Venda do Henrique
Rio de Alge
Zêzere
Vala da Aveleira
Foz do Alge
Rio
Vale Bom
Cabaços
Ribeira do Braz

Legenda

Estradas Nacionais	
Estradas Municipais	não ha
Caminhos Vicinais	intransitaveis
Escolas	em ruinas
Pontes	em ruinas
Fontes	poucas e em mau estado



CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

1942

Cairaia
Singral Cimeiro
Singral Fundeiro
Alge
Molhas
P.te Fundeira
Eiras
Peralcovo
Trespastos
Ribeira Velha
Campelinho
Campelo
Torgal
Fontão Cimeiro
Povoa
Fontão Fundeiro
Vilas de Pedra
Casal
Aldeia Fundeira
Castelo
Entre-Aguas
Cercal
Moninhos Cimeiros
Porto da Coelheira
Coelheira
Abrunheira
Lomba da Casa
Agrias
Moninhos Fundeiros
Salgueiro da Ribeira
Ingenho
Porto das Vacas
Chimpeles
Bairrão
Casal Velho
Salg.a da Lomba
P.te da Cruz
Ervideira
Fato
Azeitão
P.te de S. Simão
Aldeia de Ana de Aviz
Castanheira
S. Simão
Fragas de S. Simão
Rib.a Travesso
P.te da Telhada
C. Peão
Casal do Ruivo
Aguda
Colmeal
Almofala de Cima
Almofala de Baixo
Casal do Pedro
Telhada
FIGUEIRÓ DOS VINHOS
Lavandeira
Chãos de Cima
Varzea Redonda
Chãos de Baixo
Douro
Forno Telheiro
Carapinhal
Salgueiro
Aldeia Cimeira
Ponte de Arega
Marvila
Casal dos Ferreiros
Ponte da Bouça
Casalinho
Jarda
Vale do Rio
Corisco
Castanheira
Arega
Venda do Henrique
Vale da Aveleira
Foz de Alge
Vale Bom
Ribeira do Braz
Cabaços

E.N. n.º 61-2.ª

E.N. n.º 52-2.ª

Legenda

Estradas Nacionais
Estradas Municipais
Estradas Nacionais, estudo
Caminhos vicinais
Escolas
Fontes
Pontes

NA VILA

Fontes
Distribuição de água ao domicilio
Jardins
Mercado
Escolas
Calçadas
Luz electrica
Casa do Povo
Hospital em projecto
Hotel de Turismo em projecto

Um manifesto

É de Agosto de 1941 êste manifesto, que um grupo de amigos — dos bons e raros amigos verdadeiros — publicou e que a seguir transcrevo, porque é mais um documento e nêste livro, a bem dizer no fecho, cabe e tem lugar próprio.

Assim se escreveu:

«É do domínio público que foi feita uma rigorosa inspecção à Câmara Municipal dêste concelho. Essa inspecção, que levou largos meses, realizada por peritos competentíssimos e de indiscutível honestidade, atingiu os mais pequenos pormenores; desceu ao meticuloso exame e confronto de todos os documentos, por mais insignificante que fôsse o seu valor, com a absorvente preocupação de investigar a verdade.

Como fecho de tão esgotante e proficiente trabalho foi aberto um inquérito, no qual foram ouvidas dezenas, senão centenas de pessoas. Formou-se, assim, um volumoso processo, que foi sujeito à apreciação das instâncias superiores.

Em face de tão completa prova fornecida nos autos de inspecção, elaborada com tanta minúcia, isenção e compe-

tência, foi dada pelo Ex.mo Inspector Geral de Finanças a honrosa informação e douto parecer com a sanção de Sua Ex.a o Sr. Ministro que, em parte, aqui se transcreve;

> «A obra realizada em benefício do Concelho pelo homem que há dez anos preside à Càmara, Dr. Manuel Simões Barreiros, é tão importante, que por mais ingratos que os povos sejam, não mais póde ser esquecida. Pode discordar-se de um ou outro acto de administração, é possível tomar à conta de favoritismo — não o afirmamos — esta ou aquela resolução da Câmara, haverá quem entenda que não devia ser aplicada a fim diferente do da reconstrução ou nova construção dos Paços do Concelho a importância recebida das companhias de seguros, mas não resta dúvida de que em obras e melhoramentos de tôda a ordem, foram dispendidos os fundos arrecadados e vindos de vários lados, tendo ficado à conta das receitas ordinárias as verbas de 79.212$67 do montante de 451.287$03, que tanto foi o que a Câmara gastou com os trabalhos referidos a fls. 129 e 130. O Estado contribuiu com a importância de 384.182$36».

O Ex.mo Inspector Geral de Finanças estudou o homem e a sua obra através dos vastos e completos elementos que os autos lhe forneciam. Julgador consciencioso e de inteligência superior, dominado pela preocupação de ser justo, dignificou o homem e enalteceu a sua obra.

Tal julgamento feito por aquêle que sempre foi um funcionário exemplar e de indiscutivel probidade, que Salazar, conhecendo os seus méritos, foi escolher para seu chefe de gabinete; que junto dêle esteve nas horas incertas, atribuladas e angustiosas de maior perigo, na mais íntima, dedicada e prolongada colaboração; que sacrificou o seu sossêgo à dura mas altamente honrosa missão de o acompanhar dia a dia, na marcha ascencional e vitoriosa da sua luta, é de tão insofismável valor que a todos se impõe, até àqueles que têm

pretendido conspurcar o nome, denegrir as intenções e amesquinhar a obra realizada pelo Dr. Manuel Simões Barreiros.

Transcrevendo aqui aquêle parecer, nós pretendemos, ao torná-lo conhecido dos habitantes do nosso concelho, dar testemunho público do nosso maior aprêço pela justa decisão que julgou os actos do Dr. Manuel Simões Barreiros e dos seus colaboradores, de entre os quais destacaremos o Exmo Chefe de Secretaria e demais funcionários da Câmara, abrangidos pela inspecção realizada.

Pretendemos também apresentar pùblicamente as mais sinceras e calorosas felicitações ao Exmo Presidente da nossa Câmara Municipal e àqueles distintos e dedicados funcionários.

Felicitando-os conjuntamente, ficamos com a certeza de que o Dr. Manuel Simões Barreiros terá em maior aprêço a parte que toca aos seus subordinados do que a êle próprio, tão certos estamos, pelo conhecimento que temos pelo seu carácter e das suas virtudes, que mais grato lhe é o prestígio de que compartilham os seus colaboradores de que o reconhecimento dos altos méritos de S. Ex.ª. E mais grato lhe deve ser ainda o pensamento do que o prestígio que envolve o seu nome bafeja o dos amigos que sempre teve a seu lado e se espalha pelo seu concelho, ao qual dedicou o melhor e mais desinteressado esfôrço.

O Dr. Simões Barreiros jàmais se serviu da situação política que soube conquistar para se engrandecer, mas exclusivamente para conseguir o máximo do benefício e melhoramentos públicos. É um apaixonado pela vila onde habita e pela região que a cerca, e essa paixão tem orientado a sua vida política.

Quando S. Ex.ª fala de Figueiró dos Vinhos, das suas belezas e encantos, transparece logo das suas palavras todo o amor que lhe consagra, aquele amor transformado em saüdade que Mestre Malhôa, o maior dos nossos Pintores, genialmente traduziu na sua maravilhosa tela «O emigrante».

Todos os que visitam a nossa linda terra ficam presos dos encantos que a tornaram preferida do Maior Mestre da

Pintura Portuguesa, que aqui concebeu e realizou os seus mais belos quadros e cujo nome os Figueiroenses veneram com saüdade e guardam religiosamente em seu coração.

O dr. Simões Barreiros é um enamorado da nossa terra, a que se dedica com o carinho de um filho extremoso. Só assim se compreende todo o abnegado sacrifício na rude e longa luta que tem sustentado com os seus detractores e inimigos, com aquêles que sendo incapazes de fazer alguma coisa de útil em benefício público, dedicam tôda a sua nefasta actividade a combater os que são animados por um ideal superior. Luta ingrata porque é ferida contra os que se escondem na sombra, contra a inveja e contra o ódio traiçoeiro que, por vezes, se disfarça a ponto de parecer extinto mas que está latente e à espreita da primeira oportunidade para reaparecer mais revigorado; ódio que o génio do nosso imortal Camilo classificou neste causticante conceito — «o ódio dos fracos é inextinguivel, é a única fôrça, a energia tenebrosa que lhes deu a natureza».

Essa luta começou há recuados anos quando, concluída a sua formatura em medicina, o dr. Simões Barreiros natural da freguesia de Campêlo, veiu exercer clínica na sede do seu concelho e, pouco depois, se viu forçado a reagir contra a prepotência daqueles que pretendiam reduzí-lo à condição servil de comparsa de uma política pessoal e egoista.

Sofreu então os mais duros e grosseiros insultos, impunemente publicados num repugnante pasquim dessa época.

Mais tarde veiu juntar-se-lhe, depois de se ter batido na Grande Guerra, o seu conterrâneo e dilecto amigo Dr. José Martinho Simões que, como estudante, conquistara as mais altas classificações universitárias, homem de estudo e de superior inteligência, advogado distintíssimo e de grande aprumo moral.

A luta prosseguiu sem desfalecimentos, e tão grande e rápido foi o prestígio alcançado pelo brilhante talento do Dr. Martinho Simões que, em breve, apresentava a sua candidatura a deputado, como republicano conservador. O resultado das urnas garantia a sua eleição mas esta não triunfou

porque os políticos da sua terra, movidos por mesquinhos sentimentos de inveja e ódio de insignificantes, cometeram a ignomínia inclassificável de lhe roubar os votos nas assembleias do seu próprio concelho que se orgulhava de o contar entre os filhos mais ilustres e mais queridos.

Após a revolução triunfante do 28 de Maio foi para Lisboa, onde marcou desde logo, nas altas esferas políticas, um lugar preponderante e de merecido destaque, um dos homens mais notáveis do nosso tempo e do nosso distrito.

Referimo-nos ao saüdoso e querido dr. Rosa Falcão, advogado que no fôro português era grande entre os maiores, jurisconsulto de nomeada pelo seu muito saber e honestidade, orador fluente e brilhante, tribuno veemente e austero, escritor vigoroso e elegante, homem de excelsas virtudes, que o cercavam de tal prestígio e de tão grande autoridade moral que a sua forte e honrada personalidade se impunha aos próprios adversários pela superior nobreza do seu carácter. Êsse formoso talento que no início da revolução salvadora, foi um dos seus melhores, mais valiosos e mais activos elementos, teve nas suas mãos, como era natural, os destinos políticos do nosso distrito, do qual já havia sido Governador Civil. Conhecedor dos seus homens e dos seus valores intelectuais, activos e construtivos, deu a mão, sem vacilar, aos drs. Martinho Simões e Simões Barreiros. Acabou então, de vez, a ruïnosa e torpe política de cacicagem e de interêsses particulares, e foram lançadas, com firmeza, as bases do ressurgimento do nosso concelho.

A morte, porém, cedo nos roubou aqueles dois homens ilustres que à Ditadura deram o melhor do seu esfôrço e do seu talento, de quem tanto havia a esperar, pois que ambos morreram novos e na pujança das suas extraordinárias faculdades mas que, para todo o sempre, viverão na memória daqueles que aqui lhe rendem o preito da sua profunda saüdade.

O desaparecimento daqueles dois grandes amigos, poderia ter as mais funestas conseqüências para os destinos do nosso concelho se o Dr. Simões Barreiros não fôsse daquela

rija têmpera dos lutadores que têm confiança no seu valor pessoal e ilimitada fé nos seus ideais superiores e que, por isso mesmo, são incapazes de se render ou de sossobrar aos mais violentos e dolorosos golpes. Continuou, sem desfalecimentos, na luta encetada com aquela fé e amor capaz de revolver montanhas, prosseguindo na marcha triunfante da sua política de realizações.

Assim conseguiu dotar a sua linda Figueiró dos Vinhos, até então desprezada dos políticos, com dois formosos jardins, localizados no coração da vila, em situação donde se disfruta um vasto e maravilhoso horizonte; assim conseguiu transformar um baldio agressivo aos olhos de quem o atravessava, povoado de silvas que emolduravam uma cadeia de mau gôsto que foi removida, em local aprazível e preferido por todos os da terra e pelos que a visitam; foi explorada água abundante e pura, que hoje vem canalizada de alguns quilómetros de distância para ser distribuída aos domicílios, e alimenta três lagozinhos existentes nos jardins que rega e conserva sempre frescos e viçosos. As esburacadas estradas que atravessam a vila foram regularizadas e alcatroadas; os largos principais da vila foram transformados e embelezados, dando-lhes um aspecto que contrasta com o desprêzo e miséria de outros tempos; foi construído um confortável e higiénico talho e mercado coberto para peixe, frutas e hortaliças.

Foram reconstruídos e ampliados os paços do concelho, por duas vezes, vendo-se hoje um bom edifício, de linhas agradáveis, onde existia um inestético casarão; foi adquirido para o município em condições altamente vantajosas (que outros políticos teriam obtido para si próprios) um vasto prédio rústico que confina com as estradas principais que atravessam a vila e que é admirávelmente situado; ali se vêm já dois edifícios em terrenos dados pela Câmara; uma escola em cuja construção o município comparticipou e a Casa do Povo que nas suas linhas sóbrias mas elegantes e acolhedoras evoca uma das mais belas realizações do Estado Novo. Foi erguido o edifício do hospital, que não está con-

cluído, numa encosta soalheira, agasalhadora e desafogada, em sítio que não podia ser melhor escolhido.

Basta a simples enumeração de tantos, tão grandes e apreciáveis melhoramentos para impôr à consideração de todos o esfôrço inteligente, a persistência e o bairrismo de um Homem que, dedicando a sua actividade política, com desprêzo e sacrifício dos seus interêsses pessoais, a bem do concelho que administra, pôde transformar a sua sede numa das mais encantadoras e aprazíveis vilas de Portugal.

Mas o grande sonho do nosso Presidente da Câmara não foi completamente realizado. Êle pretendeu que a casa, que foi residêdcia de Mestre Malhôa, e o seu delicioso jardim, onde o incomparável e genial pintor da nossa terra meditou, criou e deu vida às mais belas e preciosas jóias da pintura portuguesa, fôsse adquirida pela Câmara que a saberia conservar como a mais grata e efectiva relíquia e com todo o carinho que lhe merece a memória de quem tanto ilustrou o nome desta vila e amou a nossa terra. Essa aspiração, não foi realizada porque, infelizmente, houve figueiroenses que não podendo desculpar-se com a alegação da sua ignorância, não souberam resistir à tentadora mas bem censurável ambição de querer para si o que devia ser sagrado património municipal — O «Casulo» de Mestre Malhôa, onde, de pleno acôrdo com a Sociedade de Belas Artes, se instalaria um museu.

Pretendeu, também, concluir, com a comparticipação do Estado, o edifício do hospital da Misericórdia, que virá a ser uma das melhores instalações hospitalares da província e que o benemérito dr. Simões Barreiros já dotou com um seguro de vida, no valor de cem contos, feito a favor daquela instituição de beneficência. Tem pretendido ainda a edificação de um magnífico e magestoso edifício para nêle serem instaladas tôdas as repartições públicas. Mas estas aspirações têm sido igualmente prejudicadas pelos seus adversários políticos, os quais, na ânsia de contrariar todos os projectos do dr. Simões Barreiros, e porque vivem bem instalados na vida, esquecem que lutam contra a sua própria terra e con-

ra os seus conterrâneos, que vivem torturados pela falta de recursos e de trabalho nesta grave crise que atravessamos; esquecem-se, porque o seu feroz egoismo os não deixa sentir a infelicidade alheia, de que a comparticipação do Estado na realização de tais obras, que tanto valorizariam a nossa vila, distribuïria pelos operários desta terra umas centenas de contos, que contribuïriam para minorar as agruras da sua árdua e constante luta pelo custeio dos seus lares e pão dos seus filhinhos.

O dr. Simões Barreiros é que jàmais esquecerá a conclusão dos projectos que elaborou, como não esqueceu os interesses das freguesias, que compõem o concelho, e que com tanta dedicação e desinteresse administra.

Estas freguesias, que estavam votadas ao mais completo abandono, gosam hoje também de apreciáveis melhoramentos.

Tôdas as suas sedes estavam quási isoladas da sede do concelho, pois que o seu acesso tinha de fazer-se por estradas carreteiras, quási intransitáveis e hoje têm estradas macadamizadas que as ligam às principais vias de comunicação. Com a comparticipação do Estado foram construídos edifícios escolares em Alge e Fontão Fundeiro. Foram exploradas águas para abastecimento público, foram construídas pontes, fontes, rasgadas e reparadas outras estradas de interêsse secundário, mas de apreciável valor local, além de outros melhoramentos de grande interêsse público que estão em curso ou em projecto.

Razões tinha, pois, o Ex.mo Inspector Geral de Finanças para afirmar no seu douto parecer:

> «A obra realizada em benefício do Concelho pelo homem que há dez anos preside à Câmara, dr. Manuel Simões Barreiros, é tão importante, que por mais ingratos que os povos sejam, não mais pode ser esquecida.»

Sua Ex.a soube aperceber-se, pelo estudo dos autos de inspecção, da grandiosidade dessa obra, como se apercebeu,

também, da ingratidão daquêles que têm contrariado e pretendido apoucar o seu realizador.

Fazemos votos para que as palavras tão justas e tão oportunas de S. Ex.ª tenham o condão de chamar à realidade os ingratos que, infelizmente, existem, e de suavizar o caminho que o Dr. Simões Barreiros ainda tem-de percorrer para ver realizadas tôdas as suas aspirações a bem do nosso Concelho e dos seus munícipes.

Perdoe-nos o Dr. Simões Barreiros as nossas palavras, que o julgamento da inspecção, a que a sua obra e os seus actos de homem público foram sujeitos, tornaram oportunas, se elas contrariam a sua modéstia e o sossêgo em que gosta de trabalhar.

Chocados pelas calúnias e infâmias com que foi alvejado e que deram origem à inspecção concluída com tanta honra para V. Ex.ª, não pudemos resistir à tentação de tornar públicas as verdades que ficam escritas e de lhe dizer que Figueiró está consigo.

Perdoe-nos e queira receber a calorosa homenagem do nosso aprêço, do nosso respeito e admiração.»

Um grupo de amigos

NÃO ficaria de bem com a minha consciência se deixasse de prestar justa homenagem, neste trabalho — cujo valôr reside apenas na sinceridade com que foi escrito, e porque traduz verdades — àqueles que durante todos estes longos anos, dentro e fora do concelho de Figueiró, me auxiliaram ou fôram meus prestimosos colaboradores, íntimos ou distantes, que por igual todos prezo.

Carmona e Salazar — os Chefes — estão no lugar que lhes compete, no seu devido lugar, porque dêles fui e sou ainda servidor, bem modesto, por sinal, mas procurando seguir em tudo os seus exemplos e a sua doutrina.

Mercê da Providência que os colocou à frente dos destinos desta Pátria, mercê deles, Figueiró dos Vinhos sofreu, neste período, uma transformação de tal forma profunda e radical, que se apresenta hoje, senhoril e fidalga, aos olhos de

todos, como uma das mais belas e encantadoras vilas do país.

Resta-me, pois, mostrar a minha gratidão ao sr. Dr. Mário Pais de Sousa, Ministro do Interior. Devo-lhe merecida homenagem pela forma criteriosa e superior como tem gerido, nêste período tantas vezes canturbado, quási sempre difícil, os assuntos complexos da sua pasta. Êle tem sido, sem dúvida, um dos mais dedicados colaboradores de Salazar. Pessoalmente cumpre-me testemunhar-lhe os mais sinceros agradecimentos pela confiança que em mim depositou.

Ao eng.º Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e Comunicações, vontade forte de impulsionador e executor, agradeço, em nome do meu concelho, o carinho dispensado aos diversos projectos e planos de obras da Câmara Municipal da minha presidência. Fazendo-o, presto-lhe justiça e não o louvaminho.

Também ao prof. Doutor Bissaia Barreto, personalidade de relêvo e justamente considerado como um dos mais positivos valôres contemporâreos, agradeço — e sabe bem prestar assim justiça quem justiça merece — a amizade, a estima e a muita consideração que, em múltiplas ocasiões, me patenteou.

Ao sr. Dr. Mário de Vasconcelos, Governador Civil de Leiria que, há cêrca de 7 anos, chefia com

raro aprumo e distinção, nunca isenta de integridade, o distrito a que pertence êste concelho, estreito-o num sincero abraço de amizade.

Resta-me demonstrar o reconhecimento mais vivo, porque lho devo, aos meus colaboradores chegados: capitão José Rodrigues da Silva Mendes, que foi segundo administrador no concelho de Figueiró, após a Revolução de Maio de 1926 e, mais tarde, Governador Civil de Leiria, aquela pessôa que orientou a política local no sentido de ficar em situação predominante o grupo de pessoas que chefio e que era o único, de facto, que merecia confiança; e aos da minha terra e do concelho — o padre arcipreste rev.º António Inglês, que como eu tem sofrido horas de amargura e de triunfo; a Artur Martinho Simões, ao tenente Carlos Rodrigues—inconfundível «Carlos» entre os «Carlos» de Portugal — a José Manuel Godinho, a Francisco Rodrigues Ferreira, a Políbio Fernandes das Neves, — a todos estes combatentes do bom combate e da mesma trincheira — e aos outros a quem não enumero, por fastidioso, embora não considere menos, um grande e sincero abraço de reconhecimento sem limites pela camaradagem e auxílio recebido nesta luta — e aqui digo como um chefe miltitar da nossa época — vitorioso e comum.

As últimas linhas dêste capítulo desejaria tê-las escrito quando, na infância distante, julgava o mundo e os homens, bons, isentos de maldade e inveja, ardendo em amor fraternal pelos seus se-

melhantes, coração aberto e sem mácula, como, então, era o meu.

Dedico-as a meus pais, a quem a Providência quis conservar a vida preciosa, para que eu lhes pudesse ofertar com respeito e filial devoção, êste meu trabalho.

E dedico-as, sobretudo, porque se traduz nele esta verdade axiomática: sempre procurei manter íntegro o honrado nome que dêles herdei, nome humilde e que só para êles procurei engrandecer.

Espero, em Deus, tê-lo conseguido. Isso me basta!

ÍNDICE

1.ª PARTE

Uma obra e um homem 7

Duas palavras 27

O concelho antes do «28 de Maio» 31

«28 de Maio» de 1926 41

Primeira Comissão Administrativa da Câmara Municipal. . . 51

O Concelho considerado Estância de Turismo 55

12 anos de Administração Municipal. 59

Nova Ordem — Vida Nova 69

2.ª PARTE

Relatório da gerência do Município de 1939 83
A gerência municipal de 1940 103
Relatório da Gerência referente ao ano de 1942 121

3.ª PARTE

Da posse da primeira Comissão Administrativa da Câmara à organização da União Nacional 159

Uma entrevista... 167

Eleito e reeleito Procurador dos Municípios Rurais à Câmara Corporativa 175

Uma página de *A Verdade* 179

«Todos os interêsses do povo têm sido largamente atendidos» 189

«Um homem público» 193

«O que pode fazer uma Câmara» 195

«Finanças municipais» 199

O pavilhão de Figueiró na Exposição Distrital de Leiria, de 1940 203

«Dôze anos...» 205

Um manifesto 209

E, finalmente!... 219

1943
OFICINAS GRÁFICAS
da *Gazeta dos Caminhos de Ferro*
Rua da Horta Sêca, 7-1.º
LISBOA